

# VII encontro estadual de história da anpuh-am

HISTÓRIA DO AMAZONAS:  
CONEXÕES E DESAFIOS

## CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

Diego Omar da Silveira  
Leandro Coelho de Aguiar  
(orgs.)



aguiar

## **ORGANIZAÇÃO**

### **Realização**

ANPUH Amazonas

### **Apoio**

ANPUH Brasil

Universidade Federal do Amazonas  
Universidade do Estado do Amazonas  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Superintendência Amazonas)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais (UFAM)  
Faculdade de Informação e Comunicação (UFAM)  
Programa de Pós-Graduação em História (UFAM)  
Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas

### **Financiamento**

Governo Federal  
Ministério da Educação  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Superintendência Amazonas)

### **Diretoria da ANPUH-AM (2022-2024)**

Dr. Diego Omar da Silveira (UEA)

#### **Presidente**

Me. Leandro Coelho de Aguiar (UFAM)

#### **Vice-Presidente**

Paola da Cruz Rodrigues (PPGH-UFAM)

#### **Primeira Secretária**

Dra. Kátia Cilene do Couto (UFAM)

#### **Segunda Secretária**

Me. Evelyn Marcelle C. Ramos  
(PPGH-UFAM)

#### **Primeira Tesoureira**

Dr. Anderson Vieira Moura (UFAM)

#### **Segundo Tesoureiro**

### **Conselho Fiscal**

Dr. Deilson do Carmo Trindade (IFAM)  
Dr. Yomarley Lopes Holanda (UEA)  
Dr. Rafael Ale Rocha (UFAM)

### **Comissão Organizadora do Evento**

Dr. Diego Omar da Silveira (UEA)  
Me. Leandro Coelho de Aguiar (UFAM)  
Dra. Kátia Cilene do Couto (UFAM)  
Me. Evelyn Marcelle Campos Ramos  
(PPGH-UFAM)  
Dr. Anderson Vieira Moura (UFAM)

### **Comitê Técnico-Científico do Evento**

Me. Beatriz Calheiros de Abreu  
Evanovick (IPHAN-AM)  
Dra. Clarice Bianchezzi (UEA)  
Dra. Cristiane Silveira (UEA)  
Dr. Deilson Trindade (IFAM)  
Dr. Diego Marinho Goes (UFOPA)  
Dr. Diego Omar da Silveira (UEA)  
Me. Francisca Deusa Sena da Costa  
Dr. Hideraldo Lima da Costa (UFAM)  
*in memorian*  
Dr. João Rozendo Tavares Neto  
(UNINORTE)  
Me. Leandro Coelho de Aguiar (UFAM)  
Dra. Kátia Cilene do Couto (UFAM)  
Me. Evelyn Marcelle C. Ramos  
(PPGH-UFAM)  
Dr. Anderson Vieira Moura (UFAM)  
Dr. Rafael Ale (UFAM)  
Dr. Tarcísio Normando (IFAM)  
Dr. Wellington Bernardelli Silva Filho  
(UFAM)  
Dr. Yomarley Lopes Holanda (UEA)

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima

**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib

**Reitor**

Kátia do Nascimento Couceiro

**Vice-Reitora**

*editora*UEA

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann

**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas

**Secretária Executiva**

Wesley Sá

**Editor Executivo**

Raquel Maciel

**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Allison Marcos Leão da Silva

Almir Cunha da Graça Neto

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho

Jair Max Furtunato Maia

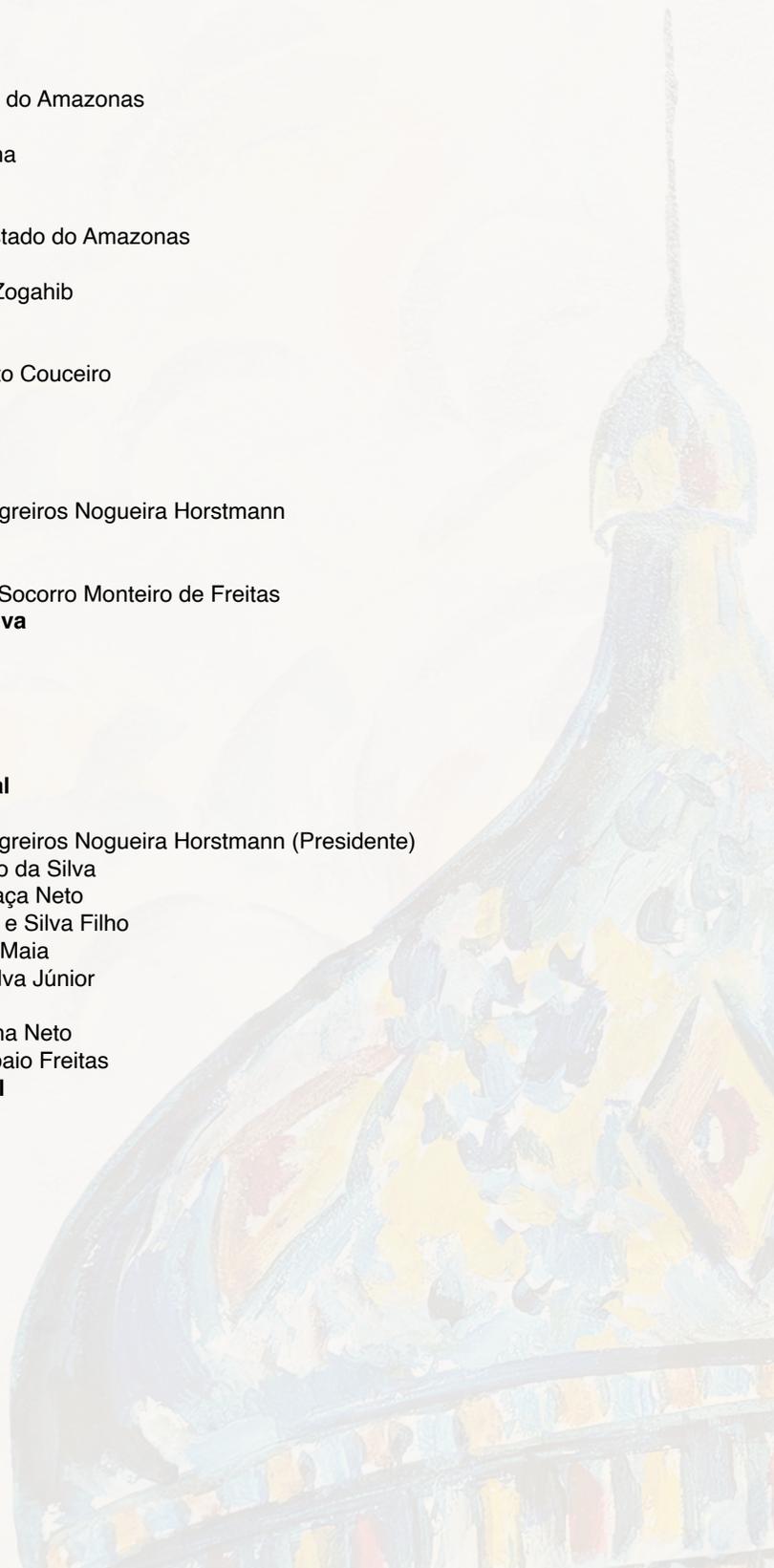
Jucimar Maia da Silva Júnior

Manoel Luiz Neto

Mário Marques Trilha Neto

Silvia Regina Sampaio Freitas

**Conselho Editorial**



# **VII encontro estadual de história da anpuh-am**

HISTÓRIA DO AMAZONAS:  
CONEXÕES E DESAFIOS

## **CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO**

Diego Omar da Silveira  
Leandro Coelho de Aguiar  
(orgs.)



Adonai Oliveira

**Revisão**

Raquel Maciel

**Diagramação**

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas  
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo  
Ortográfico da Língua Portuguesa

E56  
2024

VII encontro estadual de história da ANPUH-AM - História do  
Amazonas: conexões e desafios / Universidade do Estado do  
Amazonas; org.: Diego Omar da Silveira [et. al]. - Manaus (AM):  
Editora UEA, 2024

261 p., 23 cm [E-book]

Formato PDF

ISBN 978-85-7883-676-4

Inclui referências bibliográficas

1.História do Amazonas. 2. Conexões e desafios. I. Universidade do  
Estado do Amazonas. II. Silveira, Diego Omar da (org) III. Título

CDU 1997 - 94(811.3)

*Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB11/ 484*



*editora***UEA**

Av. Djalma Batista, 3578 - Flores | Manaus - AM - Brasil

CEP 69050-010 | +55 92 38784463

editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

# Sumário

**| 09 |**

**Apresentação**

**| 12 |**

**Programação das Conferência e Mesas-Redondas**

**| 13 |**

**Programação dos Minicursos**

**| 14 |**

**Programação do lançamento de livros**

**| 16 |**

**Resumos dos Simpósios Temáticos (STs)**

**| 48 |**

**Resumos dos Minicursos**

**| 57 |**

**Resumos das Comunicações Orais**

**| 58 |**

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 01 - História Política, das Elites e das Instituições**  
Coordenadores: Kivia Mirrana de Souza Pereira e Daniel Rodrigues de Lima

**| 59 |**

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 02 - Amazônia e a História Global do Trabalho:**  
séculos XVI-XXI  
Coordenadores: Alcemir Arlejean B. Teixeira e Luiz Carlos Laurindo Júnior

**| 74 |**

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 03 - Inquietações sobre o Ensino de História:**  
perspectivas e desafios em contexto(s) amazônico(s)  
Coordenadores: Gilvani Alves de Araújo e Cristiane Silveira



**| 75 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04 - História das instituições, dos acervos e dos processos de gestão do patrimônio documental no Amazonas  
Coordenadores: Leandro C. de Aguiar e Diego Omar Silveira

**| 85 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05 - História e outros arquivos: as fontes audiovisuais nas temáticas negra, indígena e amazônica  
Coordenadores: Sidney B. de Aguiar e Tenner Inauhiny de Abreu

**| 106 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06 - Trabalho e trabalhadores na região amazônica  
Coordenadores: Sérgio Carvalho de Lima e James da Costa Batista

**| 120 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07 - História da Saúde e das doenças  
Coordenador: Wellington Bernardelli Silva Filho

**| 131 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08 - Teoria e História Intelectual: panorama e reflexões acerca da historiografia amazonense  
Coordenadores: Robeilton de Souza Gomes e Nasthya Cristina Garcia Pereira

**| 140 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09 - No interior das salas de aula: o que se produz no cotidiano do ensino de História em escolas  
Coordenadores: Diego Marinho de Gois e Lademe C. de Sousa

**| 160 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10 - Na Labuhta: História e Imprensa na Amazônia nos séculos XIX e XX  
Coordenadores: Dhyene Vieira dos Santos e Gabriel Cruz Carneiro

**| 170 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11 - Educação e Amazônia: Vivências e Práticas de Ensino de História e áreas correlatas  
Coordenadores: Bruno Miranda Braga e Maria de Jesus do Carmo de Araújo

**| 190 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12 - Instituições sociais: prisões, hospícios e hospitais - Sujeição dos corpos e relações de poder à luz da História  
Coordenadora: Lidiane Álvares Mendes

**| 190 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13 - Afro-Américas  
Coordenadores: Katia Cilene do Couto e Santiago Silva De Andrade

**| 191 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14 - História & Literatura: profícua relação no  
processo de construção do saber histórico na Amazônia  
Coordenador: Arcângelo da Silva Ferreira

**| 199 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15 - Gênero, Interseccionalidades e Direitos sociais  
Coordenadores: Roger Kenned Repolho de Oliveira e Michele Pires Lima

**| 228 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17 - História da Igreja na Amazônia  
Coordenadoras: Elisângela Maciel e Adriana Brito Barata Cabral

**| 215 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16 - Modos de vida, identidade e lutas das comunidades  
rurais na história do Amazonas  
Coordenadores: Franco Lindemberg Paiva dos Santos e Johmara Assis dos Santos

**| 240 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18 - O Ensino de História Decolonial em tempos de  
negacionismo científico e Educação Neoliberal: teoria, metodologia e práxis libertárias  
Coordenadores: Alexandre da Silva Santos e Eduardo Gomes da Silva Filho

**| 240 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19 - Na LABUHTA: História e Cultura Política no  
Brasil Republicano  
Coordenadores: Amaury Oliveira Pio Junior e Davi Monteiro Abreu

**| 241 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20 - Fontes judiciais: caminhos trilhados, possibilidades  
temáticas e diálogos interdisciplinares necessários  
Coordenadoras: Wanderlene de Freitas Souza Barros e Francisca Deusa Sena da Costa

**| 255 |**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 21 - Amazônia Colonial: novas perspectivas e  
abordagens históricas  
Coordenadores: Gisele da Silva Rezk, Samuel Luzeiro e Lucena de Medeiros

## **Apresentação**

A Seção Amazonas da Associação Nacional de História (ANPUH-AM) tem a enorme alegria em apresentar o Caderno de Resumos e Programação do VII Encontro Estadual de História, realizado entre os dias 27 e 30 de agosto de 2024, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus. Com o tema central “História do Amazonas: conexões e desafios”, este evento celebra os 14 anos de atividade ininterrupta de nossa região e representa um marco importante na consolidação do ensino de História e da produção historiográfica no Amazonas, abrangendo tanto a capital quanto o interior do estado.

Nosso Encontro reúne uma ampla e diversificada gama de historiadores(as), pesquisadores(as) e professores(as) das ciências humanas e sociais, em diálogos que extrapolam os limites tradicionais e exercitam um fazer, cada vez mais, marcado por desafios multi-inter-transdisciplinares e sociais. A programação, rica e variada, inclui 2 Conferências, 4 Mesas Redondas, 21 Simpósios Temáticos e 6 Minicursos, além de atividades culturais e lançamentos de livros.

Os temas abordados são igualmente abrangentes, cobrindo desde o Ensino de História até os debates necessários e atuais sobre patrimônio, história indígena e, claro, pensamento social e historiografia amazonense. Merece destaque a conferência final sobre os 60 anos do golpe, proferida pelo professor Dr. Daniel Aarão Reis, em um ano no qual rememoramos seis décadas do início da ditadura civil-militar

e seus muitos efeitos sobre as culturas políticas de nosso país. Ademais, a participação de especialistas locais, somados ao de outras regiões do Brasil, contribui para fomentar novos intercâmbios e projetos futuros.

Durante o evento, estão sendo apresentadas um total de 142 comunicações orais. Elas indicam a pluralidade e a profundidade das discussões em curso. Sua publicação representa o compromisso da ANPUH-AM com uma historiografia que valoriza e serve aos povos da Amazônia, contribuindo para a compreensão e autodeterminação dos habitantes desta região rica e complexa. Marca também nosso esforço de produzir uma memória de nossos encontros e de deixar registrados, uma vez mais, os temas mobilizados pela comunidade historiadora do estado.

Agradecemos a todos os participantes e colaboradores pelo sucesso deste encontro e convidamos todos a continuar explorando e discutindo os caminhos da História do e no Amazonas.

Os organizadores  
Diretoria da ANPUH-AM (2022-2024)

## Programação Geral

27/08	28/08	29/08	30/08
<b>Credenciamento</b> (08h às 12h)	<b>Minicursos</b> (08h às 12h)	<b>Simpósios Temáticos</b> (08h às 10h)	<b>Simpósios Temáticos</b> (08h às 10h)
<b>Minicursos</b> (08h às 12h)	<b>Executiva dos GTs da ANPUH-AM</b> (09h às 12h)	<b>Mesa-Redonda</b> (10h às 12h)	<b>Mesa-Redonda</b> (10h às 12h)
<b>Almoço</b> (12h às 14h)	<b>Almoço</b> (12h às 14h)	<b>Almoço</b> (12h às 14h)	<b>Almoço</b> (12h às 14h)
<b>Simpósios Temáticos</b> (14h às 18h)	<b>Lançamento de livros</b> (16h às 18h)	<b>Simpósios Temáticos</b> (14h às 18h)	<b>Assembleia Geral</b> (14h às 15h) <b>Conferência de encerramento</b> (15h às 18h)
<b>Conferência de abertura</b> (18h às 21h)	<b>Mesa-Redonda</b> (18h às 21h)	<b>Mesa-Redonda</b> (18h às 21h)	

## **Programação das Conferência e Mesas-Redondas**

**Local:** Auditório Rio Solimões - IFCHS

**27/08 - Terça-feira**

**18h Conferência de abertura**

Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UFPB e ANPUH Nacional)

Mediador: Prof. Dr. Diego Omar (UEA e ANPUH-AM)

**28/08 - Quarta-feira**

**18h Mesa-Redonda 1 - História e Patrimônio**

Profa. Dra. Marcia Chuva (UNIRIO) e Profa. Beatriz Calheiros (IPHAN-AM)

Mediadora: Profa. Dra. Clarice Bianchezzi (UEA)

**29/08 - Quinta-feira**

**10h Mesa-Redonda 2 - História indígena: diálogos e perspectivas contemporâneos**

Prof. Dr. Edson Machado de Brito "Kayapó" (IFBA) e Prof. Dr. Bruno M. Braga (MUSA)

Mediador: Prof. Dr. Davi Avelino (UFAM)

**18h Mesa-Redonda 3 - Os desafios do professor de História no Ensino Básico hoje**

Prof. Dr. Sérgio Freire (UFAM) e Prof. Dr. Luís Reznik (UERJ e Capes)

Mediadora: Profa. Dra. Mônica Xavier (UEA)

**30/08 - Sexta-feira**

**10h Mesa-Redonda 4 - Pensamento social no Amazonas em perspectiva: balanço e horizontes**

Prof. Dr. Alfredo Wagner B. de Almeida (UEA e UFAM) e Prof. Dr. Adalberto Paz (UFPA)

Mediador: Prof. Me. Leandro C. de Aguiar (UFAM e ANPUH-AM)

**15h Conferência de Encerramento**

**Os 60 anos do golpe militar: historiografia e memória das ditaduras**

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis (UFF)

Mediador: Prof. Dr. Cesar Queiroz (UFAM)

## **Programação dos Minicursos**

**27/08 - Terça-feira**

**Minicurso 01 - História das Mulheres: Historiografia e Metodologia**

**Ministrantes:** Mônica Xavier e Patrícia Regina de Lima Silva

**Local:** Sala Ana Délia Albuquerque - FIC

**Minicurso 02 - Ensinando através das artes: princípios e métodos para dinamizar as aulas de história**

**Ministrante:** Franco Lindemberg Paiva dos Santos

**Local:** Auditório Rio Negro - IFCHS

**Minicurso 03 - Edward Thompson (1924-1993): neomarxismo, história vista de baixo e a religião dos trabalhadores**

**Ministrante:** Daniel Barros de Lima

**Local:** Auditório Rio Solimões - IFCH

**Dia 28/08/2024 - Quarta-feira**

**Minicurso 04 - Livros didáticos de História: ensino e pesquisa**

**Ministrantes:** Diego Marinho Goes e Lademe Correia de Sousa

**Local:** Sala Ana Délia Albuquerque - FIC

**Minicurso 05 - Iconografia, Iconoclastia e Iconologia: As imagens têm história**

**Ministrantes:** Bruno Miranda Braga e Maria de Jesus do Carmo de Araújo

**Local:** Auditório Rio Negro - IFCHS

**Minicurso 06 - Fontes para a História Indígena e do Indigenismo do século XX, a partir de acervos digitais**

**Ministrantes:** Talita Gama De Magalhães e Tiago Fonseca

**Local:** Auditório Rio Solimões - IFCH

**Programação do lançamento de livros**

**28/08 - Quarta-feira - 14h**

**Local:** Auditório Rio Solimões - IFCHS

Pronunciamento do presidente da ANPUH-AM sobre a Coleção e e-books

**Mesa 1 - Coleção de e-books “História do Amazonas”**

60 anos do golpe de 1964: o Amazonas em perspectiva  
César Augusto Bubolz Queirós (org.)

Artes, festas, tradições e patrimônios na História do Amazonas  
Diego Omar da Silveira e Bruno Miranda Braga (orgs.)

As comunidades rurais na história do Amazonas: da organização às lutas  
Franco Lindemberg Paiva dos Santos e Johmara Assis dos Santos (orgs.)

Clio diante do espelho: acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas  
Sidney Barata de Aguiar e Tenner Inauhiny de Abreu (orgs.)

**Mesa 2 - Coleção de e-books “História do Amazonas”**

História da Amazônia Colonial - Narrativas e Experiências nos Séculos XVI-XIX  
Sarah dos Santos Araújo e Stephanie Lopes do Vale (orgs.)

História das elites: perspectivas sobre poder, política e sociedade no Brasil e na Amazônia  
Kívia Mirrana de Sousa Pereira (org.)

História das mulheres no Amazonas  
Mônica Xavier de Medeiros e Patrícia Rodrigues da Silva (orgs.)

História do Amazonas: cultura, economia e sociedade Evelyn  
Marcele Campos Ramos e Robert Alves Pinho (orgs.)

### **Mesa 3 - Obras gerais**

O Paradoxo da Amazônia: da colonização à decolonialidade  
(séculos XVI-XXI) Lidiane Álvares Mendes e Eduardo Gomes  
da Silva Filho (orgs.)

Narrativa de uma cidade encantada ou alegoria de uma história  
trágica: diálogos entre História & Literatura em Órfãos do  
Eldorado, de Milton Hatoum Arcângelo da Silva Ferreira

Cultura, memória e imaginário: em busca de outros olhares  
sobre nuances da História da Amazônia (coletânea) Arcângelo  
da Silva Ferreira (org.)

*Many Rivers to cross: Black Migrations in Brazil and the Caribbean*  
Elaine P. Rocha (org.)

### **Mesa 4 - Obras gerais**

Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia  
Anderson Vieira Moura e Wanderlene de Freitas Souza Barros  
(orgs.)

Às portas dos Tribunais: Os trabalhadores no poder judiciário  
no norte do país Anderson Vieira Moura, César Augusto Bubolz  
Queirós, Pedro Marcos Mansour Andes e Wanderlene de Freitas  
Souza Barros (orgs.)

Esboço de uma Teoria da História: introdução à obra de Johann  
Droysen (1857-1882)

Robeilton de Souza Gomes

Gestões documentais e de memória no Judiciário

Juarez C. da Silva Jr. (org.)

Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos,  
fugas, especificidades

Ana Maria Veiga (org.)

### **Coffebreak**

### **Atividade cultural**

# Resumos dos Simpósios Temáticos (STs)



## **ST 01 - História Política, das Elites e das Instituições**

**Coordenadores:** Kivia Mirrana de Souza Pereira e Daniel Rodrigues de Lima

**Resumo:** Este simpósio temático visa explorar a interseção entre história política, elites e instituições, oferecendo uma plataforma para investigações que analisam o papel das elites políticas e sociais na formação e transformação das instituições ao longo do tempo. Além disso, busca-se compreender como as dinâmicas de poder influenciam a configuração e o funcionamento das estruturas institucionais em diferentes contextos históricos. Considerando a complexidade das relações entre elites e instituições, será dada atenção especial à análise das estratégias adotadas pelas elites para manter ou expandir seu poder dentro das estruturas políticas, econômicas e sociais. Isso inclui o diálogo entre os trabalhos e as investigações sobre as redes de influência, as alianças políticas e os mecanismos de reprodução do poder elitista ao longo do tempo. Ademais, o simpósio busca explorar como as mudanças econômicas, sociais e culturais impactaram as dinâmicas de poder e as relações entre elites, as instituições e os movimentos políticos ao longo da história do Brasil e da Amazônia. Justificativa: Nos últimos quinze anos, observa-se no contexto brasileiro uma ressurgência do interesse acadêmico em torno da história das elites, marcando uma mudança significativa tanto na abordagem historiográfica quanto sociológica. Anteriormente, o poder exercido por esses

grupos era principalmente analisado em seu contexto político, estatal ou partidário. No entanto, a crescente valorização dos estudos sobre as elites como um grupo relacional, conforme proposto por Pierre Bourdieu (2007), revela uma compreensão mais complexa e interdisciplinar desse fenômeno. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de abordagens específicas, metodologias adequadas e teorias contextualizadas para evitar generalizações simplistas ou suposições infundadas sobre a atuação e influência das elites. Nesse contexto, propõe-se a realização de um Simpósio Temático que visa reunir e promover estudos dedicados à análise das articulações das categorias institucionais, dos movimentos políticos e sociais, e, conseqüentemente, a ação dos agentes nos tempos, espaços e reflexões sobre as relações no Brasil e na Amazônia.

O objetivo principal é fomentar debates sobre as instituições que tanto desafiam quanto fortalecem o poder das elites, explorando suas dinâmicas e interações em diferentes esferas da sociedade. Ademais, o simpósio propõe uma análise abrangente das elites em suas diversas manifestações, que vão desde as esferas políticas e culturais até as militares e eclesiásticas, incluindo também as elites regionais e operárias, bem como aquelas associadas à região amazônica. Essa amplitude temática reflete a riqueza e complexidade dos movimentos e interesses das elites, evidenciando a relevância contínua desse campo de estudo. No que diz respeito aos tópicos de interesse delineados para o simpósio, destacam-se áreas cruciais para a compreensão aprofundada das dinâmicas entre história política, elites e instituições ao longo do tempo. A análise da composição, recrutamento, interesses e estratégias de ação das elites políticas e sociais em diferentes períodos históricos constitui um dos focos centrais. Além disso, investigações sobre a origem, evolução e transformação das instituições políticas, bem como o papel das elites na formulação de políticas públicas e na administração do Estado, são

igualmente importantes para desvelar as interações entre poder e governança. Outros temas de interesse incluem a análise dos conflitos entre elites políticas e grupos sociais marginalizados, assim como as estratégias de resistência e contestação desses grupos em relação às instituições estabelecidas. Igualmente relevante é a exploração da construção e legitimação ideológica das elites políticas, juntamente com as formas de contestação e crítica ideológica das instituições existentes. Em suma, este simpósio temático é destinado a pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e demais interessados em história política, elites e instituições, bem como em temas relacionados à dinâmica do poder e da governança ao longo da história.

## **ST 02 - Amazônia e a História Global do Trabalho: séculos XVI-XXI**

**Coordenadores:** Alcemir Arlejean Bezerra Teixeira e Luiz Carlos Laurindo Junior

**Resumo:** O presente simpósio temático tem como objetivo reunir historiadores(as), cientistas sociais e pesquisadores(as) das humanidades em geral interessados(as) na colaboração para construção de uma chave interpretativa da história da Amazônia guiada pelas perspectivas da História Global e História do Trabalho, tendo em vista o lugar da Amazônia enquanto espaço geohistórico em intensa correlação com a expansão do sistema capitalista. Entendemos que os múltiplos tempos históricos que perpassam a região estão conectados à longa temporalidade de sua inserção no mercado mundial capitalista; e que para além das eras políticas da Amazônia, muito debatidas pela historiografia a partir das obras de Arthur César Ferreira Reis e outros historiadores, podemos imaginar outros marcos e referências temporais e espaciais, pensando nas interseções entre História Social, Política, Econômica e Cultural. Entendemos também que são essenciais as reflexões

historiográficas que correlacionam as escalas local, regional, nacional e global, enquanto escalas interdependentes, mas não necessariamente hierarquizadas, para que possamos superar tanto o nacionalismo metodológico quanto o que poderíamos chamar de regionalismo metodológico. Acreditamos que um possível vetor dessas conexões, interseções e reflexões está no entrecruzamento dos campos da História Global e História do Trabalho.

O simpósio, portanto, estará aberto às pesquisas em diálogo com as perspectivas apresentadas acima e voltadas à organização do trabalho compulsório e “livre” nos diversos tempos da história da Amazônia; às configurações e conexões de diferentes tipos, formas e relações de trabalho, abarcando isoladamente ou em conjunto a história da escravidão negra, a história do trabalho indígena e a história das migrações; às estratégias de resistência individuais e coletivas e à organização dos trabalhadores e trabalhadoras em sindicatos, associações e outras formas de mobilização trabalhista; ao cotidiano do mundo do trabalho e à existência do trabalhador dentro e fora dos espaços de trabalho. Considerando ainda a indissociabilidade entre trabalho e economia, bem como a mercantilização concatenada dos processos de produção, circulação, comercialização e consumo vivenciada entre os séculos XVII e XXI na Amazônia, especialmente a partir do século XVIII, serão bem-vindas as pesquisas que historicizem na Amazônia a produção de mercadorias e seu atrelamento às cadeias produtivas globais, que interligaram as elites amazônicas às elites globais; bem como pesquisas sobre os diferentes contextos regionais nos quais os recursos naturais e humanos da Amazônia foram explorados a partir da lógica de extração do valor em escala global, como faceta essencial à acumulação capitalista.

### **ST 03 - Inquietações sobre o Ensino de História: perspectivas e desafios em contexto(s) amazônico(s)**

**Coordenadores:** Gilvani Alves de Araujo e Cristiane Silveira

**Resumo:** O Simpósio Temático intitulado “Inquietações sobre o ensino de história: perspectivas e desafios em contexto amazônico” possuem como objetivo estimular a produção de estudos, relatos de experiência e outros sobre as interfaces entre a educação em contexto[s] amazônico[s]. Inquieta-nos a percepção de que o Ensino de História tal qual o praticado no Estado do Amazonas possa ser alinhado, paralelo ou de forte influência ao ofertado em outros territórios do Brasil. Caso isso seja mais que uma hipótese, talvez corrobore a ideia de que há ainda a necessidade de refletir sobre “o[s] contexto[s] amazônico[s]” em que a formação de discentes nativos de uma Pan-Amazônia decorre. Neste contexto, faz-se necessária a mobilização para o fato de que nos cursos de História do Estado do Amazonas a formação prévia e nativa do discente deve ser considerada, seja ele estudante de licenciatura ou da disciplina escolar. O desafio desse ensino deveria valorizar, resgatar e trazer para dentro dos processos de ensinagem em História que o docente em formação advém de áreas tanto urbanas como de comunidades tradicionais, de aldeias indígenas e de quilombolas. Após décadas de discussão, ainda é comum encontrar nas salas de aula um ensino tradicional, pautado na vertente branca, neoliberal e patriarcal. Nesse sentido, novas epistemologias estão emergindo trazendo para o centro da discussão na academia possibilidades de se pensar outros caminhos para o Ensino de História pautado nas perspectivas decolonial, contra-colonial, etno-histórica e outras. A partir das novas visões emergentes, faz-se necessário e urgente refletir sobre a História e a historiografia da produção sobre o Ensino de História, pois apenas assim se conseguirá transformar as formas e os meios de ensinar, ultrapassando a

visão colonizadora ainda presente nos dias atuais na educação em contexto amazônico.

Este Simpósio Temático se justifica como um convite à reflexão sobre o Ensino de História que considera o[s] contexto[s] amazônico[s] e a inserção das “Amazônias” nos cursos de formação de professor de História. Na busca do conhecimento ancestral dos povos originários, sua cosmologia, a sociobiodiversidade na Amazônia, a história oral, os usos das narrativas de vida, as interações entre o conhecimento científico e a tradicional e outros marcadores. Uma formação emancipadora que compreenda as especificidades do seu campo de trabalho e consiga demonstrá-la no seu cotidiano acadêmico e/ou escolar.

#### **ST 04 - História das instituições, dos acervos e dos processos de gestão do patrimônio documental no Amazonas**

**Coordenadores:** Leandro Coelho de Aguiar e Diego Omar Silveira

**Resumo:** O propósito deste Simpósio Temático, que irá para sua 4ª edição seguida, é pensar os acervos documentais, não apenas como fonte para a pesquisa, mas também como objetos de pesquisa; pensá-los como processos socioculturais e esforços deliberados de memória, o que implica considerar seus contextos de produção, gestão e apropriação envolvendo as relações de poder no espaço e no tempo. Le Go, em História e Memória, expõe a necessidade de perceber todo documento como uma construção histórica, como “produto da sociedade que o fabricou”, sendo necessário interpelá-lo como monumento, notando suas intencionalidades e seus discursos, mas também seus silêncios. Já Salomon, em Saber dos Arquivos, ressalta que “há uma luta e uma vontade de saber dos arquivos, quer dizer, de torná-los acessíveis”, mas também “algum saber próprio aos arquivos que arquivam alguma coisa, porta traços de um saber”. Assim sendo, algumas questões nos parecem

pertinentes, como: onde e como estão os acervos considerados de valor histórico para pensar o Amazonas? Como acervos e arquivos foram constituídos enquanto registros sociais — primeiro, como prova de ações, e depois, como portadores de um valor histórico? Como e onde estão custodiados? Quais foram seus usos, valores e apropriações socialmente constituídos? Busca-se assim um duplo entendimento: pensar os acervos documentais na História e a própria história dos acervos e das instituições que fazem tal custódia, como arquivos, museus, centros de memória ou bibliotecas, como objeto de pesquisa. Pensar seus elementos constitutivos, os processos técnicos de gestão, de preservação e de difusão que lhes foram/têm sido aplicados, assim como a própria concepção sociocultural que os transformaram em patrimônio. Por fim, pensar também aqueles documentos que foram esquecidos ou “silenciados”, seja pelo acaso ou pelo descaso. Ou ainda anseios deliberados de apagamento e silenciamento do passado. São bem-vindos trabalhos monográficos ou ensaísticos, que explorem por diversos vieses as questões teóricas e práticas colocadas acima, de modo a suscitar um debate cada vez mais aprofundado sobre a preservação e os usos sociais e políticos do passado a partir das instituições de guarda e gestão documental, bem como suas apropriações por novos públicos e para novas/outras finalidades, que não apenas a pesquisa histórica.

### **ST 05 - História e outros arquivos: as fontes audiovisuais nas temáticas negra, indígena e amazônica**

**Coordenadores:** Sidney Barata de Aguiar e Tenner Inauhiny de Abreu

**Resumo:** Nesta proposta de simpósio temático, pretende-se dar visibilidade a apontamentos, ideias, diálogos, escritos, entrevistas, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses sobre linguagens, análises de fontes audiovisuais, suas

formas e práticas de pesquisa em história e outras disciplinas acadêmicas, que abordem preferivelmente nas temáticas a negritude e indígenas no Brasil e principalmente na Amazônia brasileira e internacional.

O uso de fontes, que não somente as escritas, se tornou mais frequente na disciplina histórica, notadamente a partir da influência do movimento dos Annales e sob a tutela da “nova História”, consolidaram-se novos problemas, objetos e abordagens (Le Goff, 1988). A disciplina histórica vivia uma ampliação de possibilidades de pesquisas, a partir do uso de diferentes tipos de fontes, o que tornava imprescindível um diálogo mais estreito com as outras ciências sociais, por questões de método. Esta ampliação nos usos de novas fontes abriu caminhos para arquivos outrora postos em segundo plano pelos historiadores. As denominadas fontes audiovisuais, tais quais: músicas, imagens e cinema passaram a ter papel relevante na ciência de referência, para utilizar um termo de Jörn Rüsen (Schmidt, 2011). Como assinalam alguns autores (Mauad, 2012; Menezes, 2012, Napolitano 2003), a construção do conhecimento histórico perpassa, na atualidade, por uma análise do “audiovisual”. Como recurso didático tornou-se uma prática corriqueira, sempre na tentativa de tornar o processo de ensino e aprendizagem mais eficiente para os discentes. A promulgação da Lei 10.639/2003 e alterada pela Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental, ensino médio e universidades foi um marco importante, principalmente nas áreas da educação e que impulsionou novos campos de diálogos e de pesquisas. Novas publicações sobre o ensino de história da África despontam no cenário local, acompanhadas de outras pesquisas que se consolidam dentro da área coberta por este simpósio temático que a partir dos múltiplos olhares trouxeram à tona questões vinculadas aos debates contemporâneos das

sociedades modernas em torno de direitos sociais, resistências, identidades e cultura.

## **ST 06 - Trabalho e trabalhadores na região amazônica**

**Coordenadores:** Sérgio Carvalho de Lima e James da Costa Batista

**Resumo:** O trabalhador, dito livre, recebeu essa qualificação a partir da nova forma de trabalho pós abolição, inserido em um contexto em que sua força do trabalho passou a ser medida em valor, no entanto outros modos de controle surgiram por parte do empregador. A partir de novas estratégias os detentores do capital deram continuidade a uma relação desigual em que os meios de produção funcionariam como troca de trabalho por remuneração, quase sempre de maneira díspar. O trabalhador, entre os novos atores sociais que buscavam direitos e garantias, demandou investidas de extrema importância, para os mundos do trabalho transformado aos poucos a relação contratual e mesmo direta das duas partes em um compromisso de mão dupla direitos e obrigações. Entre avanços e recuos o século XX trouxe garantias trabalhistas, como a jornada de oito horas, trabalho de mulheres e menores regulamentado, leis de acidentes de trabalho, regulamentação profissional, entre outras coisas. É fato que as conquistas dos trabalhadores se colocam sempre em uma trajetória de lutas, resistências, protagonismos, perdas, entre outras ações específicas. A região amazônica dentro das especificidades regionais foi, e é palco das ações das mais diversas categorias de trabalhadores, indo de servidores públicos até os mais variados serviços. Parte da classe operária, estes têm importantes contribuições na História Social do Trabalho, e mais ainda, nos mais diversos aportes historiográficos produzidos por importantes pesquisas que têm como palco esta região, destacando assim a importância em dialogar e discutir sobre estes trabalhos e trabalhadores nas suas diversas especificidade que cercam o mundo

laboral. Sendo assim, o Simpósio Temático em questão traz a proposta para os pesquisadores e pesquisadoras da história do trabalho que discutam, nas múltiplas dimensões dessa área, na região amazônica aspectos como o trabalho realizado por mulheres, que explorem a perspectiva do trabalho livre, as diversas formas de trabalho compulsório, seja em ambiente rural, seja no urbano. Serão muito bem-vindos trabalhos que desejem contribuir com seus registros de trabalhadores formais e informais, que traçaram suas trajetórias peculiares através de lutas, resistências, reivindicações em um processo cotidiano, e que se tornaram protagonistas da própria história. Paralelamente, pretende-se que essa discussão viabilize ainda uma compreensão de como os diferentes grupos de trabalhadores se relacionavam com os espaços urbanos e ou rurais: como viviam, trabalhavam, moravam, etc. Buscasse, dessa forma, possibilitar um rico debate que leve em consideração à natureza e às especificidades das relações de trabalho na região amazônica.

### **ST 07 - História da Saúde e das doenças**

**Coordenador:** Wellington Bernardelli Silva Filho

**Resumo:** O presente simpósio tem como objetivo principal promover diálogos com/entre pesquisas que privilegiem temas, objetos de estudo e metodologias de trabalho ligados à História das Ciências, da Saúde e das Doenças em diferentes espaços e temporalidades. Esse campo de estudos apresenta um universo amplo de análises, abordando questões de diferentes tipos que impactam a vida social, cultural, econômica e política das sociedades: as relações entre ciência/saúde/doença, as políticas sociais e suas implicações econômicas e demográficas; a emergência de novas doenças e o ressurgimento de outras; a produção de saberes (científicos e leigos) sobre ciência/saúde/doença; trajetórias de instituições e personagens; práticas de

assistência à saúde e à pobreza; ações de saúde pública, entre outras. Justificativa: A História da Saúde e das Doenças é um campo de estudo consolidado, com uma produção vasta e cada vez mais descentralizada, refletindo a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em História no país. Do mesmo modo, os GT de História da Saúde e das Doenças tem se revelado como tradicional locus de divulgação e debate, em fóruns como o SNHCT e os eventos nacionais e regionais da ANPUH, estando presente desde início dos anos 2000. Assim, a proposta deste simpósio é reunir trabalhos que contribuam para a reflexão sobre a saúde e das doenças, a partir de uma perspectiva histórica ampla, funcionando como um canal de interlocução e de troca entre os pesquisadores que se dedicam a essa temática no Estado do Amazonas.

### **ST 08 - Teoria e História Intelectual: panorama e reflexões acerca da historiografia amazonense**

**Coordenadores:** Robeilton de Souza Gomes e Nasthya Cristina Garcia Pereira

**Resumo:** Com o avanço da pesquisa histórica, a historiografia amazonense ganhou novos contornos, sobretudo, no âmbito das duas primeiras décadas do século XXI, devido a consolidação dos cursos de graduação e o advento da pós-graduação. Dessa forma, tem havido, mais recentemente, esforços que visam mapear e construir reflexões acerca daquilo que vem sendo delineado como uma história da historiografia amazonense. Disso resulta duas tendências, a primeira, àquela que visa investigar a historiografia produzida no Amazonas, evidenciando suas principais abordagens, problemas, objetos e diálogos com a produção do conhecimento histórico em geral — o que se pode nomear como história da historiografia propriamente dita. A segunda, algo que avançou para além das tendências e que aponta para os aspectos epistemológicos,

ou seja, sobre os fundamentos teórico-metodológicos que condicionam as formas de produzir conhecimento; algo que se insere no campo mais específico da teoria da historiografia. Esse segundo aspecto ainda carece de maiores estudos e se constitui numa relação direta com o primeiro, de modo que, para além de considerar a produção acadêmica — como objeto e fonte — em permanente construção, trata-se de assumi-la como problema de pesquisa. Em linhas gerais, a historiografia amazonense, desde sua profissionalização a partir década de 1980, tem acompanhado as mudanças e tendências mais recorrentes no campo da pesquisa histórica. Tem sido presente entre seus autores e autoras reflexões que partem do domínio da História Social (história das cidades, trabalho, migração, movimentos sociais, conflitos, relações de gênero), da História Política (instituições, partidos políticos, relações de poder, práticas sociais) e História Cultural (representações, imaginários, hábitos, costumes e práticas culturais), apenas para exemplificar alguns dos temas mais frequentados. A cabo disso, um grande número de fontes, metodologias e problemas de pesquisas são evocados e apontam para uma complexidade sempre crescente daquilo que poderíamos considerar a cultura historiográfica da ainda jovem historiografia amazonense. Dessas três matrizes referenciais acima mencionadas, outras perspectivas se evidenciam e como elas interagem. Nota-se mais recentemente um esforço de reflexão alinhado a campos menos tradicionais nas instituições de ensino e pesquisa amazonenses, tais como a História Ambiental, História da Saúde, História Pública e a História Intelectual. Dentre essas abordagens, esta última caracteriza-se por assumir a própria produção acadêmica, as formas de construir conhecimento, bem como a trajetória de intelectuais como seus objetos privilegiados. Concomitante ao processo de construção e consolidação da pesquisa histórica no Amazonas, algo que se deu nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a

História Intelectual consolidou-se como um campo fecundo de produção e reprodução do saber histórico. Tal perspectiva traz à cena historiográfica um conjunto imenso de novas possibilidades de escrita e problemáticas no que concerne a objetos, fontes, bem como alternativas mais diversificadas e criativas na dimensão teórica e metodológica. Além de permitir inúmeras relações interdisciplinares e intradisciplinares, na medida em que, respectivamente, dialoga com outras ciências e novas abordagens do conhecimento histórico. Essa sua característica particular nos permite perceber as interações que se dão no âmbito da Teoria da História com autores situados nas mais diversas áreas do conhecimento, o que muito enriquece o nosso campo de saber.

Diante desse panorama amplo e diversificado de possibilidades de análise da produção intelectual, assumida como objeto de estudo da Teoria e História da Historiografia, a presente proposta de Simpósio Temático visa reunir pesquisadores e pesquisadoras que, partindo de uma abordagem balizada na História Intelectual, assumam a produção historiográfica como fonte, objeto e problema visando discutir em um amplo panorama o conhecimento histórico, suas formas e condições de produção. Buscamos, assim, incorporar fundamentalmente trabalhos que tenham como ponto central de suas análises os debates e trajetórias intelectuais de historiadores, filósofos, sociólogos, escritores, jornalistas, legisladores, artistas. Tudo aquilo que diz respeito ao universo intelectual, debates teóricos e metodológicos, pesquisas em arquivos e obras de intelectuais, circulação de textos e universo editorial.

## **ST 09 - No interior das salas de aula: o que se produz no cotidiano do ensino de História em escolas**

**Coordenadores:** Diego Marinho Goes e Lademe Correia de Sousa

**Resumo:** Estudo do cotidiano escolar em geral e do interior das salas de aulas de História em particular. Planos de aulas dos professores, Cadernos dos alunos, Livros didáticos de História e suas formas de usos, Experiências de estágio supervisionado, Ensaios fotográficos produzidos durante as aulas de História, produção de materiais didáticos para o ensino de História. Pesquisas que tem como foco as aulas de História como espaço de produção de saberes, considerando a autonomia do saber histórico escolar e sua relação dialógica com o saber acadêmico.

O presente Simpósio Temático visa reunir trabalhos que buscam adentrar no interior das salas de aulas de História de escolas de Ensino Fundamental e Médio. Parte-se da preocupação em estudar o ensino de História no chão da escola, ou seja, no cotidiano escolar e no interior da sala de aula. Toma-se como referência as preocupações elencadas por Rockweell e Ezpeleta (2007, p. 133) sobre como professores e alunos se apropriam das normas estabelecidas pelos sistemas de ensino e constrói o cotidiano das escolas, o que, de acordo com essas autoras, contribuem para a construção social das escolas. O recorte será o cotidiano escolar, pelo olhar do que se produz nas aulas de História. Compreende-se as aulas de História como um espaço de criação, na perspectiva de Julia (2001, p. 33), onde “os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra” e “o professor não é o agente de uma didática que lhe seria imposta de fora”. Como justificava, apresentamos que o interior das salas de aulas de História tem sido objeto de diferentes pesquisas nos últimos anos, preocupadas em compreender o que e como se ensina, o que e como se aprende e também com a identificação de problemáticas que resultam em dificuldades de aprendizagem. Nas últimas décadas

muitos estudos apontam para a diversidade de metodologias diferenciadas para o ensino de História. Entretanto muito da concepção tradicional de ensino ainda está presente nas salas de aula. Desse modo, pesquisas que tomam o cotidiano escolar como objeto de estudo, podem contribuir sobremaneira no sentido de apontar caminhos possíveis para a construção de um ensino de História de qualidade.

### **ST 10 - Na Labuhta - História e Imprensa na Amazônia nos séculos XIX e XX**

**Coordenadores:** Dhyene Vieira dos Santos e Gabriel Cruz Carneiro

**Resumo:** Este Simpósio Temático pretende congrega pesquisadores que se dedicam ao estudo da imprensa na Amazônia (jornais, revistas e almanaques) nos séculos XIX e XX. O objetivo é refletir sobre a imprensa amazônica, explorando os limites e possibilidades de sua utilização como fonte e objeto histórico. A análise abrange não apenas os aspectos formais, como títulos e organização textual, mas também o conteúdo, considerando os indivíduos e grupos envolvidos em sua produção. A natureza plural e multifacetada da imprensa é destacada em termos de forma, periodicidade, duração, objetivos, propostas e público-alvo. A investigação da história da imprensa, considerando suas características comuns e distintivas em diferentes contextos, é fundamental para compreender sua diversidade e os diversos aspectos que os aproximam em termos mais amplos.

A Imprensa vem participando ativamente das transformações da sociedade brasileira, passando por contextos que vão desde a independência, as lutas pela abolição da escravatura ou as “Diretas Já”, isso ocorre porque os impressos, inevitavelmente, refletem as contradições das sociedades em que estão inseridos, configurando-se como um elemento presente de forma ativa na vida social. Pensar

o periodismo tem funcionado à Historiografia como uma possibilidade cada vez mais presente frente aos desafios recentes colocados pela História Social, que tem aproximado ao campo histórico debates que caminham em direção a uma articulação com a vida real mais que com as abstrações (Fenelon, 1993), procurando tratar contextos que podem ser definidos como uma “História vista de baixo”. Assim, pensar o periodismo como prática e ação cultural dotados de historicidade, implica uma apropriação com debates como os evocados por Raymond Willians e Edward Thompson acerca de uma ressignificação do termo “cultura”, definindo-o como uma arena em franco conflito que apreende quase tudo de uma dada sociedade, implicando portanto, uma possibilidade de reflexão da Imprensa, enquanto esse produto de intervenção cultural, como um processo construído historicamente, configurando-se como espaço contínuo de acomodação e luta, resistências e transformações (Pinheiro, 2015). O Simpósio visa atender à demanda de historiadores que utilizam jornais impressos em suas pesquisas historiográficas, proporcionando um espaço para troca de experiências e debates na região. Espera-se reunir trabalhos que explorem diversas espacialidades e temporalidades, utilizando diferentes perspectivas analíticas fornecidas pelos impressos, a saber: pesquisas voltadas à história da imprensa, o uso dos periódicos como fonte e objeto para o estudo de conjunturas e investigações sobre os aspectos materiais envolvidos na produção. Assim, discutir as diferentes abordagens e concepções em relação ao trato das fontes impressas constitui-se numa oportunidade privilegiada para aprofundar as implicações das seleções realizadas.

## **ST 11 - Educação e Amazônia: Vivências e Práticas de Ensino de História e áreas correlatas**

**Coordenadores:** Bruno Miranda Braga e Maria de Jesus do Carmo de Araújo

**Resumo:** A proposta para o simpósio temático visa proporcionar aos acadêmicos, profissionais e sociedade em geral, um aprimoramento dos conhecimentos acadêmicos, práticos e empíricos a partir de uma abordagem científica para pensarmos a educação ao nível local e regional. Discutir conceitos e praxis, é de grande relevância, pois valoriza o espaço acadêmico e o externo envolvendo os professores que desenvolvem atividades na Educação Básica e Superior pela Amazônia. Dentro das muitas perspectivas, iremos abordar as lutas dos profissionais da educação para entendermos o processo de reivindicações e conquistas adquiridas pela classe, dessa ótica nota-se o potencial da temática e as múltiplas abordagens que podem ser utilizadas para entender a cultura escolar em uma perspectiva histórica, social, política e econômica pertencente a região norte. Também será destacada a formação de professores, a Educação Escolar Indígena e as diferentes e criativas práticas adotadas como didáticas no cotidiano escolar amazônico.

Compreender a dinâmica amazônica na esfera educacional a partir de um viés historiográfico que vem sendo construído por meio de práticas pedagógicas que norteiam as particularidades da região amazônica.

Faz-se pertinente para aproximar a esfera acadêmica dos profissionais do campo educacional e histórico, apresentando pesquisas desenvolvidas a partir e para a região amazônica. A atividade vai instigar a conhecerem a temática no contexto nortista e perceber que estão inseridos nessa realidade, seja de forma estudantil ou profissional. Visando o debate no âmbito educacional, social e histórico na cidade, conecta-se com a possibilidade de discutir a educação na região amazônica.

Tendo em vista que a realidade na região norte tem as suas particularidades, a proposta se faz pertinente para pensarmos sobre educação, problematizar, e apontar possíveis soluções para os problemas existentes na região. É importante ressaltar que as práticas de extensão que valorizam o saber científico e crítico impulsionam para que a educação seja cada vez mais valorizada e debatida.

Ao abrirmos espaço para a sociedade em geral adentrar a Universidade com o empirismo estamos praticando o processo de ensino-aprendizado. Por fim, Educação e Amazônia: Vivências e práticas de ensino, se encaminhará para discussões pertinentes para entendermos a educação em seus diversos aspectos conceituais, metodológicos, sociais e histórico no Amazonas viabilizando o contato a partir de experiências vivenciadas nas universidades, escolas públicas e práticas pedagógicas na qual a sociedade em geral também é participativa.

## **ST 12 - Instituições sociais: prisões, hospícios e hospitais Sujeição dos corpos e relações de poder à luz da História**

**Coordenadora:** Lidiane Álvares Mendes

**Resumo:** Este Simpósio Temático insere-se na perspectiva dos campos de reflexões que abrangem as instituições públicas disciplinares como as escolas, os hospitais, os hospícios e as prisões sendo estas contextualizados à luz da História. Em Michel Foucault, entendemos que os sequestros dos corpos estão submetidos à regra da sociedade disciplinar, pois, “Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém” (Foucault, 1995, p. 245). Interpretar através

das fontes documentais que a formação e consolidação das instituições sociais e das métricas que as consolidam apoiados nos discursos consagrados em determinados períodos, nos dão a tônica para entendermos que as práticas disciplinares consistem no adoçamento dos corpos, no adestramento dos comportamentos e na vigilância constante do funcionamento social. Neste sentido, este Simpósio Temático não estabelece uma determinação de tempo ou restrição a área temática, pois visamos estabelecer análises e reflexões a partir das comunicações de projetos, textos e pesquisas que estabelecem e compõem as temáticas de poder, da sociedade disciplinar e dos aparelhos que contribuem para o funcionamento social. Este poder que é validado e exercido por narrativas de controle dos corpos exercendo funções diferentes do poder patrimonial. “[...] Este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano” (Foucault, 2004, p. 187-188).

Assim, serão bem-vindas propostas que abordem e estabeleçam conexões com: o aprisionamento e encarceramento de transgressores judiciais e da ordem pública e privada instituída, dos (as) loucos (as) e das (os) prostitutas (os), dos bêbados, ociosos e seus companheiros de fama, além das perspectivas históricas da fundação, consolidação e práticas de internamento em prisões, hospícios e hospitais. Personagens que ressoam na sujeitabilidade histórica do caminhar social brasileiro.

**ST 13 - Afro-Américas****Coordenadores:** Katia Cilene do Couto e Santiago Silva De Andrade

**Resumo:** Este simpósio temático é uma iniciativa do recém-criado GT Afro-Américas/ANPUH, organizado por pesquisadores(as) de diferentes instituições e é resultado da necessidade de responder ao crescente interesse de historiadores(ras) brasileiros no estudo da história das relações raciais nos Estados Unidos, Caribe, Brasil e demais países da América do Sul. Serão bem-vindos trabalhos que discutam a construção da ideia de raça e o racismo antinegro, compartilhados pelo continente, e que analisem temas como escravidão, liberdade, processos de racialização, mobilização política e lutas por direitos no continente. O objetivo do ST Afro-Américas é congregar pesquisas que contribuam, teórica e metodologicamente com o campo histórico e interdisciplinar, para ampliar as discussões sobre as (inter) conexões na região Amazônica e suas fronteiras, geográficas e também as imaginárias, que compreendam o período em que perdurou a escravidão e a Pós-abolição, possibilitando maior aprofundamento nas relações produzidas no espaço amazônico, expondo suas interações, aproximações, complexidades, fazendo da região um lócus de experiências diversas para se compreender a Afro-América.

**ST 14 - História & Literatura: Profícua relação no processo de construção do saber Histórico na Amazônia****Coordenador:** Arcângelo da Silva Ferreira

**Resumo:** Ementa: A relação dialógica entre História e Literatura. Literatura como fonte fecunda. Regimes de verdade da História e da Literatura. Literatura como provocação para a escrita da História. Artes e Letras como mote para a reflexão histórica. Justificativa: A relevância deste ST está na

propositura de seu debate: Sugerimos um momento oportuno que traga à baila a relação dialógica entre História & Literatura na perspectiva de refletirmos sobre os regimes de verdade inscritos na narrativa histórica, paralelo à narrativa literária. Ao lado disso, elucidar a Literatura como fonte de História e como provocação para a escrita da História, essencialmente na Amazônia. Nessa medida, o ST está aberto para o debate acerca de temas relativos aos campos da História Cultural e História Social da Cultura e da Linguagem, desde que os quais utilizem a Literatura como ponto de partida e/ou chegada para a produção do conhecimento científico.

### **ST 15 - Gênero, Interseccionalidades e Direitos sociais**

**Coordenadores:** Roger Kenned Repolho de Oliveira e Michele Pires Lima

**Resumo:** O ST Gênero, Interseccionalidades e Direitos sociais tem como objetivo congrega pesquisadores e pesquisadoras de diversas correntes teóricas para refletirem sobre esses campos, contribuindo assim, para ampliar o debate acerca deles. As discussões das temáticas abordadas pelos pesquisadores possibilitarão a ampliação das perspectivas das pesquisas, compartilhando para além de seus trabalhos, suas experiências relativas aos estudos realizados na região. Os estudos sobre gênero, raça e classe tem fomentado debates, permitindo, dessa forma, um aprofundamento dos problemas, perguntas, questões, inerentes aos temas propostos, que possibilitam discussões cada vez mais substanciais sobre os direitos sociais, que englobam sujeitas(os) que produzem uma historicidade de reivindicações de direitos cada vez mais amplos, aprofundando dessa forma a compreensão do termo “cidadania”. Os estudos feministas e decoloniais, em especial, têm permitido novos marcos de reflexão, para além da relação binária imposta pela historiografia clássica, produzindo nos estudos de Gênero

e das interseccionalidades, a capacidade de romper com a invisibilidade dos problemas que cercam os(as) indivíduos (as) que protagonizam suas lutas por mais visibilidade, mais direitos e maior exercício de uma cidadania plena. O ST tem o intuito de incorporar trabalhos que discutam os temas gênero, interseccionalidades e direitos sociais de forma localizada, integral ou relacional, que contribuam para a expansão dos estudos das mulheres e das masculinidades no Amazonas.

### **ST 16 - Modos de vida, identidade e lutas das comunidades rurais na história do Amazonas**

**Coordenadores:** Franco Lindemberg Paiva dos Santos e Johmara Assis dos Santos

**Resumo:** A implementação de projetos capitalistas na Amazônia tem se multiplicado a cada ano, especialmente em áreas como mineração, construção de hidrelétricas, pesca comercial, exploração predatória de madeiras, impactando os modos de vida e trabalho de moradores e trabalhadores das comunidades rurais amazônicas. Soma-se a esses megaprojetos, a falta de políticas públicas para áreas rurais, e as suas consequências para essas populações. É importante compreender as lutas dessas comunidades rurais e como os trabalhadores e trabalhadoras, por meio da formação de uma identidade coletiva e de objetivos comum, continuam organizando-se para resolver situações de conflito e defender seus modos de vida, seus direitos e territórios.

O mundo rural na Amazônia tem vivido uma série de transformações sociais, políticas e econômicas profundas, em razão do declínio das atividades extrativistas (borracha, castanha e juta). Nas últimas sete décadas, essa situação foi acelerada com a implantação dos megaprojetos que fizeram parte das propostas equivocadas de “integração” forjada na Ditadura Civil-Militar que tivemos entre 1964 a 1985. Soma-se

a isso o fato de que o processo de avanço da fronteira capitalista em áreas rurais da Amazônia não ocorreu de forma homogênea; ao contrário, tencionou de diversas maneiras as formas de vida de trabalhadores e trabalhadoras das comunidades rurais. Tais mudanças, ao alterarem significativamente os ambientes de trabalho e as opções de luta pela sobrevivência, provocaram transformações nos modos de vida de trabalhadores, e os levaram a romper a invisibilidade social e política vivenciada. Esses sujeitos do interior, ao tecerem alianças com instituições confessionais e públicas, passaram a acionar novo nível de identidade coletiva para alcançar uma vida digna, tendo como principal plataforma de apoio os movimentos sociais, que os articularam a outras comunidades com a mesma pauta de luta. Tais processos permitiram a estes atores sociais ampliarem o alcance de suas lutas em favor da conquista de direitos sobre suas territorialidades e recursos. Portanto, diante deste campo aberto de possibilidades de debate incentivamos a submissão de comunicação oral que versam sobre: Modos de vida, questões indenitárias e lutas das/nas comunidades rurais amazônicas. Lembramos que, devido ao longo processo de miscinegação ocorrido na Amazônia, essas comunidades não podem ser vistas como um todo homogêneo, uma vez que constituem e são constituídas por sujeitos sociais que são atravessados por questões de classe, etnia, raça e gênero. Deste modo, este ST tem como objetivo proporcionar o encontro e o diálogo de pesquisadores e pesquisadoras, que possuem produções e investigações sobre as Comunidades Rurais da Amazônia, com destaque para o mundo do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, suas experiências de vida, assim como as lutas e resistências vivenciadas no processo de expansão e transformações capitalistas na Amazônia.

O Simpósio Temático Modos de vida, identidade e lutas das comunidades rurais na história do Amazonas é proposto pelo GT: “Comunidades Rurais na História do Amazonas”, criado no

final do ano de 2022 como um espaço de debates e diálogo das produções acadêmicas sobre a historiografia das comunidades rurais amazônicas e seus atores sociais e políticos.

### **ST 17 - História da Igreja na Amazônia**

**Coordenadores:** Elisângela Maciel e Adriana Brito Barata Cabral

**Resumo:** Este Simpósio Temático, “História da Igreja na Amazônia”, propõe-se a discutir os variados aspectos que envolvem Religião e Religiosidade na Amazônia, a partir da História da Igreja Católica e seus desdobramentos e entrelaçamentos com outras formas de pensar, sentir e experimentar a Religião e a Religiosidade. Considerando a relevância dos estudos que envolvem a presença e a trajetória da Igreja na Amazônia, com suas ações, contribuições e controvérsias, somando-se à necessidade de maior conhecimento e pesquisas nessa área, espera-se aqui gerar um amplo debate que aprofunde a caminhada dos que já se debruçam sobre as variadas vertentes e temáticas da História da Igreja e desperte em outros o interesse por esse campo de pesquisa. Vale ressaltar que este Simpósio quer acolher diferentes olhares e abordagens, com pesquisas já consolidadas e outras que estão no processo, e aquelas ainda estão desabrochando, visando estreitar laços e fortalecer as discussões que envolvem a História da Igreja e as diversas expressões de Religião e Religiosidade presentes na diversidade amazônica. Dentre os inúmeros aspectos, internos da Igreja Católica ou de conexão com ela, a partir dela ou contraponto a ela, pontuamos para este Simpósio Temático: Monoteísmos na Amazônia; Religiões de Matrizes Africana na Amazônia; Religiosidades dos Povos Originários na Amazônia; Religiosidades e Espiritualidades amazônicas; Cristianismos na Amazônia; Movimentos Religiosos na Amazônia; Laicato na Amazônia; Romanização; Experiências devocionais; Vida

Religiosa; Festas Religiosas; Irmandades; Ritos de Passagem; Missão e missionaridade; CIMI e Questão Indígena; Intolerância Religiosa; Fundamentalismo e Proselitismo; Igreja e Estado; Religião e Política; Religião e espaço público; Religião e Saúde; Patrimônio Religioso; Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso; Doutrina Social da Igreja; Direitos Humanos; Mariologia; Mulheres e Igreja; Benzedeadas e Curandeiros; Sínodo e Sinodalidade; Igreja Católica e Documentos para a Amazônia.

### **ST 18 - O Ensino de História Decolonial em tempos de negacionismo científico e Educação Neoliberal: teoria, metodologia e práxis libertárias**

**Coordenadores:** Alexandre da Silva Santos e Eduardo Gomes da Silva Filho

**Resumo:** O simpósio pretende agregar pesquisas em andamento ou já realizadas que investigam os desafios inerentes ao ensino de História na perspectiva do pensamento decolonial, considerando haver a resistência de um contexto marcado pela disseminação do negacionismo científico e da manutenção do eurocentrismo em salas de aula, sobretudo na educação básica. Nesse sentido, espera-se discussões que tragam contrapontos, sejam movimentos de insurgência e lancem desafios quanto à narrativa euro-USA-cêntrica, protagonizando o compromisso com a pluralidade de perspectivas históricas. Nesse bojo, as arguições de Anibal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Paulo Freire, João Colares da Mota Neto, convergem para a discussão do Negacionismo Científico e suas Implicações, a fim de que haja um encontro de estratégias pedagógicas que promovam a reflexão crítica e o diálogo intercultural, como também a concepção de práticas pedagógicas emancipatórias e libertárias no ensino de História, destacando seu papel na promoção da justiça social, na construção de narrativas históricas

inclusivas e na formação de cidadãos críticos e conscientes. Logo, o Simpósio visa fomentar uma reflexão aprofundada e crítica sobre os desafios e potenciais do ensino de história, na perspectiva decolonial, estimular o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre pesquisadores, educadores interessados na promoção de uma educação histórica mais inclusiva e emancipatória, no desafio de enfrentar os dilemas contemporâneos e promover uma maior consciência histórica e social entre os estudantes.

### **ST 19 - Na LABUHTA: História e Cultura Política no Brasil Republicano**

**Coordenadores:** Amaury Oliveira Pio Junior e Davi Monteiro

**Resumo:** Saída do limbo da História nas últimas décadas do século XX, a História Política ressurgiu renovada, no que tange, seus objetos, metodologias e fontes. Retomou, assim, ao espaço universitário, abandonando os aspectos obsoletos e elitistas denunciados pelos Anales e que a levaram a seu declínio. O abandono que atingiu a História Política por si só é um vetor explicativo para a sua retomada como aponta Julliard “não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica.” De outra forma, a Nova História Política, segundo René Remond, almeja captar o âmago da realidade, pois considera as estruturas duráveis mais reais e determinantes, acredita que os comportamentos coletivos têm mais importância que iniciativas individuais. Nesse sentido o retorno da História Política tem ancorando-se, em especial, pela aproximação com os domínios da História Cultural, e portanto os trabalhos produzidos nesse campo são norteados pela noção de cultura política, a qual, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, pode ser definida como, “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece

leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Ao refletir sobre histórica política brasileira, principalmente no Brasil República, observamos que temos uma seara a ser explorada por pesquisadores de iniciação científica, mestrado e doutorado, pois o período republicano brasileiro é esta temporalidade que, com o declínio da monarquia, possibilitou o surgimento de novos agentes sociais, entre eles o operariado urbano. É também o interregno em que ocorreram variados embates políticos, por exemplo, com o operariado buscando direitos e cidadania no início do século XX ou com o povo lutando contra a possibilidade de rupturas institucionais, como em 1954, 1955, 1961, 2016. Apesar dos dissabores, este também é um tempo de pujante criação cultural, como Semana de Arte Moderna, o Tropicalismo, a Bossa Nova, as quais cada uma de sua forma buscam demonstrar de forma cultura a leitura política acerca do país. Por outro lado, foi o mesmo período que as ditaduras do Estado Novo e a civil-militar de 1964 provocaram rupturas destes breves momentos democráticos, nas quais se estabeleceram novas bases industriais no país, porém sob intensa repressão social. Mesmo a retomada da ordem democrática mostrou-se muito mais complexa do que simples eleições diretas ou uma nova Constituição, visto que o país ainda vivencia solavancos políticos em que as regras democráticas são constantemente colocadas em xeque. Assim posto trazemos através desta proposta de Simpósio Temático um espaço de debate fraterno e profícuo sobre os diversos temas que abarcam o campo de História Política e o Brasil República. Para isso serão bem-vindos trabalhos que versem sobre culturas políticas (comunistas, anarquistas, socialistas, anticomunistas, integralista e etc), partido políticos, religiões, eleições, levantes e motins, movimentos sociais e/ou culturais, políticas governamentais, repressão, ditaduras, entre outras.

## **ST 20 - Fontes judiciais: caminhos trilhados, possibilidades temáticas e diálogos interdisciplinares necessários**

**Coordenadores:** Wanderlene de Freitas Souza Barros e Francisca Deusa Sena da Costa

**Resumo:** A existência do direito que é regulador das relações sociais não garante a extinção de conflitos entre as partes diante de uma sociedade desigual. Cabe à Justiça, oportunizar o acesso judicial e julgar as querelas, atuando como garantidora do direito à cidadania e ao bem-estar social. O conflito surge a partir da insatisfação de pelo menos uma das partes, pois a falta de definição em situações entre as pessoas, diante de bens ou mesmo direitos pretendidos é sempre momento de tensão e angústia individual ou coletiva. Com exceção do código penal, o código civil e a CLT trabalhista prezam pela “conciliação”. A proximidade com a fonte judicial traz ao historiador a possibilidade de analisar uma polifonia de vozes de autores, oriundos de diferentes lugares sociais, antes não contemplados por uma corrente historiográfica que valorizava essencialmente o movimento social; traz ainda registros escritos de relatos orais que nos são disponibilizados a partir dos arquivos judiciais existentes no país. O testemunho histórico para a reconstrução dos vácuos historiográficos é o objetivo do ST proposto. Pretende-se buscar, através da interdisciplinaridade com o Direito, o espaço de fala dos atores sociais reconstruindo práticas, crenças e experiências, com fragmentos que nos permitem escrever uma história “vista de baixo”; compreendendo o mundo do particular para o geral. Assim, a presente proposta de Simpósio Temático objetiva trazer a lume, bem como dimensionar e refletir sobre o crescimento de pesquisas com fontes judiciais por historiadores nos últimos 20 anos. Um outro objetivo do ST volta-se ao diálogo interdisciplinar com a área do Direito, cuja produção acadêmica muito nos interessa, inclusive para gerar

conexões que efetivamente viabilizem esse canal de debates. O uso do processo judicial trabalhista como fonte histórica tem crescido nesta segunda década do século XXI. Trata-se de documento com uma composição de peças, linguagem técnica e ritos próprios da prática processual sobre o qual historiadores, sociólogos e antropólogos exercitam diferentes abordagens para revelar os chamados “de baixo” não só para expor sua condição de excluídos, mas como sujeitos históricos que interferem nas transformações sociais — entre elas a produção de normativos legais reguladores dos mundos do trabalho — com uma diversidade de protagonismos que, às vezes se situam na ação coletiva, no movimento social, outras vezes são de cunho individual, mas também são de interesse comum e tem impacto nas conquistas coletivas e na forja dos direitos sociais a partir da exigência de melhores condições de trabalho e respeito à dignidade humana. Esperamos contar com comunicações de historiadores, pesquisadores do Direito, sociólogos e antropólogos que tenham produzido artigos, dissertações e teses com fontes judiciais dos mais variados ramos da Justiça e tenham interesse no diálogo inter e transdisciplinar.

### **ST 21 - Amazônia Colonial: novas perspectivas e abordagens históricas**

**Coordenadores:** Gisele da Silva Rezk, Samuel Luzeiro e Lucena de Medeiros

**Resumo:** O Simpósio Temático proposto tem por objetivo congrega trabalhos acadêmicos de pesquisadores que se debruçam sobre o tema da Amazônia Colonial, a saber, que estão voltados a abordagens históricas de objetos e fenômenos que atendam ao recorte espacial da Amazônia, em seus diversos elementos constitutivos, e temporal do intervalo de longa duração que se inicia com os primeiros contatos entre europeus

e povos indígenas e se encerra com a “emancipação” do poder colonial português. Receberá, portanto, trabalhos que estejam balizados no cenário amazônico dos séculos XVI ao início do XIX, inseridos nas dinâmicas coloniais ou de colonização. Enquadram-se, desse modo, pesquisas que digam respeito aos processos e fenômenos culturais próprios do recorte; que estudem os campos do poder simbólico e político, bem como o econômico; que ponham em discussão os modelos pensados para explicar a Amazônia no período colonial; que abordem atores e agentes esquecidos da historiografia tradicional; que partam da análise de documentação oficial-burocrática ou não-oficial; que considerem as relações ultramarinas e intercoloniais na Amazônia; que considerem a formação e/ou construção da Amazônia enquanto resultado de lentes culturais diversas da colonização; que, enfim, abarquem a Amazônia Colonial a partir de perspectivas diversas, sejam elas das Culturas e Representações (História Cultural), das Instituições e práticas político-sociais (História Política ou do Poder) ou dos diversos outros aspectos da sociedade amazônica no período colonial (História Social).

Os estudos referentes à Amazônia Colonial são relevantes porque abrangem uma discussão há muito tempo debatida no meio acadêmico, aquela sobre a questão do chamado regionalismo, pois a historiografia tradicional tende a privilegiar pesquisas com ênfase no modelo colonial administrativo e econômico implantado no nordeste e sudeste brasileiro, relegando a Amazônia a uma historiografia local, quase desconhecida, com pouca relevância para compreender as relações que instrumentalizaram a administração colonial e a relação entre Brasil-Portugal; com exceção, talvez, daquelas que versam sobre o período Pombalino que, através de suas políticas, colocam a região Amazônica num lugar de destaque e importância perante as produções acadêmicas centrais. Contudo, nesse lugar periférico, sob a justa reclamação de

pesquisadores amazônidas, estão se produzindo estudos dos mais variados temas que têm colocado a Amazônia num lugar de destaque na historiografia brasileira, que vem passando por um processo de renovação, sobretudo no que diz respeito a Amazônia Colonial, com a produção de estudos que apresentam uma abordagem mais variada; mesmo que seja importante mencionar os aspectos político-administrativos e oficiais, novas temáticas estão sendo introduzidas, principalmente aquelas que envolvem os aspectos da vida cotidiana e a dimensão social e cultural, que resultam em novas propostas de reflexão e discussão que dão luz a esse universo multifacetado das populações amazônicas. Desse modo, este Simpósio Temático se propõe enquanto espaço de abrigo a essas produções, oriundas de estudos que contribuem para dar visibilidade a temas e fatos locais, inseridos na abrangência amazônica.

# Resumos dos Minicursos



## **Minicurso 01 - História das Mulheres: Historiografia e Metodologia**

**Proponentes:** Mônica Xavier de Medeiros e Patrícia Regina de Lima Silva

**Resumo:** O minicurso “História das Mulheres: Historiografia e Metodologia” objetiva debater o surgimento e consolidação dessa área, bem como analisar criticamente suas principais perspectivas ou concepções teóricas e como elas dialogam com as pesquisas em História Social. Para tanto, abordaremos os “Estudos de Gênero”, a “Teoria da Reprodução Social”, a “Interseccionalidade” e a “Consubstancialidade”. Além disso, discutiremos as metodologias que mais tem se destacado nas pesquisas que abordam experiências de vida e trajetórias femininas como a História Oral, que nessa compreensão, ilumina os mais diversos aspectos sensíveis inculcados em cada trajetória.

A História das Mulheres teve seu impulso inicial a partir de fins da década de 60 e início de 70 do século XX, influenciada pelo Movimento Feminista e a entrada de mulheres na Universidade. A partir de então, essa área de estudo e pesquisa se diversificou e complexificou, acompanhando os debates colocados pelos Movimentos Sociais e consolidando sua trajetória nas Universidades. É importante, nesse sentido, a compreensão das diversas categorias, perspectivas teóricas e metodologias que são utilizadas na pesquisa sobre mulheres, a fim de possibilitar novos debates e olhares na trama histórica.

O minicurso iniciará com a abordagem da História Oral na pesquisa sobre mulheres, pois esta metodologia tem potencial para evidenciar memórias contra hegemônicas e o fazer-se de mulheres enquanto protagonistas da História. Além disso, permite perscrutar a diversidade entre as próprias mulheres evitando essencializações sobre o “feminino” na perspectiva de perceber como as diferentes abordagens inserem as trajetórias das mulheres, considerando os sentidos que são e estão atribuídos no interior de suas historicidades. Após a discussão sobre os desafios da História Oral nas pesquisas sobre mulheres, faremos a apresentação, crítica e contextualização das diversas perspectivas teóricas que estão presentes nesse campo de estudo.

### **Minicurso 02 - Ensinando através das artes: princípios e métodos para dinamizar as aulas de história**

**Proponente:** Franco Lindemberg Paiva dos Santos

**Resumo:** A grande ramificação e especialização que a historiografia teve ao longo do século XX, fez com que, no momento atual, seja difícil encontrar algum tipo de produção humana, que não sirva, de alguma forma para o estudo do passado de algum grupamento humano. Dentre essas formas de produção humana, pelo seu grau de elaboração, as artes despontam como meios privilegiados para o estudo historiográfico. Todavia, por motivos que ainda carecem de aprofundamento, o meio acadêmico ainda continua, majoritariamente, preso às fontes escritas, com poucos profissionais de educação se aventurando a ensinar a história para além do que é escrito. Ressaltamos a importância de olharmos para as mais variadas formas de expressões artísticas como instrumentos privilegiados para o ensino e a pesquisa em história.

Mesmo sendo ótimos instrumentos para o mergulho em determinados momentos da história de uma sociedade, ajudando-nos a entender as mentalidades, e muitas vezes as forças antagonicas presentes no momento de sua produção, as artes ainda possuem um papel muito aquém do que poderiam desempenhar no processo de ensino e aprendizagem da história em todos os seus níveis. Músicas, pintura, esculturas, cinema, charges e memes, têm muito a nos ensinar sobre o momento histórico em que foram produzidos. Mas, lembrando do que nos dizia Marc Bloch (2001): “precisamos fazer as perguntas corretas” a estas fontes para obtermos estas informações. Usando os métodos adequados a cada uma dessas formas de expressão humana, é possível enriquecermos bastante o nosso processo de ensino e aprendizagem na história. Sabemos, que cada uma dessas expressões humanas, possuem a sua forma de uso em salas de aula, contudo, há princípios comuns que podem servir de base para o uso de todas elas no ambiente escolar, e é isso que pretendemos desenvolver neste curso.

Nosso minicurso consistirá de uma apresentação conceitual inicial, onde serão apresentados os elementos essenciais para o uso das mais variados formas de arte em sala de aula; na sequência, em grupos os cursistas desenvolverão o esboço de planos para uso de uma determinada forma de arte em sala de aula. Por último, teremos uma breve apresentação do projeto por eles desenvolvidos.

### **Minicurso 03 - Edward Thompson (1924-1993): neomarxismo, história vista de baixo e a religião dos trabalhadores**

**Proponente:** Daniel Barros de Lima

**Resumo:** Este minicurso objetiva apresentar a abordagem da história vista de baixo a partir da obra de Edward Thompson, situando, no tempo e no espaço, seu rompimento com os “ideais” do marxismo ortodoxo (representando por Perry Anderson e

Louis Althusser) e, por conseguinte com o partido comunista da Inglaterra. Ao “deixar de lado” o determinismo econômico e os elementos teleológicos próprios daquele marxismo, a compreensão da chamada “luta de classe” ganha novo olhar, o da análise das experiências e do cotidiano social de cada grupo na formação de uma consciência de si e do mundo. A partir disso, esse minicurso passar a abordar o que a proposta revisionista de Thompson passou a abordar, a saber, uma melhor compreensão de outras instâncias e dimensões da vida humana, e temas como, a religião, que ganhou espaço na historiografia com uma análise sociocultural necessária, especialmente acerca da religião dos trabalhadores. Para tal objetivo, lançaremos mão de uma bibliografia básica de autores como Claudio Batalha; José D’assumpção Barros; Alexandre Fortes; Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Michael Löwy, textos recentemente utilizados na disciplina que ministramos de “Tópicos Especiais de Teoria da História” no curso de História da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), que objetivou estudar a escola e a abordagem de Edward Thompson. Com isso, pretendemos fazer uma reflexão da contribuição de Edward Thompson para a pesquisa histórica contextualizada ao Brasil, observando criticamente, a partir do campo das Ciências da Religião, como a religião tem incidido na política e o quanto essa relação tem afetado a sociedade brasileira contemporânea. Por fim, afirmamos que tais análises podem contribuir significativamente com a formação de estudantes de História, bem como, para com o exercício da pesquisa histórica que busca dialogar com as interfaces da fenomenologia religiosa. A religião (sua importância) não pode mais ser um fato social ignorado ou até mesmo negado como ocorre em alguns círculos acadêmicos. Assim, convidamos a todos(as) a prestigiarem este minicurso para que também possamos obter as possíveis impressões da comunidade de historiadores(as) presente.

## **Minicurso 04 - Livros Didáticos de História: ensino e pesquisa**

**Proponentes:** Diego Marinho Goes e Lademe Correia de Sousa

**Resumo:** De acordo com Choppin (2004), os livros escolares foram negligenciados pelos historiadores até os anos de 1970. A partir daí os historiadores começaram a manifestar interesse pelo livro didático como objeto de pesquisa, compreendendo-o como uma fonte rica e privilegiada, que exerce diversas funções nas escolas: 1. Função referencial; 2. Função instrumental; 3. Função ideológica e cultural e 4. Função documental. Seja como objeto de ensino ou de pesquisa, os livros escolares precisam ser encarados como complexos e que precisam ser problematizados. O minicurso “Livros Didáticos de História: ensino e pesquisa” tem por objetivo refletir sobre esse artefato da cultura escolar, enquanto objeto produzido, comercializado e consumido para ensinar História, ao passo que também vai trabalhar as diversas possibilidades de pesquisa sobre esse material. Segundo Margarida Dias de Oliveira, no Brasil, após a redemocratização, realizou-se uma série de trabalhos que atribuíam ao livro didático diversos problemas, e isso atingia diretamente a qualidade da educação. Esses trabalhos estavam corretos e cumpriram um papel fundamental. A chamada historiografia da denúncia. No entanto, de acordo com essa pesquisadora, é preciso romper com essa historiografia da denúncia e refletir sobre as potencialidades de utilização dos livros didáticos de História. O minicurso, portanto, dará ênfase nas necessidades de perspectivas plurais sobre esse objeto cultural, entendendo que o livro didático é um instrumento que precisa ser mais bem utilizado pelo professor, compreendendo como melhor utilização a exploração adequada das suas potencialidades. Portanto, esse será um caminho epistemológico de abordagem.

O tema será analisado por meio de aula expositiva e dialogada e debates em grupos realizados pelos participantes

com a mediação dos professores. IV. Conteúdo programático. 1. Livro Didático: produção, circulação e usos. 2. Os historiadores e os livros didáticos. 3. Livro didático: objeto e fonte de pesquisa. 4. Funções do livro didático no ensino e na pesquisa. 5. Usos do livro didático nas aulas de História.

### **Minicurso 05 - Iconografia, Iconoclastia e Iconologia: As imagens têm história**

**Proponentes:** Bruno Miranda Braga e Maria de Jesus do Carmo de Araújo

**Resumo:** A presente proposta da atividade pretende fortalecer as práticas de ensino a partir de uma nova perspectiva que chegou ao campo da História no início do século XX com a escola dos Annales, onde os estudos históricos ganharam abrangência ao utilizar outras fontes para o saber científico, trata-se então de uma mudança nos paradigmas historiográficos. Partindo desse pressuposto podemos utilizar em sala de aula as imagens como fontes históricas e reflexos das sociedades das quais elas fazem parte. No entanto, não podemos utilizar as imagens de forma imprudente, elas precisam ser pesquisadas e questionadas, semelhante a incentivar a pesquisa histórica e desvendar o que a norteia, para isso se faz necessário a utilização de métodos e levantamento bibliográfico para fortalecer o saber histórico e científico por trás da imagem. Por fim, a atividade irá acrescentar conhecimento e criticidade ao olhar as imagens, pois saberão que os seus traços carregam Histórias. A atividade também vai proporcionar a prática de analisar e descrever o que os olhos conseguem ver, dando segurança aos acadêmicos para realizar a mesma atividade em sala de aula, incentivando a pesquisa na educação básica e tornando a aula mais participativa. I. Ementa. Abordar os aspectos que norteiam a Iconografia a partir de uma perspectiva histórica, entendendo o objeto como fonte da historicidade de determinado tempo, espaço numa

dimensão interdisciplinar, unindo as questões teóricas com a prática de análise das imagens. Além disso, podemos utilizar a Iconografia para atividades pedagógicas e metodológicas incentivando a pesquisa a partir das imagens. II. Justificativa. O minicurso visa contribuir para o fortalecimento de novas abordagens historiográficas tanto para a academia quanto para os professores da rede básica de ensino. III. Metodologia. Aula expositiva; Conceitos históricos; Aplicação de teoria iconográfica; Atividade prática de pesquisa e apresentação de análise documental a partir das imagens; Avaliação da atividade; Considerações finais IV. Conteúdo programático. 1h - Conceitos históricos; 1h - Aplicação de teoria iconográfica; 1h - Atividade prática de pesquisa e apresentação de análise documental a partir das imagens; 30 min - Avaliação da atividade; 30 min - Considerações finais.

### **Minicurso 06 - Fontes para a História Indígena e do Indigenismo do século XX, a partir de acervos digitais**

**Proponentes:** Talita Gama de Magalhães e Tiago Fonseca

**Resumo:** O minicurso proposto tem o objetivo de ministrar metodologias de acesso a arquivos digitais que possam ser instrumentalizados a pesquisa em história indígena e do indigenismo no Brasil. Essa história teve seu desenvolvimento por vezes paralelo ao militarismo no país e teve no golpe de 1964 a derradeira experiência com os projetos desenvolvimentistas do regime e de suas implicações com os povos indígenas. Após a redemocratização, instituições e grupos comprometidos com a verdade sobre os crimes cometidos pela Ditadura militar no Brasil, dispostos a organizar e dispor a documentação gerada durante o período, trabalharam para dispor e hoje, acervos diversificados estão à disposição de pesquisadores e pesquisadoras interessados na problematização do passado recente do país e na sua implicação com a história indígena e

do indigenismo brasileiro. Alguns desses acervos já estão em utilização há décadas e sua divulgação e uso por pesquisadores têm crescido. A proposta visa a prática metodológica de “navegação” por esses acervos, problematizando suas limitações e corroborando para o acesso dos historiadores e historiadores que buscam fontes digitais para uma história indígena e do indigenismo no Brasil.

Os acervos digitais têm seu acesso cada vez mais utilizado. Com as leis de informação, as Instituições vêm dispondo essa documentação na rede mundial de computadores, permitindo assim o acesso remoto de pesquisadores do mundo todo a esses acervos. A sua utilização é imprescindível para a construção do conhecimento histórico, comprometido com a problematizações de fontes nas questões que partem do presente para o passado. Têm sua importância destacada uma metodologia para acesso a esses acervos, bem como é crucial a problematização das limitações de acesso às fontes digitais na pesquisa em História. III. Metodologia. O desenvolvimento do minicurso está assentado na apresentação das plataformas e da pesquisa nos seus bancos de dados. A proposta consiste em discutir temas da história e da historiografia a partir de exemplos práticos com a consulta de fontes. Tudo isso para demonstrar aos participantes as possibilidades de identificação, triagem e catalogação de fontes salvaguardadas e disponibilizadas em acervos online.

**Resumos**  
**das Comunicações Orais**  
Organizadas por Simpósio Temático



## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 01**

### **História Política, das Elites e das Instituições**

**Coordenadores:** Kívia Mirrana de S. Pereira e Daniel Rodrigues de Lima

Não houve inscrições o suficiente e as comunicações foram remanejadas para o ST 6

\*\*\*\*\*

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 02**  
**Amazônia e a História Global do Trabalho:**  
**séculos XVI-XXI**

**Coordenadores:** Alcemir Arlejean B. Teixeira e Luiz Carlos Laurindo Júnior

\*\*\*\*\*

**“Para empregá-los em serviço de suas casas”:  
menores e órfãos no serviço doméstico em Belém  
(década de 1880)**

*Victor Hugo Modesto*

**Resumo:** A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, colocou no horizonte do Império Brasileiro o fim da escravidão, visto ter abolido a última fonte de escravidão ainda existente, o nascimento. No decorrer de vigência dessa legislação, houve um aumento gradual de recursos judiciais de tutela de órfãos e menores, que tinham diferentes condições jurídico-sociais. A prática social da tutela teve crescimento significativo na década de 1880, na qual centenas de órfãos e menores ficaram sob os cuidados de seus tutores, fossem esses familiares ou estranhos. Pesquisas realizadas a partir de diferentes regiões demonstram que essa prática foi comum no Brasil Imperial, recaindo sobre menores egressos da escravidão (libertos e ingênuos) e livres pobres. Essa realidade não foi diferente na capital

da Província do Grão-Pará, onde órfãos e menores libertos, ingênuos, indígenas e livres pobres, quase todos “não-brancos” e oriundos de famílias pobres, tiveram suas tutelas pleiteadas junto ao Juízo dos Órfãos, instituição encarregada de julgar os pedidos de tutelas e de designar tutores para os menores. Os processos de tutelas estão repletos de conflitos, envolvendo principalmente as mães dos menores, sejam elas libertas ou livres, com outros indivíduos que desejavam tutelar seus filhos e filhas, alguns desses sendo ex-senhores. No presente trabalho, busco examinar as tutelas, evidenciando um dos principais motivos para que diversos indivíduos recorressem a estes processos judiciais, que consistiram na possibilidade de utilizar os órfãos e menores em serviços particulares, notadamente no âmbito doméstico. Mesmo que outros tipos de serviços possam ser constatados, destaco o serviço doméstico por ter se constituído no mais recorrente, por ser aceito socialmente, sendo em alguns casos indicados nas decisões de curadores e juizes de órfãos, e também por permitir observar questões que eram influenciadas pelo gênero, sendo possível observar a expectativa do lugar social que deveria ser desempenhado por meninos e meninas. Assim, procuro demonstrar que o contexto de desestruturação da escravidão influenciou a dinâmica das tutelas, sendo que com a abolição em 1888 os recursos judiciais dispararam em diferentes províncias. No entanto, o crescimento das tutelas não recaiu somente nos menores egressos da escravidão, mas também sobre órfãos e menores de diferentes condições jurídico-sociais, que tiveram experiências semelhantes na prática de serviços domésticos.

## A cadeia produtiva global da soja e carne na Amazônia Legal brasileira (1974-2024)

*Alcemir Arlejean B. Teixeira*

**Resumo:** Esta comunicação parte da chave interpretativa do sistema-mundo capitalista desenvolvida pelas reflexões sócio-históricas de Karl Marx, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi reflete sobre a trajetória histórica da possível formação de um regime agroalimentar global chinês que pode estar substituindo o regime alimentar corporativo. Assim sendo, pretendo por meio do trabalho de pesquisa interdisciplinar nos campos da história política, empresarial, agrícola, ambiental e calcado nos referenciais da sociologia histórica investigar a existência de uma configuração produtiva histórica global com cerne geohistórico constituído na Amazônia brasileira. Nesta comunicação as ações nacionais desenvolvimentistas foram postas em marcha pelo estado brasileiro na era da ditadura militar, com o intuito de atender o mercado interno por meio da produção de alimentos baratos na Amazônia, foi capturada nas redes globais de produção e reprodução capitalistas e deu origem a um regime alimentar global centrado na China. As reflexões sobre os regimes agroalimentares globais e a chamada era do neoextrativismo são dos sociológicos de Philip McMichael em *Regimes Alimentares e questões agrárias* e de Maria Stela Svampa em *As fronteiras do Neoextrativismo na América Latina*, bem como o trabalho de Stephen Bunker e Paul Cicantell *Globalization and the Race for Resources*. Esse conjunto teórico compreende a possível trajetória histórica de formação de um sistema agroalimentar baseado na expansão da economia chinesa. Escolhemos a Amazônia Legal como espaço geohistórico privilegiado onde pretendemos compreender a expansão acelerada das cadeias mercantis da carne bovina e soja entre 1974-2022. O recorte temporal abarca

tanto a inserção da economia chinesa como “fábrica do mundo” numa incrível associação entre o não ortodixismo econômico do partido comunista chinês e das escolhas neoliberais dos governos ocidentais (Estados Unidos e Grã-Bretanha) em busca da diminuição dos custos da produção no Ocidente por meio da transferência produtiva para território chinês. Essa associação de interesses causou, no correr de décadas seguintes, justamente uma expansão do consumo chinês de produtos primários e a conseqüente captura dos projetos econômicos políticos de produção de soja e carne na Amazônia brasileira, que se iniciaram sob os auspícios da ditadura militar e que se prolongaram nos governos neodesenvolvimentistas do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

### **A produção da miséria e as formas de exploração da mão de obra no vale amazônico (Brasil, século XIX)**

*Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira Costa*

**Resumo:** Na década de 1850, Alfred Russel Wallace, ao chegar próximo de uma vila às margens do Rio Negro, relatou uma negociação de produtos realizados entre indígenas com os “comerciantes dos rios”, também conhecidos como regatões. Wallace descreveu como os indígenas “(...) trazem os produtos que podem colher, a fim de trocá-los pelos artigos de que necessitam. Quando nada têm para trocar, compram fiado, comprometendo-se a fazer o pagamento daí a algum tempo”. O inglês viu-se incrédulo perante tal comércio completamente diferente dos seus parâmetros capitalistas, mas o fato é que essas trocas chamadas de sistema do aviamento, como têm demonstrado as pesquisas historiográficas, norteavam não apenas as relações ditas comerciais entre indígenas e não-indígenas como também regulavam certas modalidades de trabalho em voga na região. Todavia, geralmente quando

esse tema é abordado, tem-se detido em analisar o sistema do aviamiento através da sua centralidade para a coleta e comercialização da borracha durante o auge da produção (1870-1915) e na ligação com formas de escravidão por dívidas que atingiam sobremaneira os migrantes nordestinos. Outras pesquisas têm constatado, nem sempre vigorou na região essa relação entre aviamiento e a escravidão por dívida, o pesquisador Márcio Couto Henrique, por exemplo, assevera como muitas das “trocas seguiam o padrão tradicional indígena, sem uso de dinheiro e submetidas ao ritmo de contraprestação determinado pelos próprios índios” (Henrique, 2018, p. 180). Ou seja, essas populações exerciam em diferentes níveis influência nos termos que ditavam as negociações, impunham suas demandas e exerciam sua autonomia para negociar seus produtos ou aceitar certos tipos de trabalhos. Então, quais teriam sido as transformações ocorridas na região que provocaram essas mudanças? Como o aviamiento colaborou com o processo de vulnerabilização e empobrecimento das populações locais? Como foram limitados os espaços de influência e autonomia exercidos pelas populações locais? Essas são algumas das questões que pretendemos debater nesta comunicação por meio da análise de uma miríade de fontes como: relatos de viajantes, jornais, documentação oficial e processos criminais. A partir disso, o objetivo é analisar como se deu o processo de produção de miséria/pobreza e como isso afetou as formas de exploração da força de trabalho, analisando, sobretudo, as mudanças históricas que o chamado sistema do aviamiento sofreu na província da Amazônia no século XIX.

## **Beneditas, Marias e Raimundas: mulheres escravizadas em Óbidos entre o trabalho e a maternidade (1871-1888)**

*Fernanda Martins de Sousa*

**Resumo:** A presente pesquisa é parte do meu trabalho de conclusão de curso, e tem como objetivo compreender os lugares das mulheres escravizadas na cidade de Óbidos, entre os anos de 1871 e 1888, no que diz respeito aos trabalhos que desempenhavam, seu lugar na família e na comunidade escrava. Segundo José Maia Bezerra Neto (2012) e Bárbara da Fonseca Palha (2019), o último desembarque de escravizados no Pará aconteceu na década de 1840. Surge, a partir do rompimento do tráfico transatlântico, a necessidade de reelaborar o sistema de reprodução da mão de obra escrava. As mulheres escravizadas tornaram-se, então, imprescindíveis, pois, segundo Daniel Barroso (2017), a reprodução endógena foi determinante não somente para a reprodução como também para a ampliação das escravarias. Resultou que as mulheres escravizadas tiveram não apenas sua força de trabalho mas também suas capacidades reprodutivas exploradas. Este trabalho busca, portanto, identificar especificamente como as mulheres escravizadas compunham a força de trabalho em Óbidos, suas relações familiares e também como a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, influenciou suas vidas. Foi selecionado para essa análise o período que vai de 1871 a 1888, recorte temporal que está entre a aprovação da Lei do Ventre Livre e a Abolição da escravidão. Esse recorte é essencial para compreender como a lei impactou diretamente a vida dessas mulheres e a sua dinâmica familiar sob a estrutura da escravidão. A análise é construída a partir do *Livro de classificação de escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação* do município de Óbidos (1873-1884), encontrado em um dos cartórios da cidade; do Decreto nº 1.695, de 15 de

setembro de 1869; da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871; do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872; do Recenseamento do Brasil em 1872 e de Relatórios de Província produzidos entre 1876 e 1888. As fontes possibilitaram a identificação de alguns aspectos da exploração da mão de obra dessas mulheres escravizadas, que trabalhavam em lavouras e na zona urbana, bem como da formação da família e da construção da comunidade escrava em Óbidos.

### **Mundos do trabalho e vida rural nos sertões amazônicos: Costa da Conceição/Itacoatiara (1872-1913)**

*Davi Avelino*

**Resumo:** A discussão busca recuperar, a partir da trajetória de determinados sujeitos e suas famílias, a história de ocupação, trabalho e o modo de vida rural na comunidade Costa da Conceição/Itacoatiara, em um período de aproximadamente 40 anos. A região da Costa da Conceição está situada 7 léguas acima da cidade de Itacoatiara (Vila de Serpa), na margem esquerda do rio Amazonas. É uma área cortada pelo furo do Cainamã que, em período de cheia, permite a passagem para o rio Urubu e a travessia para a vila de Serpa pelos fundos do território. Na margem oposta, encontra-se a entrada do rio Madeira. Apesar de estar situada na margem do grande rio Amazonas, a Costa da Conceição configura-se com uma extensa área de várzea, com terras inundadas em boa parte do ano. Além disso, destaca-se o forte impacto das chamadas terras caídas. Se no século XVIII essa região era uma conhecida área de coleta de cacau, no oitocentos ela se tornou um estratégico lugar em que navios à vapor paravam para abastecer lenha e onde as embarcações que desciam desde o rio Madeira em direção à Belém faziam parada. A análise toma como fio

condutor as relações sociais que se estabeleceram no mundo do trabalho entre comerciantes portugueses, negros escravizados e indígenas que tradicionalmente ocupavam o território. O ponto de partida é a trajetória de Cyrillo, escravizado pelo comerciante e proprietário de terras Antônio José Serudo Martins. Cyrillo trabalhou nas terras de Serudo Martins como carregador de lenha e calafate das embarcações e ali estabeleceu família. O filho mais velho de Cyrillo, Elpídio Antônio Leal, recebeu da família Serudo Martins uma parte terras da região conhecida como Costa da Conceição, na altura do furo do cainãmanzinho, como reconhecimento das relações de trabalho e compadrio estabelecidas na área. Cyrillo faleceu em 1913 e seus filhos permanecem na região até os dias atuais. Metodologicamente, a pesquisa articula as fontes documentais do período (matrículas de escravizados da vila de Serpa, matérias de jornais, mapas), com um conjunto de entrevistas com descendentes de Cyrillo e outros moradores que descendem dos moradores da Costa da Conceição desde a década de 1970. Acredita-se que o estudo da trajetória dessas famílias permite compreender as estratégias e agências criadas pelos sujeitos para construir territorialidade nesse mundo rural amazônico.

### **O projeto “Uma Vaca para o Índio” na terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima (1975-2005): trabalho e processos de territorialização**

*Emanuel de Araújo Rabelo*

**Resumo:** A presente pesquisa pretende analisar e compreender a criação do projeto “Uma vaca para o índio” que é popularmente conhecido projeto do gado na região da Raposa Serra do Sol, localizada no nordeste do estado de Roraima, durante segunda metade do século XX e começo do XXI em Roraima, entre 1975 a 2005, na história do Brasil, que além

de envolver os indígenas da região, envolveu outros sujeitos e instituições, como fazendeiros não indígenas, Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Ao entrar na perspectiva do conceito de trabalho, e ainda, ao compreender a pecuária feita pelos próprios indígenas no território, o que se destaca é que uma produção não está baseada no desmatamento, nem na introdução de capim, mas o efeito de sua expansão sobre os recursos naturais têm estimulado a busca de soluções para aumentar sua produtividade e sustentabilidade, como a construção de novos acordos de zoneamento da paisagem, a proteção dos cursos d'água e a adoção de novas técnicas de manejo e melhoramento genético (Isa, 2012, p. 21). Já perspectiva do conceito de territorialização, como afirma Oliveira (2004, p. 22), a noção de territorialização definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação como passado. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa vai ser feita a partir de uma multiplicidade de documentos que inquiridos criticamente que serão transformados em fontes de pesquisa histórica. Desse modo, além disso, compreende-se historicamente os atos de resistências, diálogos, sobre a formação e o protagonismo indígena na formação do estado de Roraima, tendo o projeto "Uma vaca para o índio" o principal foco da construção dessas categorias de análise. A partir do pensamento de Foucault (2002a), sobre relações, a pesquisa irá inserir e organizar a documentação enquanto monumento, local de fala entre os sujeitos e instituições, ou seja, as problematizações feitas pelo historiador é que indicarão o conjunto de documentos a serem analisados.

## Ocupação do Planalto Santareno nas décadas de 1970 e 1980: impacto social e econômico nas comunidades São José e Cipoal

*Mariete Pinheiro Freitas  
Denner Lucas Batista Costa*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da construção da rodovia BR-163, habitualmente conhecida como “Santarém-Cuiabá”, que liga os estados do Mato Grosso e Pará, nas comunidades São José e Cipoal, localizadas no planalto da cidade de Santarém no estado do Pará. A pesquisa é fundamentada pelos métodos da História Oral e tem como principal fonte os relatos dos moradores dessas comunidades, que vivem às margens da BR-163. Conforme destaca Eliseu Resende (1971, p. 396), “as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, implantadas através das regiões virgens amplamente favoráveis à agricultura, à pecuária e à mineração, constituirão a espinha dorsal de vigoroso plano de colonização que o Governo brasileiro vai executar na Amazônia, com o aproveitamento preferencial dos excedentes demográficos do Nordeste”. Diante desse contexto, podemos analisar como a construção da rodovia BR-163 interferiu no território e no cotidiano desses moradores e seus familiares e na conseqüentemente migração dos trabalhadores de seus lugares de origem para os chamados “espaços vazios”, onde passariam a enfrentar novos desafios na Amazônia, como por exemplo questões relacionadas às moradias insalubres, doenças epidêmicas e vivenciando uma realidade divergente daquela propagandeada. Atréadas a essas discussões, o presente trabalho buscará discutir sobre os projetos políticos dos governos militares que visavam, a partir das intensas propagandas, angariar tais sujeitos para essa região em prol de um “preenchimento” do que chamavam

de “vazio demográfico”, seduzindo esses indivíduos com um discurso ilusório acerca desses espaços. A partir das narrativas orais, o propósito é investigar e entender, por um lado, como se deu o fluxo migratório de trabalhadores e seus familiares para essa região durante os governos militares e o papel da propaganda governamental nesse processo, e, por outro, analisar os desdobramentos que a abertura da rodovia trouxe para a vida e o cotidiano das comunidades, com enfoque nas mudanças no cotidiano da população.

### **Percepções sobre o município de Itaituba a partir dos relatos dos viajantes, no século XIX**

*Gabriel Vinícius Moraes Rodrigues  
Luiz Carlos Laurindo Júnior*

**Resumo:** É inegável que a Amazônia brasileira foi estruturada e movimentada pelos indivíduos e grupos que nela existiam, durante o longo século XIX, um século de transformações e mudanças sociais significativas para a História. Este trabalho se propõe a analisar essas estruturas e movimentos em um município específico, Itaituba, localizado na região do Baixo Amazonas. A necessidade de investigar o município se deu porque Itaituba foi muito importante no Pará no século XIX, seja pela larga produção extrativista de goma elástica — realizada por diversos trabalhadores — ou por sua importância geográfica, ligando diversas regiões ao longo do rio Tapajós. Uma das formas de desenvolver essa investigação passaram é por meio dos relatos dos viajantes que passaram pelo município, observando suas percepções e anseios enquanto estiveram no município, pois, durante o século XIX, os viajantes tiveram papel fundamental de catalogar espécies, descrever povos, produzir levantamentos de dados e relatórios. O trabalho se preocupa em analisar dois importantes viajantes que passaram

pelo município: o engenheiro João de Palma Muniz (1873-1927), que trouxe relatos em seu livro *O Município de Itaituba*, finalizado em 1906 a pedido do governo municipal de Itaituba, representado pelo intendente municipal José Joaquim Lages, para o governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro; e o naturalista e botânico João Barbosa Rodrigues (1842-1909), que fez diversas viagens para a região Amazônica e abordou em seus relatos temas variados, por meio de uma de suas obras, intitulada *O Rio Tapajós*, que foi uma viagem feita por ele pelo rio Tapajós, até Itaituba. Para complementar esse debate, o trabalho se utilizará de fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referencial historiográfico deste trabalho está alicerçado em pesquisas recentes do historiador Luiz Laurindo sobre o Baixo Amazonas e em pesquisas das historiadoras Maria Helena Matos e Priscila Faulhaber, que trazem pesquisas mais aprofundadas sobre o papel dos viajantes na Amazônia.

### **Por uma história global do trabalho na Amazônia: rascunhos de uma perspectiva factível**

*Luiz Carlos Laurindo Junior*

**Resumo:** Os estudos sobre a história do trabalho na Amazônia, alicerçados em robusta produção historiográfica, multiplicaram-se nas últimas duas décadas e abriram novas agendas de pesquisa. Não obstante o incontestável avanço, há certas barreiras que ainda precisam ser superadas para que entendamos ainda mais a organização do trabalho e a existência e resistência dos trabalhadores na região. No presente trabalho, identifico especificamente três barreiras e apresento um breve rascunho de ideias que talvez possam ser úteis para as superarmos. Ideias que não deixam de ser uma forma de autocrítica. A primeira é o seccionamento

entre história do trabalho (livre) e das migrações, do trabalho indígena e da escravidão negra. Enquanto não ampliarmos as interseções entre esses enfoques, no sentido de considerar a multiplicidade de sujeitos explorados concomitantemente, de relações e formas, continuaremos impondo limites, por vezes irrealistas, aos nossos objetos de estudo. Uma segunda barreira é a interpretação segundo a qual a Amazônia teria se inserido no sistema mundial capitalista apenas durante o século XX, inviabilizando seu devido balizamento no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho antes desse marco temporal. É indispensável, portanto, estreitarmos o diálogo com perspectivas menos abstratas sobre a história do capitalismo, a fim de enxergarmos a Amazônia como parte de um todo e historicizarmos a região e o próprio capitalismo. Por último, e relacionada à anterior, situa-se barreira da escala de análise. Os estudos sobre a história do trabalho têm focado a região a partir de suas especificidades, algo paradigmático na historiografia da Amazônia desde o início do presente século. São inegáveis os avanços dessas abordagens no que diz respeito à utilização de novas fontes de pesquisa, aos métodos empregados e aos cirúrgicos recortes temporais e espaciais. Mas, é hora de retomarmos o caminho inverso, de extrapolarmos a escala regional e voltarmos a entender a região também a partir de sua inserção no Império português e no Estado nacional brasileiro, bem como a partir de suas conexões globais, principalmente com o sistema mundial capitalista, que interferem direta e indiretamente no mundo do trabalho internamente. Portanto, tomadas como um todo, as propostas de superação das barreiras apontam na direção do que poderíamos conceber como uma história global do trabalho na Amazônia. Não se trata de um receituário, mas de uma perspectiva factível e em construção.

## **Sedição de Corpos de Trabalhadores em Pinhel, Grão-Pará (1858): disputas de poder e resistências, a partir do processo de Sumário de Culpa de José Pedro Cardozo**

*Nicolle Evans Sousa Nunes*

**Resumo:** O presente trabalho é uma análise do Sumário de Culpa de José Pedro Cardozo, aberto em 1858. O processo consiste em duas diligências feitas em Pinhel, a fim de entender quem era o líder da reunião de trabalhadores realizada na localidade, onde foi discutido sobre a liberação ao trabalho voluntário na Igreja Matriz de Pinhel. O Sumário de Culpa é uma etapa processual em que o delegado arrola e faz a inquirição das testemunhas, de forma a evidenciar a culpa do réu. Assim, ao réu cabe contestar a vítima para se defender de acusações que julgar indevidas. Os crimes de sedição, a partir do Código Criminal do Império de 1830, entram nessa perspectiva para conter reuniões, ou seja, ajuntamentos de grupos considerados perigosos, estabelecendo regras do que era considerado perigoso, como por exemplo, reuniões de mais de vinte pessoas armadas em todo ou em parte. É evidente, no processo analisado, a tentativa de enquadrar José Pedro Cardozo como líder do movimento de sedição de trabalhadores em Pinhel. Nas perguntas feitas às testemunhas, por exemplo, é possível destacar a frequência de questionamentos sobre quantas pessoas havia na reunião e se estavam armadas. Esse processo, portanto, ajuda a compreender as relações e os embates entre os trabalhadores e o poder local. Ajuda também a entendermos o contexto Amazônico do pós-Cabanagem, período em que a região passou por transformações no que diz respeito ao mundo do trabalho. É importante destacar que as autoridades da província do Grão-Pará buscaram, de diferentes formas, reconstruir a sociedade e a economia depois

da Cabanagem, movimento de caráter revolucionário que durou entre 1835 a 1840. A busca por mão de obra se torna, então, foco dos presidentes de província. Um exemplo disso é a lei que instituiu os Corpos de Trabalhadores no Grão Pará (1838-1859), que objetivava o alistamento compulsório da mão de obra disponível e a distribuição desses trabalhadores pela província. O processo analisado no presente trabalho, apresenta indícios das relações entre os corpos de trabalhadores da região do Baixo Amazonas, evidenciando as relações entre Pinhel, Aveiro e Santarém. Dessa forma, por meio da análise qualitativa das informações contidas nesse processo, juntamente com o aporte bibliográfico, além do Código Criminal de 1830 e da lei dos Corpos de Trabalhadores, foi possível compreender como o caso da sedição de Pinhel está inserido dentro da dinâmica de disputa entre os poderes locais e os trabalhadores.

### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 03**

**Inquietações sobre o Ensino de História:**

**perspectivas e desafios em contexto(s) amazônico(s)**

**Coordenadores:** Gilvani Alves de Araújo e Cristiane Silveira

Não houve inscrições o suficiente e as comunicações foram remanejadas para o ST 11

\*\*\*\*\*

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 04**  
**História das instituições, dos acervos e dos**  
**processos de gestão do patrimônio documental**  
**no Amazonas**

Coordenadores: Leandro C. de Aguiar e Diego Omar Silveira

\*\*\*\*\*

**Arquivos, bibliotecas e museus como objeto de**  
**estudo do historiador**

*Leandro C. de Aguiar*

**Resumo:** Os arquivos, bibliotecas e museus e seus acervos carregam em si milhares de vestígios da sociedade a qual eles representam e tentam preservar, todavia, cabe ressaltar que há também toda uma historicidade acerca da sua própria história. Intencionalidades na constituição das instituições, na escolha, guarda e preservação (ou esquecimento) de seus acervos, tornam, assim, importante observar as múltiplas possibilidades, seus percursos, presenças e ausências. Diante de tal questão, torna-se importante entender que tais instituições não podem ser reduzidos a um simples depósito, muito menos seus acervos, sendo frutos unicamente de uma acumulação natural e puramente técnica, pois, fazendo isso, estaríamos deixando passar várias possibilidades de entendimento de suas dinâmicas sociais que permeiam tais instituições e acervos, enquanto parte e instrumento das complexas relações sociais.

O objetivo da comunicação vem justamente ao encontro das reflexões que compreendem as instituições de custódia do patrimônio documental e seus acervos como constructo sócio-histórico, atentos aos contextos de produção, aos usos que se fazem deles, aos atores que sobre eles intervêm e aos processos memoriais e de patrimonialização de que tomam parte. Cabe ressaltar que a relevância deste trabalho está justamente no entendimento das instituições de custódia e de seus acervos, envolvendo as ações, projetos, políticas e a própria cultura de patrimonialização, como objeto principal de reflexão histórica. Pensar os arquivos, bibliotecas e museus como territórios sociais, a concepção de formação social e lutas de poder diante das relações políticas e intelectuais, com vista à construção de identidades e perpetuação de interesses de diferentes grupos sociais. O que o Estado e as elites locais entendiam como sendo importante preservar? O que eles entendiam como sendo a “história do Estado”? E quais documentos deveriam ser salvaguardados que pudessem contribuir para a escrita de uma história e formação da identidade social? Que tipo de identidade se queria construir? E quais eram os papéis de tais instituições e como elas eram vistas pela sociedade?

**Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) - UFOPA (Santarém-PA):  
as potencialidades da pesquisa histórica no Baixo Amazonas**

*Thamires Bernardes Araújo  
Julyanne de Ávila Ferreira*

**Resumo:** Este trabalho busca apresentar o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) e expor a sua importância e potencialidades na comunidade acadêmica. Encontra-se instalado no Campus Rondon da

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém. Foi inicialmente criado em 2013 com o intuito de preservação dos documentos judiciais do Tribunal Judiciário e na manutenção da memória. A partir do ano de 2017, começou a expandir seus projetos de digitalização e na pesquisa. O CDHBA é vinculado ao curso de Licenciatura em História da universidade e tem como objetivo promover projetos de educação patrimonial e manter a preservação da memória local. Este acervo é composto por documentos judiciais dos séculos XIX e XX, das localidades de Santarém e Óbidos, além de outras comarcas próximas, o acervo contém documentações de foro cível e criminal, e integra diversas tipologias, desde inventários e documentações trabalhistas até documentações de homicídios. Estas documentações têm se tornado fonte de pesquisas de graduandos de História e pesquisadores de outros cursos, que encontram entre suas petições e jornais uma possibilidade de se mostrar uma nova perspectiva da história local, trazendo para o debate acadêmico análises e problemáticas desta sociedade documentada, questionando o papel das mulheres que apresentado nestas fontes, questões trabalhistas em Ford, e o cotidiano que podemos encontrar na entrelinhas destes processos. Atualmente o CDHBA está funcionando com os projetos de monitoria, em que exerce o auxílio ao pesquisador e a organização do acervo, e com o projeto *Modern Endangered Archive Program* (MEAP), da Biblioteca da Universidade da Califórnia em Los Angeles (EUA), que é responsável pela de digitalização da Documentação de Óbidos, ajudando na preservação dos documentos com o eventual desgaste. A pesquisa ao CDHBA é aberta a qualquer graduando da Universidade ou pesquisador, a consulta física ao acervo é feita através de um agendamento preenchido no *Google Forms*, nos períodos matutinos ou vespertinos. Ao longo destes anos, os acervos do CDHBA se tornaram uma importante fonte de análise para pesquisadores tanto do curso de história

como de outros cursos da instituição, que abrange graduandos e pós-graduandos, sendo um acréscimo ao meio acadêmico ampliando a perspectiva de pesquisa das documentações.

## **Entre ações de salvaguarda e políticas de memória: breve trajetória do CEDEM Caprichoso**

*Diego Omar Silveira*

**Resumo:** Tem crescido nos últimos anos o debate sobre a gestão documental associada às políticas de memória e de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Em especial nos casos em que esse registro foi oficializado por órgãos de governo — como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A demanda por ações e políticas públicas de salvaguarda amplia a necessidade de se avaliar continuamente o que vem sendo desenvolvido pelos poderes públicos e entidades privadas, inclusive para que boas práticas possam ser valorizadas e replicadas em diferentes contextos. Levando em consideração esse pano de fundo, a presente comunicação discute a experiência de três anos do Centro de Documentação e Memória da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso, em Parintins (Amazonas). Fundado em 2021, ainda durante a pandemia de covid-19, com recursos provenientes da Lei Aldir Blanc, o CEDEM surgiu do anseio de implementar ações de catalogação e proteção dos mais diferentes acervos do Boi Caprichoso, inclusive com o registro de memórias através de um programa de História Oral. Desde então, vem desenvolvendo inúmeras atividades que passam pelo recolhimento, higienização, armazenamento, digitalização e publicação/disponibilização de fontes, bem como projetos de educação patrimonial. Esse percurso, no entanto, é entrecortado pela total ausência de financiamento ou de políticas do Estado, para assegurar a salvaguarda/preservação efetiva não apenas

dos acervos da agremiação azul e branca mas também de todos os demais grupos mapeados dentro do complexo cultural dos Bois-Bumbás do médio Amazonas e Parintins. Tal situação tem levado a inconstâncias nos trabalhos e sazonalidade, até mesmo nas pesquisas. O que, por sua vez, cria barreiras no diálogo e na sensibilização das comunidades de origem/sentido nos quais o folguedo é (re)produzido e para os quais alimenta uma identidade. Sugerimos aqui a necessidade de diálogos intersetoriais e interinstitucionais como forma de contornar os desafios, adequando as propostas de instituições como o CEDEM Caprichoso em esforços mais amplos e sistemáticos de gestão cultural dos diferentes patrimônios, sejam eles locais, regionais ou nacionais.

### **História e Arquivologia: Observações sobre ações profissionais entre os dois campos do ponto de vista do historiador**

*Lucio Costa Rodrigues  
Eliane Silveira Gonçalves*

**Resumo:** O trabalho de relacionar a História com a Arquivologia revelou-se essencial na compreensão e na valorização do acervo documental do Arquivo Público do Estado do Amazonas. A interdisciplinaridade entre essas áreas possibilitou uma abordagem mais completa e aprofundada sobre a natureza e a importância dos documentos arquivísticos para a reconstrução do passado e para a promoção da memória coletiva. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar através de relato de experiência algumas ações e transformações ocorridas na instituição apoiada na relação entre historiador e arquivista que, aliados a uma nova administração, tem resultado em uma visibilidade renovada para o Arquivo Público, sendo reconhecido tanto por pesquisadores quanto por outros

órgãos e secretarias. Nesse sentido, a metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica para o entendimento das temáticas aqui envolvidas e o relato de experiência. No decorrer da pesquisa, foi possível identificar a necessidade de promover ações de capacitação e sensibilização tanto para os profissionais que atuam no Arquivo quanto para a comunidade em geral. Essas ações visam não apenas disseminar boas práticas de gestão documental mas também ressaltar a relevância histórica e cultural dos documentos, incentivando seu uso e preservação. Além disso, a colaboração entre historiadores e arquivistas possibilitou a implementação de práticas de digitalização e disponibilização *online* de parte do acervo, ampliando o acesso à informação e contribuindo para a democratização do conhecimento histórico. Essa iniciativa também fortaleceu a interação entre o Arquivo Público e instituições de ensino e pesquisa, estimulando parcerias e projetos conjuntos. A transparência e a colaboração são fundamentais para garantir a legitimidade das ações desenvolvidas pelo Arquivo Público, assim como para fortalecer sua atuação como agente de preservação da memória e do patrimônio documental do estado do Amazonas. Em suma, a relação interdisciplinar entre a História e a Arquivologia tem sido fundamental para impulsionar transformações significativas no Arquivo Público do Estado do Amazonas. Por meio de uma abordagem integrada, é possível potencializar o papel da instituição na promoção do acesso à informação, na preservação da memória e na construção de uma sociedade mais consciente de sua história e identidade.

## O fundo da Instrução Pública provincial amazonense como fonte de pesquisa

*Márcia Regina Guedes de Menezes  
Márcia Fabiolla Holanda Ferreira*

**Resumo:** A história da instrução pública no Império do Brasil, entre 1822 e 1889, reflete as complexidades políticas e sociais do país durante o século XIX. Inicialmente, a educação estava concentrada em instituições religiosas, em sua maioria ligadas à Igreja Católica, e era direcionada principalmente para a elite, com acesso limitado para as classes mais baixas, sobretudo nas áreas rurais. Ao longo do período imperial, houve esforços e melhorias para expandir a instrução pública, incentivados pelo imperador Pedro II. A promulgação da Lei Geral da Instrução, em 1827, estabeleceu as bases para um sistema nacional de educação, exigindo que as províncias oferecessem ensino primário gratuito e universal, embora sua implementação fosse irregular e limitada. A Província do Amazonas, criada em 1852, foi um marco considerável, refletindo a crescente importância econômica e estratégica da região amazônica. Com ela, a repartição de Instrução Pública foi instalada com o objetivo de gerir a educação primária e secundária na capital e no interior. A documentação da Instrução Pública provincial é custodiada pelo Arquivo Público do Estado do Amazonas, e um projeto está em andamento para organizar e preservar esse acervo histórico. A análise desse material oferece oportunidades para pesquisa histórica, social e educacional, incluindo o estudo dos currículos adotados, a formação dos docentes e as práticas de alfabetização e educação popular. Portanto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a Instrução Pública no Amazonas no período do Império (1852-1889) e as questões relacionadas à educação na capital e no interior do Amazonas, analisando a trajetória da repartição por meio de levantamento histórico

e da legislação que impulsionou sua criação e reformulações no decorrer dos anos. Espera-se que, a partir do trabalho desempenhado neste fundo documental, seja possível suscitar novas reflexões sobre a atuação do Amazonas na educação brasileira através da documentação da repartição enquanto registro histórico e social.

## **O Turismo em Tefé como valorização do patrimônio histórico**

*Ariel da Cruz Bastos*

**Resumo:** Essa pesquisa visa divulgar o importante arquivo existente na Rádio Rural de Tefé, que se trata de um complexo que engloba um prédio onde se localiza a seção de documentação da Cúria da Prelazia de Tefé e encontra-se sob a responsabilidade de uma fundação que custodia o patrimônio da Igreja Católica. O turismo é uma importante atividade econômica, que pode se tornar uma verdadeira arma a favor da valorização do patrimônio histórico do lugar se executado de forma racional e sustentável. Diante desse binômio turismo e patrimônio histórico, tem-se uma grande possibilidade de promover o turismo sustentável em Tefé. Com efeito, vários documentos que remontam ao século XIX e XX encontram-se no acervo, localizado no Prédio da Rádio Educação Rural de Tefé, sob a guarda da Prelazia. Esses documentos referem-se à história do Médio e Alto Solimões, uma vez que versam sobre cidades e regiões localizadas na calha do Solimões, mas também de seus afluentes. Cidades como Santo Antônio do Içá, Amaturá, Fonte Boa, Tefé e outras são mencionadas em documentos que trazem consigo aspectos históricos delas. Documentos de batismo, casamento e periódicos constituem-se em exemplos significativos que se bem explorados possibilitam uma maior compreensão histórica da região. A

pesquisa aponta possibilidades de valorização, preservação e divulgação do acervo documental da Rádio Educação Rural de Tefé em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas. Os documentos históricos existentes no acervo deveriam ser identificados, organizados e catalogados, bem como utilizados neste espaço por meio da organização de acervo e montagem de salas de exposição. Este trabalho tem como foco central refletir e analisar acerca da potencialidade de se tomar os arquivos eclesiásticos, em especial assentamentos de batismo e falecimento do século XIX, como objeto e/ou fonte de estudos para a construção do conhecimento histórico e geográfico. A metodologia para Minayo deve ser tratada de maneira integrada com um tema, objetivo ou problema de pesquisa. Definindo-a como a discussão epistemológica sobre o caminho do pensamento que o tema, ou o objeto de investigação requer. Para tal, conforme assinala, faz-se necessária a apresentação adequada e justificada dos métodos e técnicas, bem como dos instrumentos operativos utilizados durante a investigação.

### **Possibilidades de pesquisa para o fundo da Secretaria do Governo Provincial Amazonense (1852-1889)**

*Thaiana Caroline Pires dos Santos  
Bianca da S. Guedes*

**Resumo:** A administração pública no Brasil Imperial era centralizada e hierarquizada, refletindo o sistema político autoritário do Império. Dividido em províncias, cada uma liderada por um presidente nomeado pelo imperador, o país possuía uma estrutura governamental complexa. O poder executivo centralizado no Conselho de Ministros era responsável pela formulação das políticas públicas e administração do governo imperial. No entanto, a burocracia

e a lentidão caracterizavam a administração, dificultando a eficiência na implementação de políticas. A criação da Província do Amazonas em 1850 foi um marco, respondendo à expansão territorial e econômica da região. Esse evento refletiu a necessidade de um controle político e territorial mais eficaz sobre a Amazônia, além de atender às demandas de autonomia das elites locais. Com a criação da Província, surgiu a necessidade de órgãos administrativos para governar uma região, incluindo a Secretaria do Governo. Criada em 1852, esta repartição era responsável pela gestão documental e pela articulação entre o governo central e as autoridades locais. Atualmente, os documentos da Secretaria do Governo são custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) e estão sendo organizados pelo projeto Política Administrativa do Estado do Amazonas, financiado pela FAPEAM. Essa documentação, composta por uma variedade de registros oficiais, oferece uma riqueza de informações para pesquisadores interessados na história política, social, econômica e administrativa do Brasil Imperial. Analisar esses documentos pode fornecer *insights* detalhados sobre a estrutura e operação da administração provincial, como as relações entre as elites locais e o governo central, como as políticas públicas renovadas nas províncias, bem como aspectos da vida social e econômica das comunidades locais. Em suma, a documentação histórica da Secretaria do Governo Provincial é uma fonte essencial para compreender a história do Brasil Imperial a partir de uma perspectiva local e regional, destacando a importância da administração pública na moldagem do país durante esse período.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 05**  
**História e outros arquivos: as fontes audiovisuais**  
**nas temáticas negra, indígena e amazônica**  
Coordenadores: Sidney B. de Aguiar e Tenner Inauhiny de Abreu

\*\*\*\*\*

**Angela Davis em imagem, som e revolução:**  
**Alcance no Movimento Negro em Manaus**

*Jezanias Rosa de Souza*

**Resumo:** A presente pesquisa faz uma breve síntese da vida e luta de Angela Davis, professora, filósofa, escritora, e, sobretudo, grande ativista mundial dos Direitos Humanos, especialmente para movimento negro nos EUA. E tem por objetivo descrever a trajetória da luta por liberdade e seu ativismo pelo mundo e o alcance no Movimento Negro no Brasil, focalizando, através de imagens e documentos de mídias, o possível alcance das obras da renomada escritora, na militância do Movimento Afro em Manaus. A base do trabalho parte do documentário “The Blake Power Mixtape 1967-1975”, no qual foi retratado os anos de lutas mais turbulentos do movimento negro nos EUA, a utilização da imagem e som, retratou uma parte da história de Davis, quando procurada pelo FBI (Departamento Federal de Investigação), presa por dois anos, e solta, após uma grande pressão do movimento negro, o qual continuou sua trajetória de luta pelos direitos civis pelo mundo. É importante

destacar que a pesquisa em tela tem caráter bibliográfico e documental, fazendo preliminarmente um breve levantamento de obras de Ângela e de sua biografia. Posteriormente, analisou-se o documentário supracitado para apontar a relevância da autora para o Movimento Negro no Brasil, e sua extensão no movimento afro na capital do Amazonas. Um importante destaque são as motivações que levaram Davis ao ativismo político. Nascida em Birmingham, no Alabama em 1944, Davis cresceu num ambiente marcado pela monstruosa tradição de se explodir casas de famílias e igrejas nos bairros negros. Também conheceu as ações nefastas da Ku Klux Klan. Em 1963, uma igreja foi explodida no bairro em que Davis nasceu, e entre os mortos estavam suas quatro amigas, fato que a abalou, mas ao mesmo tempo serviu de combustível para que enveredou por uma luta maior, levando-a desafiar o sistema que oprimia, violentava e matava sua gente. Portanto, uma mulher negra, intelectual, ativa, defensora de suas origens e de seu lugar que até hoje ainda trava uma luta contra o machismo e o racismo. Portanto, sustentado na fascinante e, sobretudo, importante história de vida e luta de Ângela, é que pretendemos abordar esse aspecto do legado de resistência e luta contínua pelo mundo e, conseqüentemente, as presumíveis influências na luta do Movimento Afro em Manaus, analisando documentos contidos em imagem e som que retratam episódios de lutas pela afirmação, reconhecimento e liberdade.

### **Arquivos do indigenismo religioso no Brasil (1970-2020): balanço e desafios**

*Diego Omar Silveira*

**Resumo:** Esta comunicação é resultado de minha tese de doutorado, na qual busquei investigar os legados do indigenismo religioso no Brasil da segunda metade do século XX e décadas iniciais do XXI, a partir de um conjunto de memórias e de

arquivos pessoais e institucionais. Como se sabe, desde meados da década de 1960, cresceram sobremaneira nos ambientes cristãos as críticas aos modelos tradicionais de missionamento e, na mesma proporção, os projetos de inserção de grupos de leigos e de novas ordens religiosas entre os indígenas, não mais com o objetivo de converter e catequizar, mas tendo como horizonte a defesa das causas indígenas. Autoidentificados como indigenistas católicos ou protestantes, esses sujeitos e grupos produziram vasta documentação de seus trabalhos etnográficos, um sem número de denúncias de violação dos direitos dos povos originários veiculados na imprensa, bem como diversos jornais e boletins, além de muitos materiais de caráter didático, que visavam sensibilizar a sociedade nacional para o drama vivido por várias etnias e comunidades, diretamente afetadas pela expansão das fronteiras agrícolas e pelos projetos de desenvolvimento da Amazônia financiados pelo Estado. De modo geral, foram também responsáveis por potencializar as vozes e as organizações indígenas a partir dos anos 1970, ressaltando suas concepções de mundo e suas visões acerca de nossa formação nacional na esfera/opinião pública brasileira. Na pesquisa, busquei evidenciar em que medida uma etnografia dos acervos ajuda a revelar a produção e transmissão de legados intergeracionais, bem como a forma pela qual a escrita (e a consequente preservação) de documentos que atestam trajetórias institucionais ajudaram a criar uma identidade desses grupos/agências que continua ainda hoje a ser validada na prática, sobretudo quando comemoram — como é o caso da Operação Amazônia Nativa (OPAN) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) — meio século de história. Por fim, procurei também indicar como esses arquivos vêm sendo (re)apropriados pelos próprios indígenas em suas lutas por território e autodeterminação na atualidade.

## **As religiões de matrizes africanas em Tefé: um estudo sobre o espaço do sagrado**

*Luiz Carlos Souza da Silva  
Jubrael Mesquita Da Silva*

**Resumo:** Esse estudo visa discutir o espaço das religiões de matrizes africanas na cidade de Tefé, a partir da abordagem das relações de diferentes escalas. Busca-se compreender as dinâmicas sociais dos fiéis de religiões de matrizes africanas a saber o Candomblé, Quimbanda e Umbanda as quais são praticadas em Tefé, a partir da compreensão da geografia cultural, que notadamente estuda os aspectos culturais dos lugares, como a questão da religiosidade do lugar, pauta essa tão necessária nos dias atuais. A metodologia utilizada nesse estudo se baseou no levantamento bibliográfico e na prática de campo, objetivando levantar dados dos espaços onde essas religiões se estabeleceram. O edifício teórico-metodológico se baseia em Paul Claval, principal teórico da abordagem cultural da geografia, de influência francesa, teve até a ditadura militar no Brasil pouca relevância entre os pesquisadores brasileiros, notadamente por seu caráter monográfico experimental e de campo, lançando olhares principalmente sobre o crescimento de populações. Com efeito, a abordagem cultural se firma no Brasil, a partir dos anos 1990, principalmente com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Cultura (NEPEC), no Rio de Janeiro, por Zeny Rosendahl, o que demonstra a conectividade da geografia brasileira com os movimentos internacionais, na medida em que o país oferece um prodigioso campo de estudos, devido a sua diversidade social e múltiplas possibilidades de compreensão do real. Por conta desse quadro, as pesquisas em geografia cultural avançaram nos últimos decênios. Assim, a pesquisa versará sobre o espaço das religiões de matrizes africanas, trazendo alguns apontamentos

interessantes da religiosidade, como seus atores (Mães e Pais de Santo). Este estudo permite a compreensão do papel das religiões de matrizes africanas na sociedade tefeense, uma região pertencente ao Médio Solimões, porém com práticas religiosas importantes dentro desse contexto religioso na Amazônia Ocidental.

### **Das imagens da cidade: memória, patrimônio histórico e cultural no acervo da Rádio Educação Rural de Tefé**

*Gabriela de Souza Aquino  
Tanner Inauhiny de Abreu*

**Resumo:** O presente projeto de extensão visava divulgar o acervo documental existente na Rádio Educação Rural de Tefé-AM, sua potencialidade e multiplicidade, por conta da natureza do fundo. O objetivo do projeto era ainda apontar possibilidades de valorização, preservação e divulgação do acervo documental da Rádio Educação Rural de Tefé, em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas. Os materiais históricos existentes no acervo deveriam ser identificados, organizados e catalogados, bem como utilizados neste espaço por meio da organização dos documentos e montagem de salas de exposição. O referencial teórico que alicerça o projeto sintetizou sumariamente obras que definiram o uso de conceitos como patrimônio (histórico e cultural, memória, acesso à informação etc). A metodologia para Minayo (2008) deve ser tratada de maneira integrada com um tema, objetivo ou problema de pesquisa. Para tal, conforme assinala, faz-se necessária a apresentação adequada e justificada dos métodos e técnicas, bem como dos instrumentos operativos utilizados durante a investigação. Fez-se preliminarmente pesquisa bibliográfica e uso de documentos (fontes primárias) para catalogação e sua digitalização para

posteriormente possibilitar o acesso ao arquivo. Acervos localizados no interior do Estado do Amazonas são objeto de ações de diversas instituições. O curso de História do Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas tem desde sua fundação desenvolvido pesquisas nos arquivos de cidades do médio Solimões. A polissemia das fontes contidas nos acervos de Tefé possibilita um avanço significativo de pesquisas ancoradas tanto na prática de pesquisa histórica quanto em práticas extensivistas. A valorização de acervos sinaliza para um diálogo com a comunidade, instituições, sociedade civil e as instituições de ensino superior. A pesquisa histórica, neste ponto, caminha com uma reflexão a respeito de conceitos como memória, patrimônio histórico e patrimônio cultural.

### **Do “centro” da floresta para a “Beira” da Estrada: Imagens de uma cidade indígena: O uso de fotografias e as transformações da cidade de Tefé-AM (1960-1980)**

*Fabielle Ribeiro Esperança de Abreu*

**Resumo:** O presente capítulo intitulado *Imagens de uma cidade indígena: O uso de fotografias e as transformações da cidade de Tefé-AM (1960-1980)* tem por objetivo analisar a atuação de indígenas enquanto atores sociais nas transformações do espaço urbano da cidade de Tefé, a partir de um conjunto de fotografias, depositadas no acervo da Cúria da Prelazia de Tefé-AM, entidade vinculada à Igreja Católica, sediada na Rádio Educação Rural localizada nesta cidade. As primeiras palavras de Anysio Jobim (1957) sobre Tefé e seus espaços de fronteira remete-nos a um passado remoto, porém no qual as populações indígenas eram decisivamente atuantes, nas transformações das paisagens. Fato tão relevante ao ponto de se nomear os lugares: Caiçara, atualmente denominada vila de Nogueira, às

margens do lago Tefé, fronteira ao município de Alvarães se constituiu, sendo Jobim (1957) a partir da captura de populações indígenas, que também como forma de resistência a política lusitana no vale buscou aldeamentos e a fuga para os “sertões”. Estas relações entre os portugueses e os indígenas, para Jobim (1957) não eram, entretanto, exclusivamente para a “preação” deles, reduzidos a cercas de taboca nas quais se depositavam as tartarugas, daí o termo Caiçara, tão valiosas ao Pesqueiro Real ali instalado no período colonial: “Todavia”, pondera Joaquim Nabuco, “nem sempre os portugueses que iam ao sertão levavam o intuito de prender índios, muitos deles se insinuavam entre as tribos para comerciar, faziam vida comum com elas, tomavam os seus costumes, principalmente os que se aliavam com as índias” (1957, p. 52-53). Praticar o comércio, prender indígenas e “se aliviar” com as mulheres, aparentemente foi apagado da memória dos habitantes de Tefé do século XX, que traduzem sua história, como o patrimônio urbano do centro da cidade, com marcas significativas das instituições partícipes do controle social, como Estado e Igreja Católica. Atores sociais importantes, os indígenas foram relegados às periferias e comunidades, vistos ao longo da segunda metade do século XX numa lógica excludente ou como infensos à história e ao progresso. Os tijolos eram mais perenes que palha, penas e plumas.

## **Documentário I FECULT Tefé: relatos de festival e feitura do processo de criação de uma obra audiovisual**

*Márcio Augusto Silva de Souza  
George da Silva Inhuma*

**Resumo:** A presente pesquisa versa acerca do processo de criação de uma obra audiovisual, tendo objeto de nosso trabalho o LP do I Fecult Tefé no que consiste as memórias daquele

momento de nossa história, pautado na obra e em construção de um registro histórico do período. Como metodologia de pesquisa utilizamos das entrevistas de campo com participantes daquele festival de 1989 buscando suas memórias para entender os momentos que sucederam o evento. Tivemos como referencial teórico-metodológico Napolitano (1997); Le Goff (1990); Halbwachs (1990, p. 45), entre outros relevantes para desenvolvimento da comunicação. O festival ocorreu na Escola Agrotécnica Armando Mendes, antiga instituição da cidade de Tefé, atualmente não existe mais cedendo suas instalações e seu terreno para a atual 16<sup>a</sup> Brigada de Infantaria da Selva — organização militar presente na cidade, desde 1993. A estrutura ainda é a mesma para quem vai no trajeto centro-aeroporto. Ao lado esquerdo, pode-se visualizar os prédios desta época do final dos anos 1980, inclusive o ginásio onde ocorrerá o festival. A Escola Agrotécnica era vista pela imprensa com muito bons olhos, sendo uma das pautas defendidas por Luzivaldo Castro, enquanto ocupava o cargo de deputado estadual. É importante essa relação com a política do idealizador do festival, uma vez que possibilitou não somente a execução do festival mas também a própria gravação e o deslocamento dos artistas selecionados para compor o álbum. No verso do LP se contém uma menção ao governador Gilberto Mestrinho, somado a isso, ainda temos notícias da época como as caravanas da esperança que eram eventos políticos pelo interior do Estado inclusive em Tefé, assim como uma carta ao dia dos professores, homenageando estudantes e professores, na qual aparece a assinatura dos dois, todas estas veiculadas no *Jornal do Comércio*. Os laços entre os dois eram de proximidade para nosso estudo isso é importante, uma vez que todo esse contexto foi fundamental para a existência do Festival e da obra que deixou. A ideia de se registrar de forma audiovisual esse momento de nosso passado próximo e trabalhar as memórias e própria feitura do trabalho é uma forma de se trabalhar a

pesquisa histórica de uma perspectiva atual, em que o fazer e o pesquisar se convergem. Esperamos por meio deste trabalho anunciar a obra que está por vir, assim como contar um pouco do que foi e do que significou o I FECULT Tefé para aqueles que participaram e para nossa cultura naquele momento e hoje como referência.

## **I Fecult de Tefé (1989): escuta poético-científica das canções do festival**

*Arthur Figueira do Nascimento  
Yomarley Lopes Holanda*

**Resumo:** O presente texto aborda acerca da construção poética de determinadas canções do LP Fecult I Festival Cultural de Tefé realizado em Abril de 1989, a análise das letras das canções em suas fontes de inspiração e seu contexto histórico-cultural. Nós utilizamos da revisão bibliográfica para entender o contexto social do período da década de 1980 na cidade de Tefé-AM, no que tange a análise cancional nos debruçamos sobre Napolitano (2002), Paes Loureiro (1997) e Bachelard (1988) para entender a prática historiográfica, e a tecitura poética das canções em análise. Em 23 de março de 1989, o *Jornal do Comércio* sediado em Manaus dava os prenúncios do que viria a ser o primeiro festival cultural de Tefé, o que ficaria conhecido como I FECULT, em sua coluna de atualidades saiu a notícia. Dali a menos de um mês, realizar-se-ia o evento que ficaria marcado na história do município. Ocorrendo em abril de 1989, no ginásio da recentemente inaugurada Escola Agrotécnica Armando Mendes, teve duração de três dias, contando com apresentações de artistas locais e com composições inéditas, revelando intérpretes e compositores. Consolidando-se com a gravação do Long Play (LP) das canções selecionadas para compor o disco gravado pelo selo nascente da Tomaselli, que

representava o que havia de mais avançado na capital Manaus no segmento de estúdios musicais. Em Tefé o I Fecult foi algo grandioso gravado na gravadora Tomaselli, como o que havia de mais moderna capital, os custos para gravação de um LP eram altos, isso somado à qualidade de muitas das canções, fazem desse evento cultural da passagem entre décadas um marco na história da cidade, dando oportunidade a artistas locais e lhes proporcionando experiência de trabalho como uma gravadora profissional. O I Fecult representou muito para a cultura da cidade de Tefé, tendo artistas oriundos desse festival até os dias de hoje, marcando a história e deixando as músicas como fonte para a pesquisa, o festival em sua versão original teve três edições sendo a terceira no ano de 1993 veiculada no *Jornal do Comércio* de Manaus. Os festivais da canção estavam em alta na região amazônica, tendo existido em diferentes municípios do Estado do Amazonas, alguns permanecendo e tornando-se tradição no município como é o FECANI de Itacoatiara.

### **Imagens da cidade a partir do Jornal da Comunidade do Santo Espírito. Boca do Tefé, Amazonas 1914-1920**

*Jubrael Mesquita Da Silva*

**Resumo:** A História e a Geografia reafirmaram sua relação com a chamada geo-história de Fernand Braudel. Com a longa duração, estariam em relação contínua, sendo as temporalidades, a estrutura da história e o espaço, o “lugar” do tempo imóvel. Não se trata de um modelo de cronologia linear e “alongado”. Em espaços diferentes o tempo “passaria” de maneira distinta. Como perceber essas camadas de temporalidade? Uma das maneiras seria observar a dinâmica das instituições e dos agentes sociais. O artigo em tela intitulado “Imagens da cidade a partir do Jornal da comunidade do Santo Espírito”.

Boca do Tefé, Amazonas 1914-1920, tem por objetivo analisar as transformações do médio Solimões, a partir do relato das chamadas “desobrigas”, as visitas dos religiosos da ordem dos Espiritanos às comunidades e cidades do médio Solimões, tendo como base boca do Tefé, onde se construiu a Missão da ordem da Igreja Católica, nas proximidades da cidade de Tefé no Amazonas. O subir e descer dos rios apontam para conexões intensas entre as populações e a Missão. Observa-se a partir do documento, que os religiosos e as pessoas da região estavam em contato contínuo entre 1914 e 1920. Essas relações estabelecidas iam muito além dos ritos da Igreja Católica. Além das viagens regulares, havia a produção e comercialização de mercadorias. As imagens da cidade de Tefé em um passado não tão distante remontam ao século XX e geralmente estão vinculadas às transformações do espaço realizadas por instituições vinculadas à Igreja Católica ou órgãos públicos. Constituíram nas memórias individuais e sociais um passado “áureo”, porém descarnado, quase ausente de pessoas. Da pena dos religiosos pulam nomes, datas, festas, mundo do trabalho, enfim uma sociedade dinâmica que pode nos revelar “camadas” de temporalidades silenciadas das narrativas oficiais. O método a se utilizar que nos permite uma descrição interna e externa da fonte está preliminarmente ligado à filologia e à geohistória enquanto prática de pesquisa. Os resultados a alcançar vinculam-se à potencialidade dos documentos presentes nos arquivos das cidades do interior do Amazonas para Geografia e História. Romper com as representações das ausências (de pessoas, concreto, civilização e progresso) exige com urgência observar as marcas e digitais deixadas por agentes sociais nas imagens da cidade. A história do lugar, na mudança de escala, escarnece e traz dinâmica.

## **Imagens da liberdade: A trajetória política de Pia Padre Daniel na província do Amazonas (1860-1870)**

*Tenner Inauhiny de Abreu*

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo analisar a trajetória política do padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, a partir de sua atuação na província do Amazonas, utilizando sua biografia política como chave interpretativa do processo de participação no sistema representativo do Império e nas eleições de indivíduos classificados como libertos no século XIX. As experiências do cativo e a tentativa de mobilidade social por parte do sacerdote demonstram as estratégias de trabalhadores cativos ou libertos, marcados pela sua origem racial. O uso dos jornais como fonte e de fontes oficiais (relatórios, falas e exposições de presidentes de província, atas da Assembleia geral e provincial) nos auxiliam com uma massa documental seriada e que tratam das experiências dos indivíduos na sociedade amazonense dos oitocentos. A história de africanos e seus descendentes no Amazonas começa a vencer um longo silêncio. Paira sobre a trajetória de homens e mulheres negros da região uma poderosa (e arraigada) força discriminatória que oculta a importância das culturas africanas para a formação política e social da sociedade amazonense. Tal silêncio em diversos aspectos perpassa as experiências de trabalhadores e trabalhadoras da sociedade amazonense, presentes numa visão historiográfica mais tradicional como “pano de fundo” a uma história da cidade, portanto, descarnada, onde o mundo da escravidão e do trabalho livre são considerados infensos. Dessa forma, a trajetória de indivíduos ex-escravizados praticamente desaparece das análises a respeito dos mundos do trabalho no oitocentos. O ilustre, e desconhecido, deputado provincial, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, homem pardo, cuja trajetória se pautou pela proteção a fugitivos do cativo, pela denúncia

de escravocratas violentos, pelo incentivo à emancipação, e por inúmeras depreciações de cunho racial sofridas durante sua vida pública. Antes, revela notar que a presença africana na Amazônia está ligada ao drama da escravização e do infame comércio de almas que se inicia no século XVII e atinge o XIX. Entretanto, a população negra do Amazonas não era formada apenas por escravizados.

### **Literaturas e culturas indígenas no contexto escolar: desconstruindo estereótipos entre os estudantes da escola estadual Frei André da Costa, Tefé-AM**

*Alcimara Da Silva Rocha  
Maria Sebastiana Ramiro Alexandre*

**Resumo:** O Projeto de Iniciação à Docência Interdisciplinar História/Letras do Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas, coordenado pelo Professor Dr. Tenner Imahiny de Abreu e supervisionado pela professora Thaila Bastos da Fonseca, visa promover o estudo da cultura dos povos originários, incentivar a leitura e escrita, e investigar a construção da identidade cultural indígena em sala de aula. Além disso, busca destacar a literatura indígena para desconstruir estereótipos e visões equivocadas sobre esses povos. Ao analisar os materiais e métodos, observa-se que muitas vezes as vivências oferecidas nas escolas estão desconectadas do cotidiano dos alunos, negligenciando a cultura popular local. Destaca-se a importância de valorizar e reconhecer as narrativas mitológicas dos povos indígenas, que proporcionam uma compreensão mais profunda de suas vidas, resistência e território. Os resultados demonstram que a metodologia adotada foi eficaz, envolvendo os alunos na leitura e interpretação de textos de autores indígenas, como

Márcia Kambeba e Daniel Munduruku, e promovendo rodas de conversa sobre a Lei 11.645/08 e os desafios enfrentados pelos povos indígenas atualmente. Os relatos dos estudantes evidenciam a importância de estudar a cultura ancestral para desconstruir preconceitos e promover o respeito e a valorização dos povos indígenas na sociedade. As considerações finais ressaltam a importância da pluralidade cultural como uma abordagem interdisciplinar no ensino escolar, incentivando o estudo da literatura e história em sala de aula. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) tem sido fundamental para a formação dos graduandos e o desenvolvimento da Educação Básica, fortalecendo o elo entre professores, alunos e pibidianos e promovendo a reflexão sobre a prática docente e a valorização da cultura dos povos ancestrais, visando a quebra de estereótipos eurocêntricos enraizados nos educandos, promovendo o entendimento da história indígena por outra ótica.

### **O diário de Fritz: O indígena em uma descrição eurocêntrica**

*Eudes Gomes da Silva*

**Resumo:** Em linhas gerais, a Amazônia ainda é desconhecida profundamente, nosso conhecimento é limitado. Isso deriva, quiçá, de poucas publicações ou pesquisas referentes ao tema, não há tantos estudos nesta área de conhecimento, principalmente quando se trata de pesquisa que vise compreender a Amazônia colonial. Grande parte da população desconhece parcialmente ou totalmente a região. Nesse contexto, estudos históricos acerca da região são importantes, pois têm a função primordial de contribuir para o conhecimento desse campo pouco estudado. Para os estudos de tal período, têm sido usados basicamente as fontes produzidas pelos cronistas, mudando apenas as

abordagens e interpretações. Historicamente, a região amazônica foi colonizada pelos europeus, que dominaram de forma gradativa as populações nativas, originando uma verdadeira catástrofe demográfica, reduzindo as populações ameríndias a uma cifra mínima. As baixas sofridas pelas populações nativas resultam, sobretudo, do contato com os brancos. Várias foram as doenças trazidas pelo homem branco. Além disso, podemos acrescentar a escravidão que os nativos foram submetidos, horas e horas de trabalho degradante. O trabalho praticado ao limite da exaustão transformará a Amazônia em um vazio demográfico, cujas vidas foram exterminadas progressivamente. Este estudo visa produzir uma pesquisa de caráter científico, contribuindo para a discussão sobre o período colonial na Amazônia. Uma vez que a pesquisa historiográfica é incipiente, estudos como este servem tanto como forma de contribuição como também no aclaramento dos estudos históricos em relação à região. Nosso objetivo geral com este trabalho é apresentar uma leitura histórica do diário do padre Samuel Fritz em relação aos povos indígenas do Solimões. Para tanto, utilizaremos seu diário, produzido nas viagens que fizera descendo e subindo inúmeras vezes o rio Solimões. A partir do objetivo geral, decorrem três objetivos específicos: compreender a importância historiográfica de Samuel Fritz, discutir até onde os interesses catequéticos dos Jesuítas se sobrepõem aos interesses econômicos e identificar se a reação do nativo acerca da fundação de missões em áreas indígenas era de resistência ou não.

### **Panorama do cinema amazonense no contexto pandêmico (2020-2023)**

*Adrian de Souza Santos*

**Resumo:** A presente comunicação propõe uma reflexão acerca do panorama do cinema no Amazonas, a partir do

contexto vivenciado da pandemia da covid-19. Assim como o filme pode ser utilizado como fonte histórica para análise de determinado contexto ou sociedade, é justo pensar também que o esforço daqueles que o produzem deve ser levado em consideração nesta equação. Desta maneira, objetiva-se analisar o cenário de produções na região entre os anos de 2020 a 2023, principalmente a partir da Lei nº 14.017/2020 — Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, compreendendo não apenas o produto audiovisual em si como também cursos, festivais e mostras, entendendo estes como fundamentais para a circulação de público e profissionais ligados à área. A pandemia que se iniciou no ano de 2020 deu origem a um novo rumo nas produções culturais em todo o país. Especialmente no segmento audiovisual, toda a cadeia produtiva foi impactada de maneiras que ainda não conseguimos precisar com exatidão. A produção de conhecimento histórico acerca da linguagem audiovisual e do cenário de produções locais tem como objetivo o desenvolvimento da metodologia de pesquisa histórica em conjunto com a cultura, entendendo ambas como indissociáveis para a compreensão aprofundada das características singulares do “fazer cinema”. No Amazonas, especificamente em Manaus, apesar das implicações e dificuldades do trabalho com audiovisual no Norte do país, esse período também foi marcado por um destaque positivo das produções locais. A definição do que seria o “cinema amazonense” é repleta de caminhos distintos e possibilidades diversas, carregando consigo problematizações inerentes. Desta maneira, a presente comunicação utilizará a categoria “cinema amazonense” de maneira ampla para refletir sobre a produção cinematográfica da região e seus meios de difusão e profissionalização desde a pandemia da covid-19. Assim, não se pretende, aqui, analisar uma trajetória detalhada desde os primórdios da produção de cinema no Amazonas, mas compreender os caminhos e conexões estabelecidas nos últimos anos, principalmente na capital amazonense.

## Transamazônica: Diversas histórias e memórias de uma mesma estrada

Sidney B. de Aguiar  
Aida Vasconcelos do Nascimento

**Resumo:** *Iracema — uma Transa Amazônica* foi produzida em 1974 por Jorge Bodanzky, Orlando Senna e Wolf Gauer. A película se propõe a ser um contraste com a propaganda oficial da Ditadura Militar brasileira (instalada desde 1964) sobre o binômio cultura/natureza da planície amazônica. Os generais divulgavam um país moderno e em expansão e entre suas maiores obras estaria a construção da Transamazônica ou BR-230. A história narra o encontro do gaúcho Tião Brasil Grande (Paulo César Pereio) e a jovem Iracema (Edna de Cássia). Tião Brasil Grande um motorista de caminhão que transportava madeira na cidade de Belém do Pará no norte “atrasado” do país para o sudeste “desenvolvido”. Para Tião Brasil Grande, o desenvolvimento só poderia ser representado pela abertura de estradas que cortariam o país levando o progresso para as regiões mais distantes e assim, tirando esses povos de um verdadeiro isolamento geográfico e civilizacional. As rodovias são o símbolo de uma almejada modernidade para os brasileiros e brasileiras desse período em tela. Décadas mais tarde e sob o signo de um período democrático, o mesmo diretor, Bodansky, volta à temática da Transamazônica, agora desenvolvendo outro documentário. *Transamazônica — Uma Estrada Para O Passado* (2021) é uma série documental narrada em seis episódios. Na película há detalhes sobre a história do projeto de construção da rodovia que teve as obras iniciadas durante o governo do Presidente Emílio Médici, nos anos 1960. Percorrem a estrada e nestes caminhos pelo Nordeste e região amazônica são coletadas entrevistas de personagens que participaram, que residem ou trabalham ao longo dos

quilômetros da estrada que deveria ser “observada da lua”. Claro que, há também a observação de questões ainda muito atuais, como a extração ilegal de madeira, os garimpos, até o abandono da população indígena e não-indígena. Neste artigo apresentamos uma análise filmica sobre as duas obras cinematográficas do mesmo diretor, que estão fixadas em dois períodos bastante complexos. Entendemos que o cinema e o audiovisual podem dar uma significativa contribuição com o debate da História da Amazônia.

**Uma imagem, muitas possibilidades:  
Um desdobramento da imagem de Maroaga no  
tecido social de Presidente Figueiredo a partir das  
ações do movimento de apoio à resistência  
Waimiri-Atroari (Marewa)**

*André Luiz Passos Araújo*

**Resumo:** O trabalho de investigação histórica já tem como consolidado o potencial que os estudos das imagens e suas trajetórias no espaço e no tempo possuem para a historiografia. Não é por acaso que pululam pesquisas que partem desse elemento como importante fonte. Aqui, materializa-se mais um dentre tantos, e que se dedica a apresentar uma das tantas faces que uma determinada imagem trouxe à tona durante os anos de pesquisa na pós-graduação. Falo sobre a imagem do indígena Itxi, do grupo étnico Waimiri-Atroari, mais conhecido como Maroaga, que dá nome a muitos espaços — públicos e privados — no município de Presidente Figueiredo. Seu semblante, capturado pelas lentes do fotógrafo Paul Lambert, em 1972, e depois estilizado em desenho pelo artista Diô Viana, em 1983, estampou uma série de materiais de campanha em defesa dos direitos do seu povo ao longo dos anos de 1980. Foi na investigação a respeito da importância dessa imagem,

que se percebeu uma dinâmica social bastante interessante e de muitas dimensões, uma vez que a disposição dessa imagem recebe sentidos diversos ao longo do tempo, e se transforma em interessante objeto de discussão e atribuição de sentidos dos grupos que a fazem circular. Com essa premissa, expõe-se neste trabalho um dos tantos cenários produzidos nas relações sociais entre os sujeitos que conviveram com essa imagem, mais especificamente a imagem apropriada pelo Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari — MAREWA durante a instalação da Paróquia dos Santos Mártires e Nossa Senhora Aparecida em Presidente Figueiredo pela Prelazia de Itacoatiara, e seus planos para fomentar uma ação pastoral em defesa daqueles indígenas. É com espírito missionário e pastoral — oriundos do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais que o sucederam — e com o acúmulo das lutas advindas desde o início dos anos de 1970, somado ao aprofundamento das políticas de integração nacional que quase extinguiu a população Waimiri-Atroari, que surge, em 1983, o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari — MAREWA. Para título desta discussão, vale compreender que esse movimento tinha por objetivo aumentar a adesão de entidades e pessoas para juntar vozes contra os abusos cometidos pelo Estado junto àquela população indígena. Para isso, compôs uma série de estratégias de conscientização, incluindo a criação de uma imagem visual de Maroaga que representaria o movimento. É esta imagem sobre a qual esta reflexão se debruça.

## **Uma leitura geográfica da territorialidade da Missão Espiritana no município de Tefé-AM no período de 1887-1920**

*Fernanda de Andrade Boaventura*

**Resumo:** O presente artigo denominado “Uma leitura geográfica da territorialidade da Missão Espiritana no município de Tefé-AM, no período de 1887-1920” apresenta uma análise sobre a influência desta congregação no início da Missão Boca de Tefé. Com ênfase ao contexto histórico da referida congregação nessa região. Descrevendo a chegada dos Espiritanos no Brasil, por volta dos anos de 1885, inicialmente na cidade de Belém e consecutivamente a trajetória do mesmo para o Amazonas, mais concretamente para Manaus, onde eles se instalaram e somente depois foram para o interior do Estado do Amazonas, especificamente para Tefé, sendo bem recepcionados pelas autoridades locais. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica de fontes documentais, assim como de fontes secundárias. Esses documentos estão salvaguardados no acervo da Rádio Rural de Tefé, que se referem à história do Médio e Alto Solimões, uma vez que versam não somente sobre cidades e regiões localizadas na calha do Solimões mas também de seus afluentes. Cidades como Santo Antônio do Içá, Amaturá, Fonte Boa, Tefé e outras são mencionadas em documentos que trazem consigo aspectos históricos delas. Há também livros de batismo, casamento e periódicos que se constituem em exemplos significativos que se bem explorados possibilitam uma maior compreensão histórica da região. Vale ressaltar que foi utilizado como apoio nesta pesquisa o conhecimento filológico, para melhor compreensão desses documentos. Analisar esses fatores é de suma relevância, pois entendemos melhor, a passagem, a dinâmica e os trabalhos dos Espiritanos realizados nessa região. Além disso, buscaremos entrelaçar o

conhecimento a respeito da singularidade e da organização do território tefeense, que se caracteriza como um espaço estratégico de relações, tantos sociais, econômicas, culturais e políticas, uma vez que ele possuía um dos maiores territórios no século XIX (Queiroz, 2017). Portanto, o referido artigo é imprescindível no reconhecimento do contexto histórico da Congregação do Espírito Santo no Brasil e principalmente a sua trajetória para o Amazonas, sendo assim, exclusivamente para Tefé. Pretende-se por meio desta pesquisa contribuir para um conhecimento mais amplo acerca do lugar e do seu processo de ocupação nessa região que contribuiu e influenciou tanto a cultura tefeense, sobretudo no campo religioso, pois até nos dias atuais percebemos essa presença.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 06**

### **Trabalho e trabalhadores na região amazônica**

**Coordenadores:** Sérgio Carvalho de Lima e James da Costa Batista

\*\*\*\*\*

### **A ação integralista brasileira (AIB) no estado do Amazonas (1935-1937)**

*Davi Monteiro Abreu*

**Resumo:** No final da década de 1920 e início da década de 1930, conquistou o poder central o movimento civil-militar liderado por Getúlio Dorneles Vargas, o qual ficou conhecido na historiografia como “Revolução de 30”. Esse evento marcou uma ruptura na história do Brasil, pois se mudou a configuração político-econômica do país. Getúlio Vargas assumiu o governo em 1930 e só deixaria o poder em 1945. Assim, no campo da História, é comum dividir o governo Vargas em três partes: Governo Provisório, Governo Constitucional e Governo Ditatorial. Nosso objeto de pesquisa, a Ação Integralista Brasileira (AIB), surgiu na transição do Governo Provisório para o Governo Constitucional e teve seu fim no início do Estado Novo. Sua principal liderança, Plínio Salgado, teve parte na “revolução” de 1930, mas depois passou a criticar Vargas devido às suas medidas políticas. As principais bandeiras da AIB eram o anticomunismo e o antiliberalismo. Defendia uma sociedade

harmônica, por isso, combatia a “luta de classes marxista”, visando a construção do “estado integral”, ou seja, um estado o qual a sociedade não tem conflitos e é controlada pelo grande chefe. No Amazonas, o núcleo da AIB nasceu em 23 de abril de 1935. Surgiu de forma pujante, arregimentando e ganhando grandes adesões nos meios médios da sociedade, assim como no meio popular. Em 1935, o Núcleo Integralista do Amazonas se expandiu e fundou a Escola Integralista Deus e Pátria. Essa escola iniciou seus trabalhos abrindo dois cursos, a saber, “divulgação e propaganda cívica e sociológica” e “cultura física”, assim como também promovia debates sobre organização e política do “Estado Integral”, que eram palestras ministradas por suas lideranças, das quais se destaca, Átila Sayol de Sá Peixoto. Portanto, o objetivo desta pesquisa é compreender a trajetória política da Ação Integralista Brasileira (AIB), durante a década de 1930, no Brasil e no Amazonas, dando enfoque a sua ação e cultura política, sua representação e imaginários sociais.

### **Das cadeiras da Assembleia Provincial às páginas do Dicionário Amazonense de Biografias: captando biografemas**

*Fransoar Souza dos Santos*

**Resumo:** O presente trabalho objetiva captar os biografemas presentes na obra *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*, de Agnello Bittencourt (1973), a partir do suporte metodológico da prosopografia. Não serão todos os biografados presentes na obra os motivos de nossa análise, apenas aqueles que ocuparam as cadeiras da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas enquanto Deputados Provinciais, de 1852 a 1889. O motivo de escolhermos os Deputados Provinciais se deve ao fato de eles serem a base de nossa preocupação analítica mais ampla. Tal pesquisa ampla que falo se pauta em realizar uma

prosopografia sobre eles, de modo que aqui já os usaremos para fazer tal exercício, que seja, consultar o Dicionário Amazonense para captar os biografemas produzidos por Agnello Bittencourt, quando ele se pôs a biografar a vida daqueles que sentaram nas cadeiras da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas enquanto deputados provinciais. Biografemas ou regularidades discursivas são uma proposta analítica levada a cabo por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), o qual entende que em um conjunto de biografados presentes em uma determinada obra, como a empreendida por Agnello Bittencourt (1973), é possível não somente captar informações passíveis de se construir uma prosopografia, ou seja, não encontramos apenas informações biográficas, mas também é possível captarmos as regularidades discursivas. Para tal exercício, dispomos do uso dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas (1852-1889) para conhecer nominalmente os deputados que ocuparam as cadeiras desta instituição, e a respectiva obra, *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*, focando na biografia daqueles que exerceram mandato na assembleia provincial, com o objetivo de captar os biografemas presentes na devida escrita. Desse modo, o exercício histórico-analítico em tela se funda em captar os biografemas daqueles que saíram das cadeiras da Assembleia Provincial e foram parar nas páginas da obra *Dicionário Amazonense de Biografias*.

### **Novo Ensino Médio: uma investigação sobre a trajetória da Lei 13.415/17. 2013-2023**

*Ricardo Jefferson Araújo Moraes Júnior  
Fábio Souza Corrêa Lima*

**Resumo:** A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento humano e social, sendo reconhecida como um direito fundamental e universal. No Brasil, a educação

passou por diversas transformações ao longo dos anos, com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade e mais adequado às demandas da sociedade. Nesse sentido, a reforma do Ensino Médio se destaca como uma das mudanças mais significativas da educação brasileira nas últimas décadas. Tendo início em 2013, um ano antes da criação do Plano Nacional de Educação (2014/2024), que estabeleceu metas e diretrizes para a educação brasileira até 2024. Visando realizar uma investigação sobre o contexto social e político em que se deu o processo de implementação da Lei n.º 13.415/17. Essa pesquisa, realizada no campo da História da Educação, tem como objetivo geral estudar a trajetória da Lei. Especificamente, buscaremos conhecer os primeiros diálogos sobre a proposta de transformação do Ensino Médio, em 2013; analisar as tramas políticas que, por efeito, incidiram sobre as ideias iniciais do projeto, entre os anos de 2016 e 2017; além de reconhecer o ambiente em que a reforma foi efetivamente posta em prática, entre os anos de 2022 e 2023. Estabelecemos um recorte cronológico que se inicia em 2013 e termina em 2023, perpassando quatro governos, a saber, Dilma (2011/2016), Temer (2016/2019), Bolsonaro (2019/2022) e Lula (2022/atual). Vale ressaltar que, mesmo antes de definirmos o tema, o escopo e o recorte, as questões que nos nortearam foram: a) em que momento e em que se pautou a justificativa da reforma do Ensino Médio? b) Quais são os principais argumentos utilizados pelos setores da sociedade que ainda criticam a reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/17? c) De que forma os debates em torno da reforma do Ensino Médio e as críticas por parte de diversos setores da sociedade influenciaram as políticas educacionais no Brasil nos últimos anos? Para essa pesquisa, utilizaremos a metodologia de análise de legislação (Faria Filho, 1998), sob uma abordagem política (Remond, 2003) e usando a categoria de análise de Currículo (Goodson, 1995).

## **Os clubes recreativos em Manaus (1900-1930): Espaços para a propagação política e ideológica das elites**

*Kivia Mirrana de S. Pereira*

**Resumo:** Conforme discutido por René Rémond, até 1914, a europeização disseminou a noção equivocada de que as elites detinham a responsabilidade moral, política e cultural de liderar tanto a sociedade quanto os indivíduos em direção ao progresso, à civilidade e à moralidade (Rémond, 2002, p. 179). Esses princípios eram considerados fundamentais para as interações sociais da época. Para atender a essas responsabilidades, era imperativo que as normas fossem estabelecidas em todos os aspectos da vida urbana, inclusive nas cidades e países fora da Europa que participavam das dinâmicas e imposições imperialistas do início do século XX. Nesse contexto, os clubes recreativos desempenharam um papel crucial como locais estratégicos para a disseminação de valores conservadores, incorporando os princípios de civilidade, cientificidade e progresso em Manaus/Amazonas. Com o uso dos periódicos como fonte, explanaremos a criação de associações como exemplos estratégicos, uma vez que faziam parte de um conjunto de espaços que se afirmavam como “locais aristocráticos”, frequentados por elites que assumiram o papel de educadoras, moralizadoras e promotoras do desenvolvimento da sociedade local. Esses encargos, revestidos de civilidade, cientificidade, intelectualidade e progresso, acabaram por incorporar o positivismo, o darwinismo, o racismo e a eugenia como conceitos e práticas-chave para a formação da identidade nacional, em que as tradições de grupos sociais marginalizados (negros, indígenas, homossexuais e mulheres) reforçaram as demandas estatais e médico-legais de controle e disciplinamento. Portanto, o uso e desfrute desses espaços

serviam para incorporar na sociedade as ideologias das classes dominantes. Por essa razão, nossa proposta de apresentação visa explorar as estratégias empregadas pelas elites para fortalecer seus projetos por meio do entretenimento, bem como sua influência nas posições sociais e estratégias políticas através da sociabilidade, do lazer e das práticas sociais. Desse modo, os termos, os conceitos e as análises propostas por Pierre Bourdieu servem como inspirações teóricas para os esportes que são utilizados como campo e relação política (Bourdieu, 1983). Desejamos, por meio desta apresentação, promover uma reflexão mais profunda sobre as implicações dessas práticas na formação da identidade nacional, especialmente na realidade amazônica e nas relações de poder em Manaus, durante o período republicano.

### **“A Rua do Carvão”: história e memória dos trabalhadores da carvoaria em Manaus (1945-2012)**

*Sérgio Carvalho de Lima*

**Resumo:** Quem transita hoje pelo cruzamento das avenidas Sete de Setembro e Castelo Branco, confluência dos bairros de Cachoeirinha e Educandos, na zona sul de Manaus, e observa a permanência de uma parte da antiga Usina de Viação dos bondes, talvez não imagine que, durante muito tempo, funcionou ali um dos maiores pontos de comercialização de carvão na cidade. O lugar ficou conhecido como a “rua do carvão”, nome pelo qual grande parte dos produtores e vendedores de carvão, os carvoeiros, a ele se referiam. Entre as décadas de 1940 e 2010 foi um espaço de sustento para dezenas de famílias. Pelo menos, desde o início do século XX, em virtude da ausência de carvão mineral no Amazonas e das dificuldades de sua importação, o carvão vegetal, juntamente com a lenha, sustentava a cidade como uma das matérias-

primas para a geração de energia, tanto nos mais diferentes ramos de atividades quanto no ambiente doméstico. Isso contribuiu para que uma parcela significativa da população se dedicasse à produção de carvão vegetal nos arredores da cidade e municípios próximos, assim como a comercialização do produto. Escritores e memorialistas, sobretudo das décadas de 1940 e 1950, como Moacir Andrade, Jefferson Peres e Thiago de Melo, destacam em suas obras a atividade carvoeira nas ruas de Manaus. Também mencionam os locais de produção do valioso item, como Tarumã, Estrada do Aleixo, Colônia Campos Sales, àquela época nos arrabaldes da cidade, hoje bairros populosos. Foi nesse contexto que se constituiu, nas proximidades da antiga Usina de Viação, um dos maiores pontos de comercialização de carvão na cidade. A partir de 1939, a Usina de Viação tornou-se uma sub-usina de luz, ficando responsável também pela geração de parte da energia elétrica da cidade e funcionando à base de carvão vegetal e lenha, o que certamente tornou-se um atrativo para muitas pessoas que trabalhavam com a produção e comercialização desses produtos. Em outubro de 2003, a “rua do carvão” foi alvo do Ministério Público do Amazonas que instaurou um inquérito civil cujo foco era exatamente o comércio de carvão realizado no local. Após dez anos de lutas e resistências na esfera judicial, os carvoeiros foram retirados do local que, por décadas trabalharam.

### **“Lavradores Unidos”: movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém-PA (1979-1980)**

*Rosiangela Campos Picanço*

**Resumo:** O presente trabalho visa apresentar aspectos acerca das estratégias de mobilização e organização do movimento e da construção de uma identidade comum entre os integrantes

do movimento sindical de trabalhadores rurais de Santarém-PA, presente no estudo de conclusão de curso: Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém através do impresso *Lamparina* (1970-1980). Nos anos finais da Ditadura civil-militar no Brasil, o movimento sindical renovava suas práticas, através do chamado Novo Sindicalismo, aglutinando forças dos movimentos sindicais urbanos e rurais. Nessa perspectiva, na cidade de Santarém, no Pará, em meados da década de 1970, uma força emergia entre os trabalhadores rurais das diversas comunidades camponesas da cidade, a corrente sindical "Lavradores Unidos". Para o grupo, a vitória nas eleições de 1980 do sindicato, seria fundamental para uma representação efetiva da classe, uma vez que, desde a sua fundação, a administração do sindicato estava nas mãos de representantes pelegos. Formada por trabalhadores rurais, auxiliada por técnicos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e segmentos da Igreja Católica, a corrente obtém êxito nas urnas, e torna-se um dos movimentos sindicais pioneiros no Baixo Amazonas. Nesse contexto, tal movimento se relaciona diretamente às políticas de desenvolvimento implantadas pelo governo militar na Amazônia, e a um sindicalismo rural nacional em processo de renovação. De caráter bibliográfico e documental, a pesquisa teve como objeto de estudo o programa político da Corrente Sindical "Lavradores Unidos", que surgiu entre as décadas de 1970 e 1980, na cidade de Santarém. Como fonte do estudo, utilizou-se o informativo *Lamparina*, impresso criado pelo movimento. A partir da análise, destaca-se a agência e engajamento dos trabalhadores no movimento (homens, mulheres e jovens; a construção de uma identidade política comum: lavradores; as estratégias de mobilização do grupo, como os encontros, delegacias e subdelegacias sindicais; e a estruturação de um programa político conectado às discussões e pautas travadas no âmbito do Novo Sindicalismo.

## **Justiça e Trabalho: Precarização do trabalho docente sob o olhar do Contrato de Regime Especial**

*James da Costa Batista*

**Resumo:** Os contratos temporários usados para contratação de trabalhadores para os diversos serviços do Governo do Estado do Amazonas, há tempos vem sendo utilizado como meio de controle desses trabalhadores. Tal contratação, que em tese, deveria ser feita apenas em momentos de extrema necessidade, acabou-se tornando muito comum nas diversas áreas dos governos. No caso específico desta pesquisa, estaremos analisando a precariedade da Lei nº 1674, de 10 de dezembro de 1984. Conhecida como a lei do Regime Especial, nome dado aos contratados por edital de trabalho temporário, essa legislação criou no âmbito do Governo do Estado do Amazonas, um tipo de servidor público que quase não tinha direitos e sente deveres. Eram servidores que ficavam meses sem salários e que não podiam questionar tais atrasos por medo de serem demitidos. Os desmandos do Governo Estadual, usava a lei para oprimir esses trabalhadores com discursos de demissão sumária deles. Aqui não adensaremos as mais diversas formas de precarização que os atingem. Adentraremos em apenas uma, que versa sobre legislação que dá forma a precarização, nesse caso, a contratação de professores em regime temporário, o que acaba se tornando uma forma de controle sobre eles. Estamos cientes que tal forma de contrato tem sua inegável legalidade, no entanto, o que se verá é que esses trabalhadores não estavam em igualdade de direitos com os trabalhadores estatutários, ou seja, aqueles que prestaram concurso público. Para tanto, esboçaremos a Lei nº 1674 de 1984, que versa sobre este tipo precário de trabalho. No caso específico dos professores da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação, a legislação serviu ainda de meio para controle

dos professores. No fim da década de 1970, o professorado amazonense caminhava para um processo de desorganização diante do cenário de desvalorização salarial e de trabalho. A Lei nº 1674 de 10 de dezembro de 1984 foi uma legislação criada pelo governo Gilberto Mestrinho com o intuito de legalizar este tipo de contrato que não visava somente a contratação de professores, mas de diversos tipos de trabalhadores para suprir as necessidades do estado do Amazonas. O que vale lembrar é que, no caso dos professores, tal lei surge em um momento turbulento e prenhe de mobilizações da categoria, o que acabou tomando contornos de vigilância e controle do professorado, tendo em vista que, até hoje, esses trabalhos são um número considerável na categoria.

### **Meio ambiente, trabalho e propriedade: experiências de trabalhadores e a luta por direitos em Itacoatiara-AM (Amazônia brasileira, 1973-1988)**

*Avelino Pedro Nunes Bento da Silva*

**Resumo:** A presente pesquisa busca problematizar as diferentes experiências de vida e perspectivas de resistências dos trabalhadores e trabalhadoras em disputas por direitos no município de Itacoatiara, a partir da análise dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara (JCJ-ITA). Para essas análises, partimos de documentação arquivada e preservada pelo Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região (CEMEJ/TRT11), na qual se encontram os dissídios individuais de 1973 a 1988, buscando surpreender nessa documentação perspectivas de modos de vida e trabalho no cotidiano daqueles sujeitos, podendo-se igualmente ampliar nesse percurso investigativo o entendimento de suas presenças, experiências e resistências no espaço da Justiça do Trabalho. A partir dessa periodização, pretendemos valorizar e

compreender suas lutas e dinâmicas sociais naquele período de ditadura civil-militar na região amazônica (1964-1985). Através de suas relações nos diferentes espaços políticos construídos na cidade, buscamos observar os trabalhadores enquanto protagonistas do conhecimento histórico, sujeitos ativos que resistem cotidianamente e atuam nas disputas políticas e nas relações sociais que se desenvolvem na cidade por suas práticas, conhecimentos, costumes e experiências. Por seus próprios meios, participavam do movimento que ia para além de “vitórias” e “derrotas” na Justiça do Trabalho, mas que envolvia solidariedades, amizades, confianças que se percebem através de suas idas e retornos em conjunto ao espaço judicial. Portanto, a pesquisa investiga nos processos trabalhistas possibilidades de reflexão sobre o movimento de lutas democráticas promovidas e organizadas pela classe trabalhadora na cidade de Itacoatiara, explorando potencialidades dessas fontes para o estudo da história do Amazonas e evidenciando práticas de resistência de trabalhadores à ditadura civil-militar brasileira como esforço de reposicionamento da História Regional no campo da História do Brasil.

### **Memória operária: A companhia de tecelagem e fiação, Fabril Juta no Município de Parintins-AM**

*Sarah Kally Oliveira da Silva*

**Resumo:** O presente artigo, intitulado de “Memória operária”, tem como objetivo relatar a companhia de tecelagem e fiação, Fabril Juta no Município de Parintins-AM e colaborar na construção de um novo olhar historiográfico acerca da classe trabalhadora, destacando as experiências de homens e mulheres na companhia, norteadas por suas narrativas orais, além de compreender o processo histórico de construção, processo de cultivo e a importância da Fabril Juta para sociedade

parintinense. A construção desse trabalho caminha interligada com a história e a memória, em que essa última carrega em si rupturas que permeiam nas experiências de cada trabalhador. A primazia do trabalho é a classe operária, que tem o apagamento em sua trajetória na companhia, tornando-os invisibilidades, a partir de pesquisas realizadas utilizando a História Oral e Fontes Escritas, o estudo tem como finalidade revisitar a história dos trabalhadores na companhia de tecelagem, realizando análises das experiências de homens, mulheres e jovens. Dessa forma, tem-se uma reflexão sobre as diversas situações ocorridas durante a funcionalidade da companhia de tecelagem. Será apresentado uma análise de algumas experiências ocorridas na companhia, apontando a relevância social dessas trajetórias, utilizando a “História vista de baixo” que tem como precursor Edward Palmer Thompson. As memórias dos trabalhadores são marcadas por suas vivências, que, no entanto, também se confundem com a vivência de outras pessoas, o que pode ser observado em relação a data de inauguração da fabril de juta, já que não se tem um consenso sobre isso. A Companhia Fabril de Juta de Parintins teria iniciado suas atividades com objetivo de atender o mercado nacional e internacional com a venda da fibra de juta e malva, por iniciativa do empresário e político José Raimundo Esteves (Esteves, 2015). A fundação da referida Companhia configurou uma nova dinâmica social para a cidade de Parintins, resultando na migração da zona rural e de outras cidades vizinhas, atraídas pelas transformações ocorridas no contexto urbano, como infraestrutura, educação, além de novas oportunidades de emprego. Os trabalhadores se encontravam submetidos à uma rígida hierarquia fundada numa classificação que seguia uma divisão sexual e etária, a fabril Juta não valorizava os operários e as operárias, nem respeitavam os direitos dos trabalhadores.

## **Trabalho e ócio, uma dicotomia nas vidas da População em Situação de Rua (PSR) do centro de Manaus**

*Noélio Martins Costa*

**Resumo:** O trabalho foca na População em Situação de Rua (PSR), destacando sua invisibilidade social nos anos 2014 a 2019. Percebemos que são indivíduos excluídos do sistema social formal e apagados da História oficial. Apesar disso, a PSR busca existir da forma que escolheu, vivendo nas ruas. São pessoas com vidas despedaçadas e estigmatizadas, sobrevivendo precariamente com seus fragmentos materiais e mentais. Nosso objetivo é nos aproximar das PSR por meio de um diálogo etnográfico, ouvindo, vendo e sentindo suas dores, mesmo que por breves instantes. No estudo, abordamos a categoria trabalho, explorando a dicotomia entre ócio e trabalho, trabalhador e vagabundo. Pelo senso comum, a PSR é classificada como vagabunda ou ociosa. No entanto, uma característica importante do centro velho de Manaus é que PSR daqui trabalha. Diferente de outras capitais, uma boa parte da PSR em Manaus trabalha arduamente todos os dias. São carregadores, carreteiros, coletores de materiais recicláveis, frutas e verduras, trabalham como ambulantes e vigias de carros. Não são apenas pedintes ou, como o senso comum os define, mendigos. Nem todas as pessoas que procuram melhorar de vida migrando para as cidades grandes foram absorvidas pelo mundo do trabalho. Uma parcela da população, como ocorre ainda hoje, sempre fica às margens, esperando sua oportunidade. Nesse meio tempo, pessoas arranjam outros meios para sobreviver e a rua acaba se transformando em um grande celeiro de oportunidades lícitas e ilícitas, pois no momento em que não conseguem vender a única coisa que lhes resta, sua força de trabalho, partem para outras alternativas.

Muitos se tornam ladrões, vigaristas, PSR, pedintes, vagabundos, jogadores, apostadores, enfim, são levados pelas conjunturas que estão postas. Ao reconhecer e valorizar o trabalho realizado pela PSR, este estudo contribui para desconstruir preconceitos e promover uma visão mais justa e humana dessas pessoas. Esperamos que esta pesquisa inspire ações e políticas públicas que respeitem e apoiem a PSR, garantindo-lhes dignidade e oportunidades para uma vida melhor.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 07**  
**História da Saúde e das doenças**  
**Coordenador:** Wellington Bernardelli Silva Filho

\*\*\*\*\*

**A Morte em Tempos de Pandemia:  
A Gripe Espanhola em Manaus**

*Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa*

**Resumo:** Entre 1918 e 1919, Manaus foi atingida pela Gripe Espanhola. Cinemas, teatros, igrejas, escolas e a universidade deixaram de funcionar; reuniões, palestras e partidas de futebol foram canceladas. Os produtos do mercado, principalmente os que passaram a ser recomendados para o preparo de chás, mingaus e pratos fortificantes, começaram a escassear e triplicaram de preço. O cotidiano marcado pela vivacidade, pelo movimento, pelo vai e vem de pessoas, pelas conversas na frente de casa, pelas visitas e convescotes entre vizinhos, pelas idas ao mercado, aos bares, cafés e restaurantes, foi interrompido. O terror se espalhou pela cidade, pois a doença se disseminou rapidamente e atingiu o Centro e os subúrbios. Foram criados hospitais e enfermarias improvisadas e instalados postos de assistência médica nos bairros centrais. Estima-se que 6 mil pessoas morreram em decorrência da doença, cerca de um terço da população da capital. A relação entre vivos e

mortos é abalada em tempos de pandemia. Nessa situação de desorganização da saúde e grande mortandade, os cadáveres e os cemitérios são evitados, pois oferecem riscos à saúde pública. Os ritos fúnebres são abolidos em nome da saúde física dos vivos. Durante a pandemia de Gripe Espanhola que assolou Manaus, diferentes medidas preventivas foram adotadas nesse sentido. As celebrações de Dia de Finados foram canceladas, a entrada de pessoas no Cemitério de São João Batista foi proibida e, nos momentos mais críticos, foram abertas valas comuns nos cemitérios. Em uma sociedade que demandava tempo aos ritos fúnebres, arraigados desde tempos imemoriais, e que “aceitava” a finitude como uma etapa natural da vida para a qual se preparava, a morte passava de domesticada para selvagem, assustadora e temível. No presente trabalho, inserido nos campos da História Cultural e das Mentalidades e História da Saúde e das Doenças, foi analisado o cotidiano da morte em Manaus durante a pandemia de Gripe Espanhola e seus impactos nos ritos fúnebres, de forma a compreender as atitudes da sociedade manauara diante da morte naquele período.

### **A necropsia do serviço público ou necropsia da dignidade: a situação do Instituto Médico Legal do Amazonas no caso de 1998**

*Stefany Menezes do Vale*

**Resumo:** Na mensagem anual do governo, no ano de 1948, o então governador Leopoldo Neves apresenta, a partir do relatório do chefe da Polícia, José Augusto Teles de Borborema, a situação daquele departamento, destacando a precariedade da assistência “para este importante setor da administração pública”, que mesmo com inúmeras sugestões apresentadas visando a sua modernização, o serviço prestado continuava nos mesmos moldes dos anos anteriores, apesar da necessidade

de ampliação estrutural e instrução dos trabalhadores da área. Dentre as fragilidades citadas na mensagem, estão as sentidas pela polícia técnico-científica do Estado. Responsável por produzir as provas técnicas da prática de delitos, sua demanda não era modesta, mas esse setor dependia de um “um Gabinete de Identificação, que se limita a tomar e classificar as impressões digitais, um Gabinete Médico-Legal que só faz exames de corpo de delito, e um atelier fotográfico, com a máquina antiquada e fixa”, o que parecia não ser suficiente para atingir as finalidades do departamento. Mesmo após 50 anos da mensagem, a negligência para com a polícia técnico científica parece não ter sofrido grandes alterações, uma vez que, em 1998, um caso de denúncia sobre as condições do Instituto Médico Legal ganhou espaço na imprensa amazonense. Trata-se da denúncia feita pela então diretora do Instituto, a médica legista Elizabete Bezerra Azevedo no dia 27 de outubro de 1998, numa manhã de terça-feira, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). A denúncia pública feita por Elizabete, entre outros movimentos, desencadeou em sua exoneração do cargo de diretora do referido instituto, cargo no qual foi a primeira mulher a ocupar, mas também mobilizou uma série de defesas que fizeram a sua exoneração ser desfeita pelo então governador Amazonino Mendes. Portanto, o objetivo desta comunicação é apresentar, a partir das notícias de jornais, a repercussão desse caso e seus desdobramentos para a história recente do Instituto Médico Legal do Amazonas.

### **Eugenia e Trabalho: a Visita de Gastão Cruis à Companhia Ford Industrial do Brasil, em Belterra, nas Páginas da Revista Brasileira de Geografia**

*Clara Raissa Nascimento de Aguiar*

**Resumo:** Ao longo do período conhecido como Era Vargas, iniciado após a Revolução de 1930, certas políticas

governamentais foram implementadas a fim de fomentar o desenvolvimento econômico nacional e aplacar os movimentos de exportação agrária, que tornavam o país dependente das chamadas flutuações internacionais. Essas medidas, tomadas no decorrer do governo Vargas, segundo Maria Verônica Secreto, além de estarem voltadas para uma ruptura com o ordenamento conservador agrário, inicialmente, também objetivaram a ampliação das fronteiras e o incentivo à mobilidade dos indivíduos como estratégias de ocupação de territórios considerados vazios demográficos no país. Dessa forma, a perspectiva de expansão partiria do litoral para o sertão, fazendo uso dos trabalhadores rurais para o desenvolvimento dessas mobilizações, retirando-os de suas cidades e destinando-os a territórios considerados espaços vazios. Esse fenômeno, durante o Estado Novo, ficou conhecido como Marcha para o Oeste que, em determinado período, deixou de almejar o povoamento apenas da região Oeste e se voltou também à Amazônia. O intuito dessa movimentação no Norte do país seria de incorporar famílias do sertão brasileiro à região Amazônica, realizando uma interiorização do Brasil e, conseqüentemente, uma espécie de colonização desses espaços. A certa altura, foi possível perceber que o governo federal passou a encarar a Amazônia como um lugar não somente a ser conquistado, mas também a ser superado por meio de medidas sanitárias e através de ações consideradas civilizatórias. Para isso, projetos e políticas de governo foram desenvolvidos, possuindo diversas influências do movimento eugenista, que ganhou muita notoriedade no decorrer desse período, e chegou a ter seus ideais institucionalizados por meio da legislação vigente. O presente trabalho, portanto, pretende discutir a inclusão de tais discursos propagados pelo governo através de veículos como a Revista Brasileira de Geografia, a partir de um artigo publicado neste periódico de autoria do médico sanitário Gastão Cruls sobre a Companhia Ford em Belterra, Pará.

## O Medo nas fronteiras amazônicas: doenças e profilaxia na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912)

Wilson da Silva Teodoro

**Resumo:** O referido estudo aborda, analisa e discute questões sobre a condição sanitária do século XIX e XX na Amazônia, saúde, práticas de cura, saber médico e ações das doenças na ferrovia Madeira-Mamoré, afinal, ao focalizar a relação entre ação antrópica do homem e meio ambiente, tais temáticas se revelam como base para a abordagem a se realizar. Etnias indígenas hostis, animais peçonhentos e selvagens, conservação e munção adequada dos suprimentos e perigos físico-geográficos têm sido descritos pela historiografia como os grandes obstáculos na construção da ferrovia Madeira-Mamoré nos séculos XIX e XX. Com base nos relatos de viajantes, relatórios de expedições científicas e na literatura médica sobre o tema, este trabalho investiga as doenças e parasitos tropicais que afligiam os ferroviários, por meio do contato com mosquitos e o clima tropical. Sugerimos que doenças e parasitos foram obstáculos tão desafiadores quanto aqueles abordados pela historiografia. Para tal investigação, o estudo ancora-se em trabalhos como os relatos do naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira por meio da obra *Viagem Philosophica* (1783-1792), uma fonte descritiva intitulada *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso*. Neste sentido, outro trabalho importante para nosso estudo é a tese defendida por Leny Caselli Anzai, em 2004, intitulada *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso*. Nesta pesquisa, com base no manuscrito *Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso*, de autoria de um setentista Alexandre Rodrigues Ferreira, a autora traça as relações entre as doenças endêmicas identificadas pelo naturalista na capitania e os problemas

sociais, evidenciando que muitas das doenças enfrentadas por determinada sociedade em um tempo e espaço determinados, podem estar ligados a problemas estruturais dessa mesma sociedade. No que tange a profilaxia, utilizar-se-á como aporte teórico os apontamentos registrados no documento do renomado sanitarista brasileiro da época Osvaldo Cruz, relatório intitulado *Considerações geraes sobre as condições sanitárias do rio Madeira* (1910), na obra *A Ferrovia do diabo* de Manoel Rodrigues Ferreira, e por fim na coletânea iconográfica registrada pelo fotógrafo oficial da ferrovia o norte-americano Dana B. Merrill.

### **A Tragédia Silenciosa: a desumanização e o descaso ocorridos no Centro hospitalar de Barbacena**

*Sarah Kally Oliveira da Silva  
Livian de Souza Vieira*

**Resumo:** O presente trabalho tem como finalidade apresentar sobre um dos maiores genocídios no Brasil, a partir de informações obtidas no livro *Holocausto Brasileiro* de Daniela Arbex e artigos e trabalhos relacionados à essa temática. O Centro Hospitalar de Barbacena ou Colônia, como era conhecido, abrigava centenas de pessoas, e cerca de 70% dessas pessoas não tinham diagnóstico de doença mental, eram pessoas inocentes que não se enquadravam nos padrões sociais daquela época. A instituição não apresentava uma estrutura adequada para recebê-los, seu único objetivo não era cuidar de seus pacientes, e sim fazer uma limpeza social. Ao serem enviadas para a Colônia, deixavam de serem gente, tinham seus direitos violados. O Holocausto Brasileiro como é referido a este período, mostrou o quanto podemos ser desumanos. “Ser humano pode ser uma verdade biopolítica que institui o outro como inumano dentro das relações sociais” (Garcia, 2010). As

peças consideradas doentes mentais eram tratadas como alguém sem direitos. O médico e os enfermeiros não tinham formação para atuar no Hospital Psiquiátrico. De acordo com Daniela Arbex, “Funcionário aposentado do hospital, Geraldo Magela Franco, sessenta e sete anos, admite que o tratamento de choque e o uso de medicações nem sempre tinham finalidades terapêuticas, mas de contenção e intimidação” (Arbex, 2013, p. 31). Não se tinha prescrições, e uma forma de tortura era o uso eletrochoque, já que era aplicado a seco, e vários pacientes perderam a vida na execução desse ato. As condições nesse hospital eram precárias, não tinha uma estrutura adequada para abrigar centenas de pessoas. Por conta da superlotação, foi adquirida a ideia de utilizarem capim como cama, com a intenção de economizar espaço para caber mais “pacientes”. A fome e a sede eram sensações presentes naquele local, para saciar sua sede os pacientes bebiam do esgoto, o tempo que passavam na colônia os faziam perder os vestígios de humanidade.

## **Tulha de loucos: Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá**

*Lidiane Álvares Mendes*

**Resumo:** Vila Real do Bom Senhor Jesus de Cuiabá, 1740, os clamores populares pela fundação de um local de cura e tratamento são recebidos em forma de carta pelo então ouvidor João Gonçalves Pereira, com por menores de que ele deveria ser fundado com angariação de fundos da população local. Dado esta sinalização, a construção de fato da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá parece sair do papel, em 1755, Manoel Fernandes Guimarães deixou parte de sua fortuna para a construção de um Hospital de Caridade. Mas, só parece, devido a realidade econômica e geográfica da região,

o estado de penúria e pobreza que rondava essas paragens desde a efêmera veia aurífera, as intenções de fundar um hospital que atendesse a população local e sanasse os medos constantes da lepra, varíola, tuberculose como doença de morte. Pedidos de intervenções e financiamento para a Coroa foram realizados incansavelmente, além disso, as famílias de bem praticantes da filantropia organizaram saraus e quermesses, jantares e festas para angariar fundos que pudessem levantar as primeiras paredes de adobe. Mais de meio século após a doação do terreno, em 8 de dezembro de 1817, a Santa Casa de Misericórdia foi oficialmente fundada e passou a operar como hospital filantrópico. Dessa data em diante, a Santa Casa de Misericórdia adveio a atender todos os tipos de doentes, em determinados períodos da historiografia regional, o hospital ficará conhecido como antecâmara da morte devido a precariedade no atendimento e do espaço físico. Além das doenças citadas, a Santa Casa era depósito das classes marginalizadas: asilos para idosos, orfanato, cuidados com bêbados e prisão para loucos, nesse último caso em específico esses indivíduos eram constantemente internados a pedido da polícia ou da população local. É neste ponto que esta reflexão se desmembra das contendas financeiras e de seus prestadores de serviço que envolveram a história da Santa Casa e ocupa-se dos corpos dos idiotas, loucos, histéricos, alienados, doentes mentais e todo tipo de patologias e denominações dadas aos doentes da loucura. As fontes primárias nos sinalizam as práticas de internação, de lotação das instituições públicas (leia-se aqui cadeia e hospital), as preocupações dos governantes apontadas em relatórios e mensagens, e nos jornais narram a seu tempo as movimentações sociais e culturais. É sobre as internações dos loucos e alienados na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá que esta comunicação se apresenta.

## Uma breve análise da criminologia e da loucura no *Jornal do Comércio* (Década de 1970)

*Maria de Jesus do Carmo de Araújo*

**Resumo:** O resumo proposto é uma análise breve de algumas páginas do *Jornal do Comércio*, na década de 1970, na cidade de Manaus, que será umas das fontes utilizadas para entender como as páginas do jornal apresentavam a criminalidade e a loucura. O recorte temporal escolhido está associado a mais um *boom* populacional que a capital do Amazonas sofreu com a implementação da Zona Franca de Manaus, mas também sobre algumas lutas que se iniciavam para o que conhecemos hoje como Lei Antimanicomial, porém esse é um assunto que será discutido em um outro momento. É notório que os folhetins guardavam espaços avantajados para expor situações de criminalidade, ainda que estejamos no início da pesquisa, alguns autores trazem a perspectiva de que havia uma associação entre a criminalidade e a loucura nas páginas policiais. Nessa perspectiva, os agentes do estado para manutenção da ordem eram a polícia, que muitas vezes era acionada para resolver um caso, no qual a loucura se inseria e esse doente era encaminhado para tratamento no hospício Eduardo Ribeiro. As bibliografias para este artigo são Michel Foucault, César Beccaria, Cesare Lombroso (com a ideia de “criminosos nato”), João Vieira de Araújo, Tobias Barreto e Raimundo Nina Rodrigues. O hospício é o local onde esse doente era tratado, porém muitos casos de fuga são trazidos nos jornais, deixando a questão se de fato esse local estava preparado para tratar os doentes. A história das doenças e da criminologia de um modo geral no Amazonas ainda precisam ser mais pesquisados, alguns avanços são possíveis de ver, no entanto, com esse recorte temporal nos esbarramos em outra lacuna que é a própria história do Amazonas pós Belle Époque,

portanto a historiografia local ainda tem um trajeto para ser percorrido nas mais diversas áreas do saber científico. Por fim, esperamos que a partir das temáticas criminologia e história da loucura, possamos incentivar cada vez mais pesquisas que buscam dar visibilidade ao tema e as fontes que serão utilizadas para o caminhar desta pesquisa.

## **Vozes antimanicomiais em Manaus (1975-2023)**

*Ramily Frota Pantoja*

**Resumo:** Compreendendo que a história não somente das práticas violentas existentes no que conhecemos como história da loucura, da psiquiatria, e da medicina (nessa observa-se que, a grosso modo, o objeto e a atenção de pesquisadores têm se voltado para as instituições, sem evidenciar os sujeitos aí presentes) é dado importante da história, no entanto, pensando a partir da perspectiva da história social, lembramos que o conteúdo produzido e vivenciado na resistência às opressões praticadas nos manicômios — resistência fortalecida por trabalhadores da saúde mental e pacientes/usuários de serviços que se propõem de atenção à saúde mental — trata-se de um tema que é interessante, a partir da compreensão de que a experiência engendrada nesse campo nos informa sobre modos de vida desses sujeitos e projetos coletivos. Percebemos que os relatos das práticas desumanizantes direcionadas às pessoas internadas em hospícios bem como de práticas desumanizadoras as quais trabalhadores recém-chegados ou veteranos nessa lógica manicomial comuns nos manicômios Brasil afora também têm presença em Manaus. A partir da fala de pessoas que trabalharam no hospício, em clínicas psiquiátricas privadas de Manaus, hospital de custódia e CAPS, podemos observar também de que forma os movimentos de contestação daquelas práticas foram força que possibilitou

uma construção de compreensões e também da produção de direitos a partir de uma cultura de resistência que chegam, inclusive no campo da lei. Entendemos que não há maneira de fazer uma reflexão histórica sem olhar para o presente e que mesmo com algumas conquistas é preciso observar as concepções de “vencedores” e repensar o que se diz sobre os “vencidos”, pois o presente também está povoado de vida, e vidas sociais que também insistem em seus projetos de sociedade. É neste presente e partindo das fontes orais trabalhamos a partir de narrativas de trabalhadores da saúde mental que trazem consigo memórias e perspectivas antimanicomiais na cidade de Manaus entre 1975-2023.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 08**  
**Teoria e História Intelectual: panorama e reflexões**  
**acerca da historiografia amazonense**  
**Coordenadores:** Robeilton de Souza Gomes e Nasthya Cristina  
Garcia Pereira

\*\*\*\*\*

**“O fascinado da plethora vocabular”: aspectos da**  
**trajetória de um filólogo negro no Amazonas**

*Stefany Menezes do Vale*

**Resumo:** *O fascinado da plethora vocabular*, é assim que o professor João Chrysostomo de Oliveira intitula seu texto publicado no *Jornal do Comércio*, no dia 6 de março de 1955, para falar sobre o falecimento de João Leda. Vale ressaltar que o professor Chrysostomo é o biógrafo mais versado sobre João Leda e seus textos são de muita valia para esta comunicação. João Leda nasceu no Maranhão, em setembro de 1879, e começou a atuar como jornalista desde seus 18 anos no Estado. Ao mudar para a capital amazonense, no início do século XX, segue no jornalismo e constrói uma vasta rede de sociabilidade. Entre seus feitos no Amazonas podemos mencionar sua participação na fundação da Academia Amazonense de Letras, escolhendo como patrono de sua cadeira o renomado abolicionista José do Patrocínio, o qual alguns anos depois foi presidente. Também

tem uma cadeira na Academia Paraense de Letras. O filólogo faleceu no dia 1 de março de 1955, coincidentemente no mesmo dia de Ruy Barbosa em 1923, intelectual que Leda possuía grande admiração e sobre quem escreveu o livro *Vocabulário de Ruy Barbosa*. Além do livro sobre Ruy Barbosa, Leda também escreveu *Os áureos filões de Camilo* (1924), *Nossa língua e seus soberanos* (1928) e *A quimera da língua brasileira* (1939). A Academia Amazonense de Letras dedicou uma edição de sua revista em 1955 para falar sobre seu importante membro. Nos limites desta comunicação, interessa-nos evidenciar a trajetória intelectual de João Leda, destacando sua interlocução com as discussões de sua época, tratando-se da construção da Língua Portuguesa e de seu repertório historiográfico, evidenciado pela sua tese escrita para disputar a cadeira de História do Brasil na Escola Normal do Amazonas, intitulada *Da relativa exação dos fatos históricos*, que dentre outras reflexões feitas por Leda, ao falar sobre as “narrativas de timbre romântico” afirma que “não devemos contentar-nos com as formas vagas e floridas da antiga escola histórica, a qual, a meu ver, se perdeu no relato puro e simples”.

### **“Por amor do método e de uma exata discriminação dos fatos”: história da historiografia no Amazonas oitocentista**

*Hélio Dantas*

**Resumo:** Almanagues eram publicações muito populares no séc. XIX, vinculadas ao acompanhamento da passagem do tempo (calendários, feriados, dias santos e datas importantes) mas também fortemente associados a processos de “vulgarização” de conhecimentos, ao oferecer em suas páginas, ao mesmo tempo, saber e entretenimento a um público com pouco acesso a outras leituras. O *Almanaque Administrativo e Comercial do*

*Correio de Manaós da Província do Amazonas* parece ter sido o primeiro almanaque publicado na Província do Amazonas, no ano de 1870, com mais uma edição no ano seguinte, seguido anos depois pelo *Almanaque Administrativo da Província do Amazonas*, de 1874. Somente dez anos depois, outro almanaque seria publicado, o *Almanaque administrativo, histórico, estatístico e mercantil da Província do Amazonas*, para o ano de 1884, com o detalhe de que foi o primeiro desse tipo de publicação a trazer uma “parte histórica”, o qual figurava o ensaio “História da Província do Amazonas”, de autoria de Aprígio de Menezes, médico baiano radicado no Amazonas desde o início da década 1870. O objetivo da comunicação é realizar uma análise específica desse texto, contudo o colocando em relação com outros textos de cunho semelhantes publicados no período, tais como *Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro*, de André Fernandes de Sousa (1848), o *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas e Simá: romance histórico do Alto Amazonas*, ambos de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas (1852, 1857) e “Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas”, de Francisco Bernardino de Souza (1873), assim como diante do material encontrado na imprensa periódica provincial voltado para datas cívicas comemorativas e efemérides. Parto da hipótese de que o ensaio de Aprígio de Menezes teria sido um dos primeiros textos historiográficos publicados na Província do Amazonas. Muito embora um texto curto, que não chega a 30 laudas, ele permite vislumbrar tanto questões voltadas para as sociabilidades intelectuais e circulação de impressos no Amazonas provincial, como permite discutir questões interessantes para a história da historiografia em específico, a saber: a organização e difusão de conhecimento histórico, a configuração das periodizações e temáticas historiográficas, a demanda por conhecimento histórico no período em análise, o que ajudaria a aprofundar

a compreensão das características e da especificidade do que considero uma história da historiografia amazonense.

## **A escrita da história em Droysen: A narrativa histórica, forma e função**

*Robeilton de Souza Gomes  
Nasthya Cristina Garcia Pereira*

**Resumo:** A presente proposta busca discutir uma das dimensões mais importante e atuais no debate sobre teoria da historiografia: as formas de apresentação do saber histórico produzido e sua relação com as etapas anteriores de produção dessa forma de conhecimento. Partiremos das reflexões empreendidas pelo historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884), em sua obra *Grundriss der Historik* (1857-1882). Particularmente, analisaremos as reflexões contidas na parte denominada Tópica em que o autor apresenta as formas de escrita, dividindo-as em exposição investigativa, narrativa, didática e discursiva. Analisaremos de maneira pormenorizada cada uma dessas formas de exposição apontando para as tipologias das funções do conhecimento histórico. Cabe ressaltar que essa discussão ocupa lugar na última edição da *Historik*, editada pelo autor, em 1882, de modo pioneiro, antecipando um debate que tem sido recorrente desde pelo menos a década de 1970, em obra de autores como Michel de Certeau, Hayden White, Frank Ankersmit. O problema que envolve a estética do texto historiográfico torna-se interessante porque, além de apontar o protagonismo de Droysen sobre um tema que ainda hoje causa infindáveis discussões, possibilita-nos ressaltar que em sua obra teórica há uma intrínseca relação entre as formas de exposição do texto (Tópica), a metodologia de pesquisa (Metódica) e os fundamentos teóricos da investigação histórica (Sistemática), fazendo dessas três

etapas um todo inseparável. Sem compreendermos essa lógica maior que ordena as reflexões do autor perderíamos de vista o modo como ele configurou no seu texto todas as questões que buscaremos evidenciar. Uma observação necessária é que a preocupação com a estética e com as formas de exposição, não é uma problemática inaugurada pelos teóricos ligados ao pós-modernismo, embora devamos admitir que tenham sido eles (entre outros) os que mais enfatizaram essas questões, contudo, ela já encontrava lugar alentado na historiografia alemã do século XIX, o que demonstra o caráter vigoroso e nada ingênuo dessa tradição intelectual como muito frequentemente é sugerido. Esse é o caso particular de Droysen, autor do qual trataremos nesta comunicação.

### **Memória da ocupação dos lotes de terras da UFAM em Manaus-AM**

*André Menezes Firmino*

**Resumo:** A presente pesquisa é fruto do Programa de Iniciação Científica, estando em andamento desde agosto de 2023, tão logo, seus resultados tratam-se muito preliminarmente. Desde a sua criação em 1909, até os anos 1970, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ocupava um território maior do que o momento atual. O início de sua redução territorial se deu em virtude das ocupações populares decorrentes da luta pela moradia que ocorreram em lotes de terras inicialmente pertencentes à instituição, localizadas no bairro do Coroadó. Na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Lei nº 3.173, autorizando a construção de uma Zona Franca em Manaus. Isso resultou em um grande fluxo de imigração para a cidade, com a população passando de 170.000 habitantes na década de 1960 para 300.000 habitantes na década de 1970. A maioria das pessoas que vinham do

interior buscava moradia no centro de Manaus, em igrejas como a Igreja dos Remédios. Alguns grupos também ocuparam terras de fazendeiros na região Centro-Oeste, como no Bairro Santo Antônio e São Jorge, que antes eram fazendas. Outras ocupações também ocorreram nos bairros Compensa, Alvorada e Vila da Prata. De tal modo, o terreno da UFAM foi ocupado em 1971, inicialmente destinado à produção de carvão. O bairro recebeu o nome de Coroado por inspiração na novela de sucesso *Irmãos Coragem* da Rede Globo. No entanto, houve conflitos iniciais entre os ocupantes e a polícia, com as forças do Estado tentando remover as barricadas erguidas no local. Após a resistência dos ocupantes, o governador do Amazonas, coronel João Walter de Andrade, doou alguns lotes de terra para eles, sem desapropriar toda a área. Como o estudo dessa temática é pouco explorado na historiografia amazonense, esse projeto visa explorar de maneira mais aprofundada o papel dos movimentos sociais de moradores para a ocupação desses lotes de terras e a reação das competências administrativas da UFAM enquanto elas se concretizavam. A pesquisa está sendo desenvolvida por meio de fontes escritas e orais. Entre as fontes escritas estão jornais, narrativas em textos literários e poemas. Quanto às fontes orais, consistem em antigos docentes e quadros administrativos da UFAM, além de moradores do bairro do Coroado que participaram do processo de ocupação.

### **Passados futuros: as experiências do tempo entre nostalgia e aceleração a partir de Zygmunt Bauman**

*Matheus Mendonça Azevedo*

**Resumo:** A presente comunicação procura discutir e problematizar as questões da aceleração, da nostalgia e das experiências de tempo no presente a partir do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, sendo resultado de uma pesquisa

de mestrado em História. Procuraremos avaliar de que maneira aceleração e nostalgia estão articuladas temporalmente, ao serem vislumbradas a partir do trabalho de Bauman, buscando elaborar e questionar em grande medida as principais tensões temporais que podem advir dessas problemáticas. Deste modo, buscamos compreender de que maneira passado, presente e futuro são articulados e relacionados a partir do programa sociológico baumaniano tendo a noção de “liquidez” como central em nosso foco de análise. Para isso, o diálogo com Reinhart Koselleck, historiadores e intelectuais que se debruçaram sobre o problema do tempo e da aceleração na contemporaneidade, se faz uma estratégia metodológica imprescindível. Além disso, para retomar a relação entre aceleração e nostalgia, procuramos discutir de que modo um tópico está ligado ao outro, privilegiando na análise da noção de “retrotopia”, formulada por Bauman, algumas tensões relativas à experiência do tempo e à interface entre passado e presente. Nosso principal resultado, portanto, é de que a partir de Bauman é possível identificar uma relação entre aceleração (liquidez) e nostalgia (retrotopia) em diversos aspectos. Discutir a nostalgia é, ao mesmo tempo, abrir o debate sobre uma experiência fundamental da modernidade e, por conseguinte, da abertura de pontas para a discussão sobre os sentidos e significados do Tempo Histórico no presente e de suas possíveis experiências de tempo. A nostalgia, como sentimento e uma emoção histórica, está situada diante de uma relação de desenraizamento, deslocamento e perda de sentido espaço-temporal. Nesse sentido, trata-se de delinear o problema dos passados que se fazem presentes como experiência de tempo, balizando a nostalgia como questão histórica e teórica. É questão fundamental deste trabalho abordar que a noção de “fragmentação” possui uma relação central com a concepção baumaniana de temporalidade, conferindo matizes específicas

à experiência de aceleração no cerne de sua filosofia social da “liquidez”. Buscamos, com isso, contribuir de algum modo para as discussões em Teoria da História, na historiografia, no diálogo interdisciplinar e nos debates sobre os sentidos do Tempo Histórico contemporâneo.

## **Trajétoria intelectual de Clara Pandolfo: Amazônia como celeiro madeireiro do mundo (1954-1990)**

*Nasthya Cristina Garcia Pereira*

**Resumo:** A proposta desta comunicação é apresentar a trajetória intelectual e pública da primeira química da Região Norte e funcionária da SPVEA/Sudam - Dra. Clara Pandolfo (1912-2009), sua atuação nesses órgãos cobre um período de 36 anos. Com base no pensamento de Zygmunt Bauman sobre os intelectuais modernos, as representações e ações da cientista paraense acerca da natureza amazônica revelaram seus raciocínios e práticas sobre como alcançar a modernização da região, bem como permitiram compreendê-la como uma intelectual legisladora. Ao seguir sua saga em defesa do desenvolvimento da Amazônia, foi atestada sua maior insistência pela industrialização madeireira. Em relação às práticas intelectuais de Clara Pandolfo, os aspectos biográficos foram significativos para compreender como uma mulher cientista e amazônida atuou em quase quatro décadas em dois órgãos centrais que projetavam o desenvolvimento regional e, produziu de forma autoral: grande quantidade de textos, estudos, pesquisas e projetos, e, sobretudo, participou do debate nacional sobre a problemática do desenvolvimento amazônico ao longo de diferentes governos. Seu grande projeto ordenador da natureza amazônica estava inserido no discurso desenvolvimentista da ditadura militar, porém se apresentou como uma outra via e até mesmo como uma

divergência aos projetos agropecuários que, naquele período, foram majoritários. Em suma, o ápice de seu projeto intelectual pode ser sintetizado da seguinte maneira: criação das Florestas de Rendimento complementadas pela implementação de uma Política Florestal para a Amazônia. Portanto, Dra. Clara, como agente do Estado, não teve apenas comprometimento com seu “domínio profissional ou privado, mas com um mundo público — e uma linguagem pública” (Jacoby, 1990). A história das mulheres tem seus inícios entre as décadas de 1960 e 1970 na Europa e Estados Unidos (Perrot, 1998, 2005, 2019), lugares em que esse movimento de renovação historiográfica foi bem significativo, e o Brasil não ficou de fora (Matos, 2000, 2006). Contudo, mesmo com o avanço de temas, problemas, métodos e guias teóricos que hoje apresenta, a produção sobre a história das mulheres em nosso país, no que diz respeito a uma história intelectual e de práticas científicas, ainda reina enorme silêncio acerca da participação feminina, máxime na Amazônia. Ademais, esta comunicação é também um convite para uma reflexão historiográfica sobre a trajetória intelectual de mulheres na e da Amazônia.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 09**

### **No interior das salas de aula: o que se produz no cotidiano do ensino de História em escolas**

**Coordenadores:** Diego Marinho de Gois e Lademe C. de Sousa

\*\*\*\*\*

### **A aula de História pelos cadernos dos alunos de escolas urbanas da periferia de Santarém-PA: o que dizem as fontes?**

*Diego Marinho de Gois  
Lademe C. de Sousa*

**Resumo:** A presente comunicação visa pensar na diversidade de possibilidades de análises do cotidiano do ensino de história na Educação Básica. Assim, entre as tipologias documentais levantadas pela pesquisa, serão apontadas neste tópico as potencialidades analíticas dos cadernos dos alunos. Sobre os cadernos escolares, diversos autores têm estudado essas fontes em diferentes contextos, como: Pozo Andre's e Ramos Zamora (2003), Viñao-Frago (2008), Hebrard (2001) e Mignot (2008), entre outros autores. Os cadernos dos alunos trazem evidências dos saberes docentes em relação aos conteúdos históricos e pedagógicos, sendo possível mapear de forma indireta como eles organizam o ensino, as escolhas dos conteúdos históricos a serem trabalhados em cada turma e as formas didáticas de

como esse ensino tem sido realizado, ou seja, como ocorre a aula de História no cotidiano escolar. O trabalho empírico, realizado no âmbito do projeto de pesquisa “Escolas e Ensino de História na Amazônia: Estudos do cotidiano, da cultura escolar, dos livros e materiais didáticos”, que está em andamento, vinculado à Universidade Federal Oeste do Pará, coletou 51 registros de atividades pedagógicas realizadas pelos alunos, do Ensino Fundamental, em seus cadernos escolares. Optou-se por eleger algumas atividades desenvolvidas nas aulas de História para aprofundar a análise e mostrar a potencialidade do material coletado e produzido para os resultados do projeto. Entre eles, destaca-se a necessidade de perceber a história pelo olhar das crianças e jovens que vivenciam o ensino de história na sala de aula. Segundo Garcia e Schmidt (2011, p. 91), “as narrativas históricas que as crianças produzem sob a orientação das professoras são carregadas de experiências vividas”. As pesquisas desenvolvidas em escolas de Santarém sobre o cotidiano do ensino de história apontam, entre outros aspectos, para o entendimento do espaço escolar e da sala de aula como lugares de trabalho criativo. Os resultados apresentados pela pesquisa de campo podem ser compreendidos como narrativas de práticas comuns, na acepção de Certeau (2005, p. 35), nas quais os sujeitos se reapropriam dos elementos de uma cultura preexistente — legislação, normas, leis, currículos oficiais, livros didáticos — e a transformam em práticas sociais, inventando o cotidiano, que, no caso das escolas, seriam as pluralidades de vivências, experiências, ensinamentos praticados no dia a dia das salas de aula.

## **A história da migração de crianças e adolescentes venezuelanos para a cidade de Manaus a partir de suas narrativas: um relato de experiência do Programa Ciência na Escola**

*Hederjane de Assis dos Santos*

**Resumo:** O projeto intitulado “A História da migração de crianças e jovens venezuelanos para a cidade de Manaus” teve como objetivo conhecer a história da migração de dezesseis estudantes venezuelanos matriculados na Escola Municipal Arthur Engrácio da Silva a partir do ponto de vista deles, de suas narrativas, como sujeitos históricos que pensam e agem sobre a realidade que os cerca. O estudo foi realizado em 2022 no âmbito do Programa Ciência na Escola da FAPEAM. O projeto foi conduzido pela coordenadora Hederjane Santos e contou com a participação de três alunas bolsistas de iniciação científica estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. A história oral foi o referencial metodológico utilizado. Foram realizadas 35 entrevistas com os estudantes venezuelanos através de roteiros semiestruturados. A partir das entrevistas, buscou-se compreender como as crianças e adolescentes vivenciaram e como perceberam o processo migratório pelo qual passaram. A história oral de vida e a história oral temática nortearam a realização das entrevistas. A pesquisa teve como resultado e produto final um livro digital contendo as histórias dos dezesseis alunos entrevistados escrito pela coordenadora e pelas alunas bolsistas do projeto. Conhecer e divulgar a história de refugiados e migrantes é de fundamental importância para a compreensão do processo migratório venezuelano, tanto para os que migram quanto para os que recebem esse fluxo migratório. Através das entrevistas e das histórias escritas foi possível conhecer as dificuldades, o medo, a coragem, a cultura, a saudade, os sonhos e a esperança de um futuro

melhor de crianças e adolescentes venezuelanos. A pesquisa permite conhecer o processo migratório venezuelano a partir das memórias e perspectivas da infância e da adolescência, além de contribuir para o maior conhecimento do processo migratório, para a diminuição do preconceito e da xenofobia, para a integração daqueles que vêm de outros países em busca de uma vida melhor no Brasil. Os textos produzidos não comportam a totalidade do que as crianças e adolescentes passaram, mas o que se sentiram à vontade para nos relatar, o que a sua memória conseguiu resgatar e elaborar naquele momento e o que foi possível pesquisar e escrever no decorrer na limitação de seis meses de um projeto de iniciação científica escolar.

### **Como se escolhe os livros didáticos de História em escolas de Santarém-PA? Relatos de experiências docentes em relação ao PNLD**

*Flávia Jordana dos Santos Azevedo  
Marcus Vinícius Imbiriba Rodrigues*

**Resumo:** A presente comunicação apresenta os primeiros resultados do plano de trabalho “Como se escolhe os livros didáticos de história em escolas de Santarém?”, que compreende o projeto de pesquisa intitulado “Escolas e ensino de história na Amazônia: estudos do cotidiano, da cultura escolar, dos livros e materiais didáticos”. Visa investigar como se escolhe os livros didáticos de História em escolas da rede de ensino de Santarém, localizada no Oeste do Pará. Parte-se da existência da política pública de distribuição de livros para toda a rede de ensino no país, o PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material de Didático). Problematisa se as escolhas dos livros didáticos são feitas pelas escolas, conforme as características do programa e nossa problemática é investigar o papel do(a) professor(a) de História nesse processo de escolha do material

didático que será utilizado no cotidiano das aulas de História. Alguns questionamentos diretivos da pesquisa: como os(as) professores(as) de História escolhem seus livros didáticos? A partir de quais referências? Quais critérios são utilizados? A pesquisa é realizada por meio da abordagem etnográfica, levando em consideração a observação dos participantes, nos moldes propostos por Ezpeleta e Rockwell (1989), por meio de diversas técnicas de pesquisa, como: entrevistas, diários de campo, registros fotográficos e pesquisa bibliográfica e documental. São investigadas salas de aulas de História, podendo ser elas indígenas, quilombolas ou escolas das redes municipais ou estadual de ensino, da cidade de Santarém-PA. Como justificativa, o presente trabalho visa contribuir com o campo da “manualística”, estudo dos manuais escolares, conforme Escolano (2012) e para os estudos do cotidiano escolar, nos moldes proposto por Rockwell e Ezpeleta (2007). Aponta para a relação entre as políticas públicas de distribuição dos livros didáticos e a prática na cultura escolar, conforme Julia (2016). É preciso investigar como ocorre a circulação dos livros escolares na cultura escolar, no caso, a partir das escolas de Santarém e de como se dá o processo de participação dessas escolas na aquisição dos livros escolares, particularmente, dos livros didáticos de história.

**Docência de Professores e Professoras,  
Educação Quilombola e os Saberes Culturais:  
Estudo da experiência da Escola Municipal São  
José na comunidade quilombola São José  
- Óbidos - PA**

*Maiane Gomes Pinto*

**Resumo:** O presente texto compreende-se ao realizar comparações a respeito do fazer pedagógico de professores e

professoras na prática docente, nos saberes tradicionais e na educação quilombola, tomando a campo de investigação de experiência a Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, localizada na comunidade remanescente de quilombo São José no Município de Óbidos, no Estado do Pará, para realizar uma análise dos docentes e suas ações buscando identificar a relação com os saberes culturais e a educação quilombola. Nesse sentido, fazer a junção entre militância no movimento social quilombola, a formação acadêmica no âmbito da educação e do desenvolvimento da pesquisa com os docentes que atuam em comunidades remanescentes de quilombo, por sua vez esta pesquisa possibilitará o conhecimento mínimo a respeito do panorama da educação referente a aplicabilidade da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos verificados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar. A pesquisa está sendo realizada por meio de diversas técnicas como entrevistas, diário de campo, registros fotográficos, pesquisa bibliográfica e visitas de campo. São José faz parte de um território denominado de Cabaceiras titulado pela fundação cultural Palmares em 2000, incluindo 17 comunidades quilombolas, em que a identidade racial é configurada por indivíduos que têm seus costumes, princípios, objetivos de conquista e outras questões inerentes ao seu desenvolvimento. Sobre isso, observa-se que a terra representa para os moradores quilombolas do São José uma valorização do patrimônio cultural e histórico, uma vez que há valores morais que são passados de geração a geração. A partir da história e dos saberes culturais, será investigada como a prática docente utiliza esse aspecto em sala de aula e no ensino de História e o cotidiano escolar. Uma comunidade quilombola é e sempre será importante para o pesquisador, pois a mesma apresenta uma parte da cultura do povo brasileiro. Muitas pessoas da comunidade, não tiveram acesso à Educação Básica, e o seu único conhecimento sobre a história da comunidade são suas

próprias vivências, pretendendo contribuir com um novo conhecimento e conhecer essas práticas pedagógicas.

## **Ensino de História, caminhos e perspectivas: um olhar por meio dos cadernos de planejamentos dos professores de História de escolas de Santarém - PA**

*Lademe C. de Sousa  
Diego Marinho de Gois*

**Resumo:** Compreendendo o ensino de História na Educação Básica como espaço de produção de conhecimento, concordamos com Ribeiro (2018, p. 42), para quem “a sala de aula é a tradução para o professor de História da sua formação, de suas vivências, experiências e, principalmente, escolhas”, local no qual o docente compartilha e produz conhecimentos em parceria com a comunidade escolar. Nesse sentido, a presente pesquisa, que tem como fonte os cadernos de planejamento de professores de História, objetiva compreender os saberes e práticas de ensino de professores de História realizadas em escolas da cidade de Santarém, no estado do Pará. Um aspecto importante a destacar é que os cadernos de planejamento dos professores, utilizados para o planejamento das atividades escolares são carregados de significados, que dão a ver as interpretações acerca do saber histórico escolar. Por meio do caderno do professor é possível mapear como eles organizam o ensino, as escolhas dos conteúdos históricos a serem trabalhados em cada turma e as formas didáticas de como esse ensino tem sido realizado no interior das salas de aulas. A seleção de conteúdos históricos a serem ensinados dentro dos limites do tempo pedagógico é um relevante problema que merece intensa reflexão, conforme tem pontuado Bittencourt (2018, p. 123), pois nesse processo

interferem critérios de seleção, precariedade da rede pública de ensino, excesso ou falta de materiais didáticos e o próprio domínio do saber disciplinar dos professores, além de deixar aparente os modos de produção do conhecimento escolar. São discussões que envolvem as propostas curriculares oficiais, mas também as escolhas dos professores, e que articulam, portanto, vários campos de conhecimentos (Monteiro, 2007, p. 173; Caimi, 2015, p. 112; Coelho, 2021, p. 18). A preocupação em recuperar os cadernos dos professores de história visou a atender a esse desafio de investigar a prática do ensino de história, focalizando os aspectos cotidianos da cultura histórica escolar. A análise dos cadernos de planejamentos dos professores de História da Educação Básica possibilitou a sistematização de como esse ensino é efetivado no cotidiano, rompendo com a ideia de escola como espaço de aplicação de saberes produzidos fora dela. Há uma produção escolar que precisa ser conhecida e é com base nessa perspectiva, que esta pesquisa tem caminhado.

## **Frida Kahlo em defesa da democracia no México**

*Alexandre Duarte Campos  
Sophia Lima Malheiros*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma metodologia didática a partir da trajetória da artista mexicana Frida Kahlo acerca do seu papel político na democracia do México. Tem como objetivo realizar um movimento entre passado e presente sobre as representações construídas acerca da artista e desmistificá-las, apresentando uma outra perspectiva mais ligada à sua atuação política com base na análise da sua carta escrita ao presidente do México que marca sua transição do contexto pessoal para o político com um apelo à democracia e à liberdade de expressão em um México ainda patriarcal. A pesquisa consiste na elaboração de uma cartilha com caráter

informativo que servirá como material didático alternativo para o ensino da história do México, da América Latina e de mulheres nos movimentos revolucionários e com a utilização do material colhido com turmas do Ensino Médio que serviu de análise sobre as ideias construídas dos alunos sobre a artista Mexicana e que fundamentam a necessidade de uma discussão acerca da relação entre o papel de artista e o papel político da pintora mexicana do século XX, o que serve para a construção da abordagem sobre o movimento do passado e presente que verifica em como ideias de caráter “pop” perduram ao longo do tempo e que não devem ser desconstruídas mas sim acrescentar nessas visões o teor militante no âmbito político que a artista exerceu durante sua trajetória, fazendo com que se apresente uma nova compreensão sobre a imagem da pintora e que se construa uma nova convicção política para os alunos. Pretende-se com esta pesquisa a construção de um material didático alternativo para servir de ferramenta para o ensino de história e que proporcione ao professor(a) em sala de aula mecanismos interativos para a construção de conhecimento sobre temáticas da história do México, da América Latina e das mulheres como protagonistas nos movimentos revolucionários e tem como justificativa se aprofundar e desmistificar a história da Frida Kahlo e deixar em evidência sua importância na construção da história das mulheres através de sua militância em pautas que estavam à frente do seu tempo e que deixam em voga toda sua atuação na política.

### **Mudanças no (Novo) Ensino Médio: Reflexões a partir da experiência na Residência Pedagógica na Escola São Raimundo Nonato, Santarém - PA**

*Mailson Roberty Castro Campos*

**Resumo:** Um dos núcleos da Residência Pedagógica / UFOPA, sob orientação da professora Dra. Vanice Siqueira de Melo, foi

implementado na Escola São Raimundo Nonato, em Santarém - PA, e teve como preceptora a professora Ana Flávia Moura Pereira. Na ocasião, o residente atuou em turmas de Ensino Médio entre os meses de agosto de 2023 e abril de 2024. O presente trabalho busca analisar, com base na experiência da RP na referida escola, o impacto da redução da carga horária da disciplina de História no Novo Ensino Médio e a mudança implementada na política educacional em 2024 com a recomposição de horas no currículo. Primeiramente, no período do ano de 2023, destacamos a redução da carga horária na disciplina de História devido a implementação do Novo Ensino Médio nas turmas de 1º e 2º ano. Por meio de relatos da preceptora, podemos perceber as consequências da redução na carga horária da disciplina, principalmente, em seu planejamento e execução das aulas. A partir da experiência e do diálogo com a preceptora, constatou-se o exíguo tempo para explorar os conteúdos e/ou realizar atividades, como seminários. Logo, pensar e vivenciar essas questões como futuros professores é de extrema importância para nossa formação, tendo em vista as diversas problemáticas que podem ocorrer dentro e fora de sala de aula. O segundo ponto é do período do ano de 2024 que, em contraponto a problemática do ano anterior, refere-se à recomposição na carga horária da disciplina. Nesse período foi percebido um melhor aproveitamento do tempo em sala de aula para realização de atividades. Por fim, a alternância na carga horária da disciplina de história entre 2023 e 2024 reflete os desafios que podemos enfrentar no ambiente escolar. Esta experiência do cotidiano escolar faz-nos pensar no futuro campo de atuação e nos leva a diferentes realidades que poderemos nos deparar, possibilitando-nos ainda repensar metodologias visando lidar e buscar contornar os desafios diários referentes ao contexto escolar, contribuindo, assim, para a construção de uma educação de qualidade.

## **O PIBID e a inserção à docência: relatos de experiências em escolas públicas de Santarém, Pará**

*Ana Carolina Leão  
Felipe Carvalho De Lima*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão a partir das experiências obtidas por meio do Programa de Iniciação à Docência, por meio da inserção em escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio: Escola Municipal São Francisco de Assis e Escola Estadual Álvaro Adolfo da Silveira, situadas no município de Santarém (PA). Destaca-se o PIBID, sendo esse um programa significativo que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos de licenciatura, objetivando proporcionar uma “aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de Educação Básica e com o contexto em que elas estão inseridas” (CAPES, 2020). O programa possibilita ao licenciando uma visão ampliada sobre a complexa realidade a partir da rotina da escolar, implicando na reflexão sobre o contexto social em que a escola e os discentes do Ensino Médio estão inseridos e na formação crítica e proativa dos licenciados. Caimi (2006, p. 16) é enfática ao afirmar: “quando se transita pelas escolas, no acompanhamento de estágios ou na realização de pesquisas, muitos dados vão emergindo”; e a partir disso, compreende-se tamanha importância ao realizar estágios durante a formação. Além disso, acompanhar a rotina escolar possibilita registrar a realidade não documentada (Rockwell; Ezpeleta, 2007). Apreende-se registrar a valorização do processo de aprendizagem mediante a construção do pensamento crítico, contando com a prática através de metodologias de ensino diversificadas, voltadas principalmente à cultura local, que levam os estudantes a refletir e problematizar a realidade vivenciada em sala de aula e outros espaços. Durante o

programa foi possível aplicar com os alunos das escolas públicas em Santarém, atividades voltadas à execução de habilidades que valorizam o desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente a partir do contato com fontes históricas, dando ênfase a forma como a sociedade se transforma no tempo e no espaço. As atividades desenvolvidas nas escolas, como por exemplo, a visita ao Centro Cultural João Fona, espaço que constitui a história local, realizada com os alunos da Escola Municipal São Francisco de Assis, contribui para a formação dos estudantes, orientando na vida prática cotidiana no enfrentamento às suas contingências, formando, primordialmente, um conhecimento de si e dos outros. Assim, evidencia-se a importância do PIBID na formação de licenciandos e alunos da rede pública de ensino.

### **Os usos do livro didático na aula de história em escolas do ensino básico em Santarém - PA**

*Clayton da Costa Ferreira  
Nayra Lohany Santos de Araújo*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os diferentes usos do livro didático nas aulas de história em duas escolas periféricas da cidade de Santarém no Pará. Através da experiência de Estágio supervisionado em História I e II, realizados nas escolas municipais de Ensino Fundamental Deputado Ubaldo Corrêa e Maestro Wilde Dias da Fonseca, localizadas nos bairros Nova República e Santarenzinho, respectivamente. Com uma pesquisa de caráter etnográfico, conforme aponta Ezpeleta e Rockwell (1989), buscamos refletir através de nossas experiências em sala de aula, como o livro didático de História está sendo usado nas duas escolas acima citadas. Baseamo-nos na perspectiva do livro didático como uma forma de trazer para a sala de aula o saber científico de

uma forma adaptada para facilitar a compreensão dos alunos, perspectiva elucidada por Bittencourt (1997) e que exerce diversas funções nas escolas, como pontua Choppin (2002). Também foi usado como referencial teórico a perspectiva de Lima e Guerreiro (2019), que entendem o professor como um mediador, que está presente no processo educacional buscando criar o melhor cenário para a aprendizagem do aluno. A partir disso, no processo de observação e atuação nos estágios supervisionados pudemos perceber como o processo de uso do livro pelo professor e pelos estagiários, desde a escolha dos conteúdos, as marcações feitas no livro e a interpretação das imagens nele presentes podem elucidar escolhas políticas e adaptações ao contexto de cada escola. Além disso, também pudemos observar as diferentes recepções do uso do livro feitas pelos alunos nas aulas de História, o que permitiu a reflexão e análise sobre como os diferentes agentes do processo educacional recebem, analisam e interpretam os conteúdos presentes no livro didático. Com base nessas investigações, o presente trabalho vem com a perspectiva de analisar e refletir sobre os usos que vêm sendo feitos pelos professores e alunos de história nas escolas de ensino básico em Santarém, com base na experiência dos estagiários nas escolas Ubaldo Corrêa e Maestro Wilde Dias da Fonseca buscaremos elucidar como está sendo feito esse processo em sala de aula e refletir sobre possíveis alternativas para um melhor uso do livro didático de história.

### **Reconstruindo Memórias de estágio: relato de experiência em uma escola pública**

*Welber Martins de Sousa  
Jonielson Ferreira da Silva*

**Resumo:** O presente trabalho aqui apresentado tem como objetivo externar as atividades desenvolvidas durante o

estágio de regência realizado na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Helena Lisboa de Matos, durante o percurso da disciplina obrigatória Estágio Supervisionado em História II, ministrada pelo Professor Dr. Diego Marinho de Gois, na Universidade Federal do Oeste do Pará, durante o início do primeiro bimestre letivo (07/02/2024) e início do segundo bimestre letivo (03/05/2024). A instituição se localiza em uma área periférica, e boa parcela dos alunos moram nas proximidades da instituição. Alinhados com as teorias de Anna Maria Pessoa Carvalho (Carvalho, 2012 p. 3), foi possível construir um conhecimento sólido sobre as práticas educacionais e os processos de gestão que moldam o ambiente escolar. Nesse viés, em um primeiro momento, é perceptível que a conduta do professor está ligada diretamente com outros fatores que são externos à sala de aula. Essa pontuação que Carvalho faz será importante ao longo deste relato de experiência, principalmente quando iremos abordar o cotidiano escolar em seu cerne, seu átomo irreduzível: a sala de aula. A escola, segundo seu Projeto Político Pedagógico (PPP), tem como objetivo garantir um ensino de excelência, desta maneira garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, tendo como missão final formar cidadãos críticos, que sejam capazes de agir na transformação da sociedade (informações retiradas do Projeto Político Pedagógico da escola Helena Lisboa de Matos, 2021, p. 8). Durante o estágio, adquirimos conhecimentos fundamentais para nossa futura atuação como professores, consolidando a nossa identidade como educadores em formação. Destarte, pudemos identificar obstáculos que afetam a aprendizagem dos alunos e buscar soluções para os desafios práticos que surgem na carreira docente. Essa etapa propiciou a oportunidade de adaptar e aplicar os conhecimentos teóricos de forma didática e adequada ao contexto escolar, permitindo uma reflexão sobre como o aprendizado acadêmico se traduz na prática de ensino.

(Bittencourt, 2011, p. 35-36). Nesse sentido, este trabalho pretende reconstruir as memórias desse período, tendo como base o referencial teórico já abordado e registros fotográficos, entrevistas com membros da comunidade escolar, registros de atividades e outros. Encarando desta maneira a sala de aula como fonte histórica.

## **Relato de experiência baseado na execução dos estágios supervisionados em escolas da rede pública de Santarém - PA**

*Milena Gisela Gomes Costa*

**Resumo:** O estágio supervisionado em História oferece uma experiência a qual os alunos podem colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos estudos. Essa experiência prática permite aos alunos observar e participar ativamente de cenários reais de ensino, aprimorando suas habilidades no planejamento, execução e avaliação de aulas de História. Além disso, o estágio expõe os alunos aos desafios e dinâmicas únicas do ambiente escolar, dotando-os das competências necessárias para enfrentar as exigências da profissão. Na conclusão do estágio, os alunos têm a oportunidade de refletir sobre as suas práticas docentes, identificando pontos fortes e áreas que necessitam de melhoria, contribuindo assim para a melhoria contínua da sua formação. Ao longo do estágio de observação, os alunos têm a oportunidade de acompanhar de perto as metodologias utilizadas por professores experientes em sala de aula. Durante o estágio, os futuros educadores têm a oportunidade de testemunhar várias abordagens didáticas e metodológicas, observar as interações professor-aluno e obter informações sobre a atmosfera geral da escola. Com a orientação de um professor supervisor, eles conseguem projetar, organizar e ministrar suas próprias aulas, colocando

em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica. Ao longo dessa fase, eles encontram obstáculos autênticos, incluindo a gestão da sala de aula, a adaptação do conteúdo e dos métodos de ensino para atender às necessidades dos seus alunos e a avaliação do seu progresso de aprendizagem. O objetivo deste trabalho é demonstrar como foram executados os estágios supervisionados em duas escolas da rede pública sediadas na cidade de Santarém, no oeste do estado do Pará. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio sob a supervisão da professora Rosinanda Alves, onde foi realizado o estágio de observação nas turmas de sexto ao nono ano e aplicação de uma aula-oficina sobre História Indígena e o Colégio São Raimundo Nonato, sob a supervisão da professora Ana Flávia Moura, em que foram observadas turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com ministração de aulas para as turmas e organização de projetos alusivos ao dia da Consciência Negra. Este relato de experiência está fundamentado em autores como Flávia Caimi, Maria Auxiliadora Schmidt, Circe Bittencourt e Isabel Barca, que ajudam a compreender as dinâmicas que ocorrem no ambiente escolar.

## **Relatos de experiência em Residência Pedagógica**

*Amanda Ribeiro Mendonça*

**Resumo:** O relato tem por finalidade a descrição das experiências de participação realizadas no decorrer do Programa de Residência Pedagógica (PRP), dirigido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual participei enquanto licencianda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus Rondon, com início no mês de maio do ano de 2023, na Escola Estadual de Ensino Médio

Rio Tapajós, na cidade de Santarém, localizada no oeste do estado do Pará, sob a orientação da professora preceptora Ana Paula Bentes. O programa Residência Pedagógica é um projeto situado em âmbito da Política Nacional de Formação de Professores que teve início no ano 2018, trabalha com a finalidade de aperfeiçoamento curricular dos discentes de Licenciatura a partir da segunda metade de vigência dos cursos, proporcionando dessa forma uma imersão nas escolas da Educação Básica. A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em 2023, foi uma das contempladas com o programa. Dentre os cursos de Licenciaturas que foram selecionados e fazem parte do programa, o núcleo de História estará em foco neste trabalho. Foram selecionados alunos do curso e posteriormente distribuídos em escolas da rede pública na cidade de Santarém; os discentes contaram ainda com o apoio de uma coordenadora pedagógica designada para tratar dos assuntos da Residência, além de um preceptor para o acompanhamento externo do processo formativo de cada residente na escola. As atividades produzidas pelo núcleo de História I, coordenado pela professora Isabel Teresa Creão Augusto, deram-se na Escola Estadual de Ensino Médio Rio Tapajós, localizada na avenida Curuá-Una s/n, no bairro Diamantino. As práticas desenvolvidas durante a vigência do programa na escola se constituíram a partir da imersão, estudo, pesquisa e leitura de bases teóricas relacionados ao exercício e práticas docentes, bem como a observação de aulas e auxílio ao professor preceptor em atividade docente, como em correção e produção de atividades avaliativas, planejamento de aulas e, por fim, a regência e a efetiva atuação do residente como professor em sala de aula sob a supervisão do professor preceptor. Portanto se faz o foco principal do trabalho a apresentação dessas variadas abordagens da cultura escolar, com ênfase na vigência do Novo Ensino Médio e suas singularidades.

## **Representações indígenas na Educação Básica (2023): Uma análise das experiências de estágio no curso de história da Universidade Federal do Oeste do Pará**

*Ingrid Maiele Silva Duarte  
Emily Priscila Martins Lima*

**Resumo:** Os debates atuais em torno da História Indígena, pautados em pesquisas que se propõem analisar fontes, com foco na agência dos povos indígenas, apontam para diversas interpretações corroborativas acerca das ações, protagonismos e resistências desses sujeitos na História. De fato, seja por meio de embates, fugas, negociações e mediações culturais, percebemos na documentação que os povos indígenas não estavam inertes e facilmente passíveis às investidas europeias, como supôs o eurocentrismo. Assim, um dos desafios dos professores historiadores é tratar da História Indígena, sobretudo, na Educação Básica, rompendo com o antigo paradigma de superioridade do homem branco sobre os povos originários. No ano de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de história e da cultura dos povos indígenas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio do país. Com base nisso, observa-se que o agir indígena não ficou apenas no passado, uma vez que essa lei juntamente com a abertura da BNCC, ressoa as demandas dos indígenas pela defesa de seus direitos de contar suas histórias a partir de suas perspectivas. A História Indígena, isto é, o estudo das agências históricas dos povos indígenas, deveria ser incorporada nas escolas por meio da mencionada lei, para assim se fazer notório o quanto esses povos originários têm construído ao longo da história um rico e diverso patrimônio socioambiental, intelectual, linguístico, artístico e arqueológico. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, por meio das experiências

obtidas por quatro graduandos durante as disciplinas de Estágio no âmbito do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do diálogo com a bibliografia estudada na disciplina de História Indígena e do Indigenismo na mesma universidade, qual História Indígena está sendo produzida e reproduzida nos interiores das escolas santarenas. Também se pretende questionar qual sujeito indígena tem sua voz ecoada, se é o passivo e já morto no século XVII ou o ativo e atuante ao longo dos séculos. Assim, os relatos emergidos das experiências de Estágio serão apresentados e apontarão quais representações indígenas são apresentadas nas salas de aula, sobretudo, quais desafios e metodologias docentes podem ser utilizadas frente a elas.

### **Trilhando com o patrimônio cultural arqueológico através de projeto de extensão universitária**

*Clarice Bianchezzi*

**Resumo:** Esta comunicação apresenta aspectos do projeto de extensão universitária: “Na Trilha do Patrimônio arqueológico: educação patrimonial nas escolas”, desenvolvido por professores e acadêmicos vinculados ao curso de História e com participação de professor da Física, da Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA), que tem como objetivo desenvolver a educação patrimonial com foco no patrimônio cultural arqueológico de Parintins contemplando legislação, preservação, valorização, características dos vestígios materiais/arqueológicos produzidos pelos grupos humanos indígenas do contato pré-colonial. As atividades desenvolvidas nas escolas são compostas de quatro encontros e um exposição de resultados na unidade escolar, a saber: 1) Legislação e sítios arqueológicos em Parintins; 2) Alguns vestígios arqueológicos

na Amazônia e acesso/manuseio da caixa-baú com amostras de cerâmica arqueológica de Parintins — utilizada com o devido aval do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN; 3) Oficina de moldagens de objetos de argila; 4) Oficina de polimento e decoração dos respectivos objetos moldados na primeira oficina e uma Exposição de resultados na escola que recebeu o projeto. A etapa de cocção dos objetos de argila está sendo efetuada somente com a equipe do projeto no CESP, sob acompanhamento da professora de História e professor de Física que coordenam o projeto. Posterior a isso, essas cerâmicas são entregues aos(as) alunos(as) que as confeccionaram, nas respectivas escolas. Ao longo do ano de duração atuamos em escolas municipais e estaduais com turmas distintas turmas de Ensino Fundamental, Anos Finais. Apresentamos alguns passos dessa trilha de atividades, dando destaque aos recursos didáticos que precisaram ser adaptados e incorporados em algumas aulas para melhor compreensão sobre os vestígios arqueológicos e localização dos sítios arqueológicos no município. O potencial de aprendizagem, interação e aprendizagem relacionando patrimônio cultural arqueológico e história indígena tem sido evidenciado em cada intervenção feita. A recepção do projeto nas escolas de Educação Básica, seja por alunos(as), professores(as) e gestores(as) demonstra a potencialidade e importância dessa temática nas aulas de História na Amazônia.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 10**

### **Na Labuhta: História e Imprensa na Amazônia nos séculos XIX e XX**

**Coordenadores:** Dhyene Vieira dos Santos e Gabriel Cruz Carneiro

\*\*\*\*\*

#### **A cidade de Manaus e o rio Negro: a seca histórica de 1963**

*Hebe Souza de Oliveira*

**Resumo:** Manaus fica localizada na margem esquerda do rio Negro. Todos os anos, o rio Negro passa pelo ciclo da enchente e da vazante. O acompanhamento do nível do rio Negro foi iniciado durante a construção do Porto de Manaus, em 1902, desde então, é feito diariamente, permitindo a construção de uma série histórica. No ano de 1963, ocorreu uma forte seca na Amazônia que afetou os rios da região e intensificou a vazante do rio Negro. Sendo assim, a seca também afetou a cidade de Manaus. Neste estudo, pesquisou-se a seca de 1963, a maior registrada em Manaus, no séc. XX. Esta pesquisa está inserida no campo historiográfico da história ambiental e parte do seguinte problema: como foi a seca de 1963 em Manaus? No que tange a metodologia e abordagem, optou-se pela investigação em fontes primárias, especialmente, no *Jornal do Commercio*; e no *Diário Oficial do Estado do Amazonas*.

O Objetivo foi verificar os principais impactos da seca do rio Negro de 1963 em Manaus. Manaus tinha cerca de 173 mil habitantes na década de 1960, o que correspondia a cerca de 24% da população do Amazonas, que tinha em torno de 721 mil habitantes. Na época, o presidente do Brasil era João Goulart, o Governador do Amazonas era Plínio Coelho, que durante o mês de outubro, no período mais grave da seca, não estava no Amazonas, porque estava em viagem a Brasília, a pedido do próprio Presidente João Goulart, conforme edição do JC do dia 19/10/1963. Perante à viagem do governador Plínio Coelho, iniciada em 21/10/1963, o governador em exercício no período do pico da seca (outubro), foi o então Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Anfremon Monteiro. O prefeito de Manaus era Josué Cláudio de Souza. Verificou-se que a seca do rio Negro de 1963 foi um dos eventos naturais mais dramáticos que já afligiram Manaus. No auge da seca, no mês de outubro, cada centímetro que baixava o rio Negro era motivo de preocupação e passou a ser notícia. Por cerca de duas semanas, houve interrupções no fornecimento de energia elétrica e de água, penitenciando a população da cidade. A falta do fornecimento de energia elétrica e água atingia não apenas o povo mas também as empresas e as repartições públicas, prejudicando inclusive, os serviços essenciais, como no caso de atendimentos médico-hospitalares. Concluiu-se que a população foi bastante afetada pela seca e que os problemas só foram efetivamente solucionados pela própria natureza, com o início da subida das águas do rio Negro.

**“Meio dia de prisão, por cada tartaruga”,  
legislação sobre alimentos no *Jornal Estrella do  
Amazonas* (1853-1859)**

*Robert Alves Pinho*

**Resumo:** A Província do Amazonas, durante a segunda metade do século XIX, possuía apenas um único Jornal, o *Estrella do*

*Amazonas*. Tal periódico, além de publicar assuntos diversos, fazia as vezes de “Diário Oficial” da Província; além de publicar os expedientes da Câmara Municipal e Assembleia Provincial, também publicava curiosidades e anunciava as novidades do pequeno comércio local, entre os anúncios de alimentos destacam-se os de origem animal, advindos principalmente de: tartaruga-da-Amazônia, pirarucu, farinha e peixe-boi. Os derivados obtidos desses animais sustentavam a economia local, a partir da exportação de tais manufaturas. Em suas publicações também se encontravam os atos normativos e leis aprovados pelo governo provincial, este trabalho tem por objetivo, demonstrar parte da legislação que tratava dos principais alimentos produzidos na localidade. A Legislação regulamentava não só comportamentos e afazeres dos trabalhadores mas também incidia de maneira significativa no próprio meio ambiente. Este trabalho de catalogação da legislação a partir do *Jornal Estrella do Amazonas* é resultado da pesquisa de mestrado: *Práticas alimentares e Abastecimento na Manaus oitocentista (1848-1863)*. Durante a pesquisa, o autor mapeou dez leis provinciais que tratavam da manipulação e controle dos alimentos derivados dos animais já citados, neste percurso de pesquisa foram possíveis de transcrever seis das dez investigadas, que estão disponíveis na dissertação. O objetivo deste trabalho é mostrar o potencial de fontes que não possuem ligação direta com objetos de pesquisa específicos, mas que podem oferecer caminhos alternativos de pesquisa. Desta feita, é possível apresentar o panorama do comércio local e produção de alimentos, apontar como o governo provincial capitalizava práticas alimentares para o desenvolvimento e sustentação da economia de abastecimento inter-regional que foi estabelecida na região, incidindo na organização da pesca, do preparo de manteigas e mexiras, limitando o sentido da pesca, mas esbarrando na teia do mercado ilegal de produtos que se estabeleceu na região.

## **“A vingança de Deus para os nossos dias”: o anticomunismo em *O Jornal de Santarém* no início do governo João Goulart (1961)**

*Silvio Lucas Alves da Silva*

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a forma como o comunismo foi representado nas páginas de *O Jornal de Santarém* nos primeiros meses do governo de João Goulart (1961-1964). Inserida no contexto de Guerra Fria, a década de 1960 foi marcada por uma “onda” anticomunista no Brasil, que contou com a participação de diferentes forças políticas e sociais. Entre essas forças, encontrava-se a imprensa, que teve importante papel na construção de um imaginário anticomunista no país no governo Jango, quando jornais denunciavam, diariamente, os supostos problemas causados pelo comunismo, ampliando o clima de medo e terror que afligia parte da sociedade civil. Essas denúncias, entretanto, não ficaram restritas aos periódicos dos grandes centros urbanos, mas também apareciam nos órgãos de imprensa do interior. Este era o caso de *O Jornal de Santarém*. Distribuído à época em edições semanais na cidade de Santarém, no Oeste do Pará, o Semanário — cujos membros possuíam vínculos com a Coligação Democrática Paraense (grupo liderado pela União Democrática Nacional) e com a Associação Comercial do Baixo Amazonas (composta por uma elite ligada ao comércio, à agricultura e à pecuária) — foi espaço para a publicação de uma série de artigos que denunciavam o comunismo por meio da coluna “Conversa Franca”, comandada por Vianney Miller, frade norte-americano que atuava na Prelazia de Santarém. Assim, a fim de se entender os motivos e a forma por trás desse discurso usamos a noção de representação de Chartier (1988) para analisar essa coluna, que apareceu no jornal no mês de setembro de 1961, dias após a renúncia de Jânio Quadros.

Partindo das reflexões metodológicas feitas por Darnton (2010), Luca (2005), Capelato (1998) e Cruz e Peixoto (2007), que compreendem o jornal como lugar privilegiado de articulação de projetos e de interesses políticos, acreditamos que *O Jornal de Santarém* se utilizou do discurso anticomunista para ampliar o cenário de crise do governo Jango, por entender que a presença dele no poder poderia prejudicar politicamente os grupos que o jornal representava. Destaca-se, por fim, que as reflexões feitas fazem parte da dissertação de mestrado intitulada *A vingança de Deus para os nossos dias: o anticomunismo em O Jornal de Santarém (1961-1964)*, que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

## **Ecos do Passado: Conflitos e Lutas dos Indígenas na Amazônia através do *Jornal do Commercio* de 1900**

*Evelyn Marcele Campos Ramos*

**Resumo:** Esta comunicação acadêmica explora os conflitos e abusos enfrentados pelos povos indígenas na região amazônica, destacando a relevância histórica e contemporânea dessas questões complexas. Reconhece-se que os indígenas enfrentam uma variedade de desafios, incluindo a perda de territórios tradicionais, a destruição de recursos naturais essenciais e a violação de direitos humanos básicos. Ao analisar o histórico de colonização e exploração, é evidente que esses povos têm sido sistematicamente oprimidos ao longo dos séculos, resultando em impactos duradouros em suas vidas e culturas. A falta de reconhecimento e respeito por seus direitos territoriais e culturais os coloca em situações de vulnerabilidade diante de interesses econômicos e políticos poderosos. A pesquisa propõe-se a examinar as notícias do *Jornal do Commercio*

de 1900 para entender os tipos de violência e abusos que os indígenas enfrentavam na época. Isso permite uma compreensão mais profunda das raízes históricas dos conflitos atuais. As notícias revelam a interconexão desses conflitos com questões mais amplas, como a exploração de recursos naturais, a exploração de mão de obra e o desenvolvimento de infraestrutura, evidenciando uma busca implacável pelo lucro, independentemente do custo humano. Nesse contexto, a pesquisa propõe-se a examinar criticamente as narrativas apresentadas no *Jornal do Commercio*, contextualizando-as dentro do arcabouço teórico relevante. O objetivo é lançar luz sobre a resistência indígena e destacar a importância de reconhecer e respeitar os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas. Ao observamos essas notícias, perceberemos que estes conflitos não são isolados, mas sim interconectados com questões mais amplas, como a exploração de recursos naturais, exploração de recursos humanos, o desenvolvimento de infraestrutura e a busca por lucro a qualquer custo. Um aspecto fundamental para entender esses conflitos é o histórico de colonização e exploração que muitas comunidades indígenas têm enfrentado ao longo dos séculos. Esse legado de opressão continua a impactar negativamente suas vidas e culturas até os dias de hoje. Além disso, a falta de reconhecimento e respeito pelos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas muitas vezes os coloca em situações de vulnerabilidade diante de interesses econômicos e políticos poderosos.

### **Informar, politizar e organizar: Comunicação nas associações e imprensa operária em Manaus**

*Dhyene Vieira dos Santos*

**Resumo:** A história da imprensa dos trabalhadores, enquanto meio de comunicação e organização, se entrelaça com a

própria história da classe operária, abarcando diversas formas de organização, como associações, sindicatos, partidos operários, escolas, entre outras. Em uma época em que o jornal era o principal veículo de comunicação de massa, a imprensa operária exerceu um papel fundamental na disseminação de ideias, uma responsabilidade da qual suas lideranças estavam plenamente cientes. A imprensa operária, ao lado das associações, constituiu-se em um importante instrumento de organização dos trabalhadores. Representa um espaço de divulgação de ideias, promoção de debates sociais e apresentação de posições políticas. Além disso, informa a classe sobre as atividades que ocorrem em âmbito local, nacional e internacional, sendo compreendida como um lugar propício para abordar questões relacionadas aos mais variados aspectos do cotidiano. A presente comunicação aborda o papel fundamental da imprensa na articulação e mobilização dos trabalhadores na cidade de Manaus, entre os anos de 1889 e 1930. Nossa análise destaca a importância da imprensa para a organização dos trabalhadores e propõe uma discussão sobre a identidade coletiva dos trabalhadores e das associações que transitavam nos jornais Gutenberg (1891-1892), *O Operário* (1892), *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909), *Confederação do Trabalho* (1909) *A Lucta Social* (1914), *A União* (1914), *O Constructor Civil* (1920), *Vida Operária* (1920), *Extremo Norte* (1920), e *Primeiro de Maio* (1928). O objetivo é mostrar como a imprensa operária não apenas refletiu a luta dos trabalhadores por seus direitos sociais, mas também serviu como um instrumento de mobilização, sendo parte do processo de consolidação da identidade dos trabalhadores na cidade de Manaus, nos anos finais do século XIX e início do século XX, contribuindo para a formação de uma consciência operária e representando um passo para a compreensão da necessidade de autonomia da classe diante do patronato e do Estado.

## **Pós-“boom” da borracha: Um estudo sobre o cotidiano e a cultura dos trabalhadores urbanos de Manaus (1920-1930)**

*Betsy Bell Praia Morais*

**Resumo:** O trabalho investiga o cotidiano e a cultura dos trabalhadores urbanos em Manaus, durante o período de 1920 a 1930, especialmente, os mais pobres e excluídos. O objetivo é compreender como essa camada da população viveu, se adaptou, persistiu e resistiu às transformações socioeconômicas ocorridas após o apogeu proporcionado pelo Ciclo da Borracha. Trata-se de uma reflexão sobre as estratégias de resiliência e adaptação cultural dos trabalhadores urbanos de Manaus em períodos de crise econômica profunda. Afinal, é de suma importância saber como a queda da indústria da borracha interveio nos costumes, comportamentos e cultura da população local, explorando como os habitantes de baixa renda de Manaus se adaptaram e reconfiguraram suas identidades diante dessas mudanças. Com efeito, a escolha deste tema é fundamental na herança histórica de Manaus, uma vez que a economia do látex fez aparecer ao mundo uma cidade em meio à Floresta Amazônica, quando dominava o comércio da borracha no final do século XIX e início do século XX. No entanto, com a decadência desse período pujante na economia, pouco ainda se sabe sobre o que se seguiu e sua relação com a sociedade manauara durante a década seguinte. Academicamente, a proposta tem o potencial de preencher lacunas na historiografia sobre a cidade de Manaus e sobre a camada popular, lançando luz sobre aspectos pouco explorados, principalmente pela ausência ainda grande de trabalhos no recorte temporal de 1920 a 1930. A pesquisa se reveste de relevância ainda à sociedade ao resgatar memórias, lutas e resistências das classes marginalizadas, proporcionando

reflexões sobre a resiliência e a capacidade de adaptação cultural dessas soluções em períodos de crise econômica, como o vivenciado atualmente no contexto pós-pandemia da covid-19. A compreensão das dinâmicas socioeconômicas e culturais que marcaram a sociedade manauara naqueles tempos se tornou imperativa para a compreensão do tecido social brasileiro e suas inúmeras nuances. O resgate das vozes, muitas vezes silenciadas, e a construção de uma narrativa mais inclusiva, portanto, se apresentam como objetivos cruciais para a promoção do conhecimento histórico e para trazer à baila múltiplas experiências e perspectivas cotidianas. As fontes utilizadas são, especialmente, jornais da época, mais processos judiciais que detalham costumes e modos de vida local.

## **Representações e discursos da Amazônia em periódicos acreanos (1940-1960)**

*Emilly Nayara Soares Albuquerque*

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma pesquisa em andamento, ao nível de doutorado, no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. O estudo parte da compreensão dos discursos e representações da Amazônia nos periódicos do Acre durante os anos de 1960 a 1980, período em que ocorreram mudanças nos projetos políticos para a região amazônica, especificamente, no que se refere aos planos econômicos em substituição à produção da borracha. Os jornais foram as principais fontes de pesquisa na busca por identificar as narrativas que difundiram ideias para a Amazônia, com foco na produção acreana sobre a região. Na pretensão de expor o desenvolvimento da produção da tese, serão apresentadas duas partes do estudo, a primeira contextualiza o atual território do Acre no panorama nacional, identificando as problemáticas que

envolveram o atual território acreano nas questões nacionais da recente república brasileira, a partir dos anos 1900. Foram analisadas as produções de narrativas de alguns jornais do país que elaboraram manifestações em torno da Questão do Acre, entre as ações do governo da época, sobre a situação litigiosa com a Bolívia, incluindo os acordos diplomáticos e as representações elaboradas para o caso do Acre a partir das estruturas que gestavam a perspectiva do Brasil enquanto uma nação autônoma e independente que buscava adquirir a posse e a anexação do território do atual Acre. Na segunda parte, identificaram-se as produções intelectuais de Euclides da Cunha, Araújo Lima, João Craveiro Costa e Leandro Tocantins, autores que fizeram parte da historiografia desse lugar e lançaram perspectivas que destacaram a chegada do homem brasileiro às terras que são “desvendadas” a partir da produção extrativista do látex, ou seja, com o interesse da exploração. A problemática central da investigação consiste em compreender como as narrativas produzidas para a Amazônia, a partir do território do Acre, dessa última fronteira anexada ao território do Brasil, durante o início do século XX, auxilia na identificação das especificidades que demonstram a diversidade de uma região plural, secularmente marcada pela homogeneização. A partir dessa concepção, serão apresentadas as perspectivas que inserem o Acre como parte dessa Amazônia e como reverberam as representações desse lugar para a região.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 11**

### **Educação e Amazônia: Vivências e Práticas de Ensino de História e áreas correlatas**

**Coordenadores:** Bruno Miranda Braga e Maria de Jesus do Carmo de Araújo

\*\*\*\*\*

#### **A “Triste República” em quadrinhos: caminhos para uma aprendizagem significativa**

*Cristiane da Silveira*

*Raimundo de Jesus Teixeira Barradas*

**Resumo:** Este texto tem como objetivo discutir a utilização de histórias em quadrinhos (HQs) no processo de aprender e ensinar História. Como metodologia adotamos o seguinte procedimento: 1) pesquisa bibliográfica sobre HQs e sua relação com o Ensino de História; 2) análise do discurso. Utilizaremos como base o livro intitulado *Triste República: A primeira República comentada por Lima Barreto*, escrito pela autora Lilia Moritz Schwarcz e o cartunista Spacca. A partir da leitura dos quadrinhos desse livro, vai se desenhando aspectos políticos, econômicos e sociais da realidade vivida pelas elites, mas, principalmente, pelos sujeitos subalternizados durante o período da Primeira República, a partir do olhar do literato Lima Barreto. Lima Barreto era um autor afrodescendente

e marginalizado por seus contemporâneos, pois sua escrita destoava da vigente. A partir de seu olhar, pode-se vislumbrar os processos de construção da marginalização das classes populares brasileiras, principalmente, negros e indígenas. Como resultado temos que as HQs podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem em História, uma vez que possui uma linguagem de fácil entendimento, mas, principalmente, atrai a atenção de seus leitores, a partir das ilustrações, pois chega mais próximo do cotidiano do(a) estudante. Buscamos trabalhar na perspectiva interdisciplinar, pois as histórias em quadrinhos envolvem múltiplas dimensões. Para além desse fato, temos que para Paulo Freire (2016), é preciso formar o pensamento crítico do educando para que este seja autônomo, mas, para isso precisamos respeitar os seus saberes prévios. “(...) Por que não discutir com os/as alunos/as a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina? Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares?”. Nessa perspectiva, as histórias em quadrinhos se configuram como um recurso didático estratégico. Assim, buscaremos trabalhar algumas histórias do livro, contextualizando-as como importante recurso didático para um ensino-aprendizagem significativo e autônomo. Utilizaremos como referencial autores como Bittencourt (2009), Cerri (2011), Orlandi (2013), Freire (2016), entre outros.

## **Ensino de História, nas florestas e nas águas da Amazônia**

*Gilvani Alves de Araújo*

**Resumo:** O ensino de História em seus níveis — escolar, colegial e/ou universitário — se estrutura, se organiza, e se apresenta como uma tradição cristalizada e materializada sob a forma de um currículo. Uma base que se sustenta

na operação historiográfica (de uma comunidade, de uma escrita, e de seu consumo), afinal toda a liberdade nos é dada pelo quadro-referência das gerações de historiadores que nos precederam e nos constituem consciência histórica do tempo e das temporalidades. Essa tradição currículo, documento-monumento operacionalizada com vistas ao ensino-aprendizagem, ou poderíamos dizer manutenção da reprodução, coloniza na frequência em que ritualiza caminhos velhos com a aparência de novos. Se o programa do ensino de História se baseia ainda na manutenção, para além dos negacionismos e revisionismos, um ensino nas florestas e nas águas amazônicas enseja descolonialidades, decolonialidades, contracoloniaisidades, enfim, todas as qualidades e tonalidades que a valorização do(s) contexto(s) em que se ensina História deve privilegiar como aprendizado para renovar desconstruindo. Assim, como iniciar pelos etnosaberes amazônicos, que perduram e sobrevivem, o ensino de História no contexto das florestas e das águas? Principia, ensinar aprendendo com os indígenas, quilombolas e afroindígenas suas maneiras de lidar com o tempo, as vivências e seu jeito próprio de transmitir pela oralidade histórias. Seria ao acaso, nessa perspectiva, “dar tempo de vencer” os etnoconhecimentos, que uma educação no campo das florestas e das águas habilita, para ceder e incluir algo que a eurocêntrica referência não sobrepuja o modo de vida amazônida. Cinco objetivos são visíveis: 1) valorizar os etnosaberes dos povos originários e tradicionais, porque se ensina História em seus contextos reais; 2) observar atentamente os modos de vida, porque nos costumes e comportamentos também se aprende a grafia das histórias de vida; 3) escutar as vozes nas florestas e nas águas, porque tudo se comunica e reverbera passado, presente, futuro; 4) aquilombar ao redor de fazeres, porque sem os ensinamentos da vida não há modo e nem existência nas florestas e nas águas;

e, por fim, 5) consultar os mais velhos, porque são o anelo entre a ancestralidade e a atualidade.

## **Entre eitos e feitos do Estágio e Docência no Ensino Superior: travessias epistemológicas e impressões do devir-professora no contexto amazônico**

*Maria Mirian Pereira dos Santos*

**Resumo:** Este trabalho apresenta as implicações no processo formativo do devir-professora através do Estágio e Docência no Ensino Superior do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Realizado nas etapas de observação, coparticipação e regência de sala, o estágio representou não mais a iniciação à docência, mas a efetivação de aprendizagens intensas e saberes que foram mobilizados na atuação profissional docente. De início, traçado como relato de experiência, aos poucos se entrelaçando em muitas outras vozes, transformou-se, em demandas sociais e registros da memória, especialmente de professores egressos da UEA, cujas imbricações entre família, formação e trabalho perpassam a complexidade e a diversidade de papéis e sobreposições de responsabilidades, desafios e experiências no contexto amazônico. Com a imersão em leituras sobre os estudos culturais, a interculturalidade e educação popular, tomamos como referência o curso de Pedagogia e a disciplina: Educação Especial e Inclusiva como sujeitos do processo na arteficialidade do saber. Não se pretende com esta breve discussão, desqualificar ou desconsiderar os paradigmas modernos no processo formativo, mas propor uma reflexão a respeito deles, tais como práticas pedagógicas engajadas na realidade, nos problemas sociais e educativos disponíveis para a ação didática.

Desse modo, pode-se refletir acerca de alguns caminhos metodológicos possíveis, como rodas de conversas, produções filmicas, Teatro do Oprimido, história de vida, dentre outros para se chegar ao conhecimento produzido e compartilhado em sala de aula. O primeiro princípio condutor desta comunicação no que se refere à “História do Amazonas: conexões e desafios” tem como objetivo apresentar a experiência no estágio e docência do Ensino Superior de uma professora no contexto amazônico. A autora, mestranda e professora, pretende descrever o processo formativo vivenciado durante a fase do estágio.

### **O ensino sobre história e cultura indígena a partir de eventos: relato de experiência sobre a II Mostra Cultural dos Povos Indígenas no CETI Elisa Bessa Freire**

*Maria Doroteia Souza Duarte  
Manoel Vitor Barbosa Neto*

**Resumo:** Esta comunicação se trata de um relato de experiência acerca do evento intitulado “II Mostra Cultural dos Povos Indígenas” realizado no Centro de Educação Integral Elisa Bessa Freire, localizado no Bairro Jorge Teixeira, zona leste de Manaus. Esse evento, que teve como tema “Povos Indígenas, Culturas Indígenas”, foi abordado a partir das disciplinas: Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia e História e envolveu como organizadores, os docentes do 6º ano, bem como a mostra foi efetivada pelos alunos também do 6º ano. No ano de 2008, foi promulgada a Lei 11.645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena em todo o currículo da Educação Básica, sendo ela fruto da mobilização história dos povos originários e apoiadores da causa indígena por políticas públicas de reconhecimento e valorização desses sujeitos, suas trajetórias e do legado

cultural indígena, mas passados 16 anos de sua promulgação, ainda é reconhecido pelos interessados nessa questão que a sua implementação não é satisfatória, pois existem muitas omissões, confusões e muito desconhecimento a seu respeito. Diante do exposto, o presente relato de experiência trata-se de uma abordagem preliminar que intenciona apresentar uma prática pedagógica que versou sobre o ensino das histórias e culturas indígenas tendo a partir da realização de um evento escolar no contexto de luta, memória e resistência da causa indígena. Para tanto, esta comunicação contextualiza a realização de eventos escolares sobre a temática indígena no CETI Elisa Bessa Freire e posteriormente aponta os elementos alvos das apresentações feitas na mostra de 2024 e, por fim, reflete sobre as potencialidades e os limites que o tratamento sobre história e cultura indígena a partir de eventos que possa ter. Como resultados, a comunicação aponta que eventos escolares são uma das ações para implementação do ensino sobre história e cultura indígena, pois coloca os professores envolvidos a refletir sobre sua atuação docente e a realização deste tipo de comunicação pode favorecer a produção de subsídios e discussões que fortaleçam a implementação da Lei 11.645/08.

## **As políticas públicas para a educação de crianças na província do Amazonas (1872-1889)**

*Fábio Rodrigo Severiano Guelber*

**Resumo:** A presente comunicação é um resumo do segundo capítulo da dissertação: *Políticas Públicas e a Organização da Educação Primária na Província do Amazonas durante o Segundo Reinado (1872-1889)*, defendida no ano de 2023, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O resumo ocupa-se das Políticas Públicas

para a educação de crianças na Província do Amazonas, no recorte temporal de 1872 a 1889, período compreendido como declínio do Império brasileiro, no qual a região amazônica se encontrava em fase inicial do desenvolvimento da economia gomífera, com as primeiras mudanças socioculturais, sendo o Regulamento de 16 de março de 1872 o marco inicial da construção das primeiras edificações exclusivas para a Educação Primária, o que materializou a ação do Estado nas Políticas Públicas para a educação dos infantes. O objetivo desta comunicação consiste em caracterizar a ação do Estado nesta etapa de ensino, por meio do mapeamento das Políticas Públicas voltadas para a garantia do direito formal das crianças ao acesso à educação pública. Apresentando como o Estado compreendeu a Educação Primária no período Imperial, principalmente pelas suas leis, assim, analisamos o declínio da monarquia brasileira pela ótica bourdieusiana, partindo para a segunda seção, que, por sua vez, buscou identificar como ocorreu a construção da noção da Instrução Pública no Brasil e chegando no Amazonas província através das ações do Estado. Na sequência, analisamos os relatórios e regulamentos encontrados na fase exploratória da investigação, que possibilitou encontrar mais de mil páginas de documentos manuscritos sobre o cotidiano escolar. No diálogo com as fontes, identificamos algumas mudanças na organização da educação pública primária a partir dos ofícios trocados entre os chefes da época, professores e a comunidade, bem como de jornais, o que nos possibilitou um pequeno vislumbre pelo cotidiano da história da educação do Amazonas, através das Políticas Públicas instituídas nesta Província.

## Cineclube Tefé

*Luan Dos Santos Cardozo  
Leonardo Roque De Souza*

**Resumo:** O propósito de um cineclube é reunir pessoas interessadas para assistir filmes e produções audiovisuais em geral. O contato com o audiovisual é uma oportunidade de ampliar os horizontes do público, pois permite conhecer outras formas de pensar, de ver o mundo, outras sensibilidades culturais e estéticas. Entendemos essa formação não como um simples complemento, mas como uma dimensão educacional fundamental do desenvolvimento dos discentes das licenciaturas e da comunidade em geral. Nesse sentido, o Cineclube Tefé é uma ação de extensão que ocorre desde 2014 em nossa cidade. Seu objetivo é promover a exibição de conteúdo audiovisual bem como a realização de debates, ou seja, é uma ação de extensão educativa e de formação cultural cujo público-alvo são alunos das licenciaturas do CEST (Centro Educacional Santa Teresinha) e a comunidade externa na cidade de Tefé. O cineclube é um espaço de construção de conhecimento e criticidade, pois apresenta um caráter interdisciplinar e mobiliza diferentes saberes acadêmicos e não acadêmicos. Ele iniciou no ano de 2014 como uma ação de extensão do curso de História e suas sessões acontecem aos sábados, o que atinge um público de diferentes cursos do CEST, além da comunidade tefeense em geral. Exibimos conteúdo audiovisual (filmes de ficção, documentários e episódios de séries) seguidos de debates entre os participantes. Ocasionalmente temos ciclos temáticos e sessões extras com convidados para debates de questões sociais ou culturais relevantes, como “O cinema feito por mulheres”, “O Novo cinema amazonense”, “Autoritarismos e intolerância na História”, entre outros. O Cineclube Tefé tem como objetivo geral: realizar sessões de exibição de

obras audiovisuais, debatendo temas de interesse social e cultural, que contribuam para a formação de um público capaz de analisar o que assiste; e refletir criticamente sobre os conteúdos, argumentando sobre suas opiniões e análises de modo articulado, respeitoso e empático. Dessa forma, buscamos contribuir com uma alternativa cultural que seja muito mais que mero entretenimento. Almejamos intervir na vida artística e intelectual da cidade, colaborando para o desenvolvimento do pensamento analítico, da argumentação racional e do exercício da empatia. Em outras palavras, aspiramos a formação cidadã e do pensamento crítico, bem como a ampliação dos horizontes estéticos e culturais do público.

### **Decolonização da prática docente: reflexões para pensar as questões indígenas em sala de aula**

*Joandreo Batalha Campos  
Hayná Ribeiro Andrade*

**Resumo:** O artigo versa sobre uma experiência de Estágio Supervisionado II do curso de Licenciatura em História, sob coordenação da professora Márcia Gabrielle, de aulas aplicadas em uma escola pública do Ensino Médio, no município de Parintins (Amazonas), sobre a temática indígena. Ao longo dessas aulas, além do desenvolvimento do tema com base no conteúdo do livro didático, convidamos Hayná Ribeiro Andrade, professora em formação e indígena Sateré-mawé, que estava também nessa escola desenvolvendo seu estágio, para dialogar com os alunos sobre o assunto, experiências e trajetória indígena até a Universidade. Objetivamos com a reflexão dessas aulas apontar a necessidade de um ensino e uma abordagem mais comprometida com o tema dos povos originários e que se coloque contra as representações estereotipadas do ser indígena. É um comunicado desenvolvido

em forma de relato de experiência de estágio e que estabelece diálogos com perspectivas decoloniais, à medida que busca refletir com autores que apresentam uma abordagem das culturas indígenas a contrapelo das representações impostas pelo processo colonizador e eurocêntrico. Para este artigo, primeiro, abordaremos de forma mais aprofundada o que é esse processo de desarticulação de um pensamento colonizado, a decolonialidade, bem como o que é esse tipo de estrutura a ser combatida, a colonialidade. Já em um segundo momento, buscamos conectar as experiências dessas aulas com estudos que centralizam um saber mais complexo e plural sobre os povos originários e se colocam contra a hegemonia dominante que singulariza essas temáticas, a exemplo da obra de Luciano (2006) e Bessa Freire (2000). Por último, mas de igual importância, esforçamo-nos em produzir mais que um artigo sobre decolonialidade, mas com decolonialidade, ao destacarmos o relato de Hayná, sobre a sua trajetória e percepção sobre essa experiência. Ademais, através deste texto, apresentado sob a forma de relato de experiência de estágio, buscamos relativizar as representações das culturas indígenas, principalmente, no ensino de História.

### **Lei nº 10.639/2003 e sua aplicabilidade em sala de aula: um olhar regional**

*Lidiane Álvares Mendes*

**Resumo:** A rigor, a Lei nº 10639/2003, em seu artigo nº 26, institui que: “nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. “§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História

Brasileiras". Na teoria, inseriu-se a Lei 10.639 no currículo escolar e no aprimoramento das competências e habilidades da clientela estudantil em todas as modalidades oferecidas pela Educação Básica a promoção orientada e interdisciplinar dos conteúdos, práticas e saberes da história e cultura afro-brasileira, de maneira que os (as) estudantes possam no final do ciclo educacional ter proficiência e consciência da construção social brasileira a partir da compreensão e importância da cultura afro em nosso país. Nesse sentido, a lei interage com todas as disciplinas, o que abrangeria todos os aspectos afro que se estendem desde a vinda dos negros africanos (contra a sua vontade) para serem escravizados em território que hoje é o Brasil. As premissas que envolvem a diáspora africana e a construção do apagamento de seus costumes, tradições, religiões, de suas práticas e saberes, de sua língua. Em contrapartida, a resistência negra através da formação dos quilombos, das danças, dos jogos de capoeira, da introdução de palavras em ioruba ao linguajar cotidiano, da cortina que escondia seus orixás em santos católicos, preces, rezas e benzeções sussurradas e de tantos outros artefatos utilizados na manutenção e vivência. Partindo das estruturas que se fundam e fundem a população negra no Brasil com a própria formação de identidade brasileira, a lei, na teoria, deveria ser validada por ações coletivas, debates, explicações e, sobretudo com a sua aplicação em consonância com a regionalidade amazônica, na constância em ressignificar a construção social do negro e dos povos nativos, ressaltando as premissas e importância em dos saberes e práticas das trocas culturais. Nesse contexto, a questão levantada por essa reflexão é: de que forma a Lei 10.639/2003 está sendo aplicada em sala de aula? Quais são os recursos didáticos e tecnologias que atendem aos artigos previstos na lei, bem como os tópicos referentes a Base Nacional Comum Curricular a clientela estudantil das séries finais?

## **Letramento histórico, um universo que não é o meu? Uma análise das práticas dos(as) professores(as) da SEMED na realização (ou não) do letramento histórico**

*Marúcio José Bezerra Mendonça*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo promover a reflexão sobre o Letramento Histórico e como essa categoria e seus conceitos, enquanto uma significativa ferramenta para o ensino de História, tem sido desenvolvido (ou não) nas escolas públicas municipais de Manaus. A motivação para a realização deste trabalho surgiu da inquietação como um tema que corriqueiramente surgia nos encontros formativos: o desafio de ensinar História para alunos que não estavam alfabetizados, que não dominavam a leitura e a escrita, o que, para os professores e professoras que participaram desta pesquisa, era um fator determinante para que o ensino de História não ocorresse ou não lograsse o resultado esperado por eles. Partindo dessas inquietações, propomos a esses profissionais do ensino de História um ciclo de debate para reavaliar uma outra possibilidade para o ensino de História: o letramento Histórico. Para a realização deste estudo, foi feita uma longa análise da literatura a respeito do Letramento Histórico e a utilização de fontes orais. As arguições foram realizadas entre os anos de 2022 a 2023, e contou com a participação dos professores que estiveram presentes nas formações continuadas ocorridas nos polos de formação propostos pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), por meio de rodas de conversas (entrevistas não estruturadas) com as professoras e professores que apresentaram suas ponderações, as quais foram sistematizadas para refletir sobre os desafios e possibilidades da realização do Letramento Histórico. A análise das fontes orais e dos bancos

de teses e dissertações observados neste trabalho, propiciamos o entendimento de que, o Letramento Histórico, enquanto categoria epistêmica, é praticamente desconhecido entre os profissionais do Ensino de História da rede pública municipal de Manaus que participaram desta arguição. Desta forma, este trabalho aponta que existe uma demanda, que urge por uma maior abordagem sobre as possibilidades do Letramento Histórico nas formações iniciais e continuadas dos professores de História, bem como sua problematização em pesquisas acadêmicas realizadas pelas instituições de Nível Superior, em Manaus e no Amazonas.

### **Música popular e letramento racial: considerações sobre ações afirmativas em duas escolas de Parintins - AM**

*Mateus Cidade Uchôa Neves*

**Resumo:** O presente estudo tem como foco principal abordar o uso de canções do gênero música popular brasileira (MPB e Toada de Boi-Bumbá) durante a aplicação de ações afirmativas promovidas por acadêmicos de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA) em duas escolas de Ensino Fundamental da rede estadual em Parintins a partir do relato de experiência de professores e estudantes atendidos durante as ações realizadas na Semana da Consciência Negra. Tem por objetivo apresentar o processo de organização e seleção dessas canções, bem como apontar de que maneiras elas podem ser aproveitadas enquanto um recurso didático com grande potencial para o letramento racial e educação antirracista. Napolitano (2008) enfatiza que ao trabalhar a história implícita em fontes audiovisuais e na música devemos estar atentos a como a historicidade se transmite a partir da estrutura interna da linguagem e seus

mecanismos de representação da realidade, tendo em vista que a medida que analisamos a escritura específica da letra, vão se revelando os fatos sociais e históricos nela presente. Nesse viés, foram escolhidas duas canções que retratam tanto o empoderamento do povo negro no Brasil na canção *A carne* de Elza Soares, como a contextualização do tema em uma toada Boi de Negro do boi-bumbá caprichoso, trabalhando a cultura regional. Com o intuito de despertar a atenção dos estudantes, destaca-se a apresentação de um coral em Libras com alunos de uma das escolas e em outra uma dinâmica de musicalização por meio de instrumentos de percussão e as palmas em conjunto com a plateia. Visando compreender os impactos que essas ações ocasionaram nos alunos, será realizada uma entrevista com um grupo composto por estudantes e com os professores de História dos educandários atendidos a fim de catalogar esse resultado, bem como pesquisa bibliográfica para discussão teórica. Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com eixo de metodologias alternativas para o ensino de história dialogado com a arte, política e decolonialidade a partir do uso da música como recurso didático.

## **O Ensino de História e a Amazônia: possibilidades de inserção do conteúdo regional nas aulas de História na Educação Básica**

*Bruno Miranda Braga*

**Resumo:** O ensino de História, além de diferentes objetivos, metas e intenções, assume uma dimensão de construir regimes culturais e sociais diante da sociedade na qual os alunos estão inseridos. Ao longo do tempo, as diferentes políticas educacionais para o ensino no Brasil adquiriram vieses que propunham construir nos alunos e alunas uma “consciência histórica” conforme os interesses do período. Inicialmente, a

disciplina se voltava para formar um cabedal de conhecimentos, de temporalidades, de feitos de grandes homens ao tempo. Silva e Fonseca (2008) destacam que desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, a ideia de transversalidade se fez constante no ensino dos componentes do currículo da Educação Básica. Ensinar História requer, assim, o ensinamento da localidade no qual o alunato está inserido e isso requer do professor um mergulho na cultura e na sociabilidade de onde está inserido e de seu país na totalidade. Se não é passível o ensino de regionalidades numa unidade federal, incorporar sua historicidade objetivando romper preconceitos, silenciamentos e sentimentos de indiferença se torna necessário no ensino da disciplina. Um desses desafios, é ensinar História da Amazônia. Pensar o ensino de História no Brasil e como realidades regionais são apresentadas requer visualizar nesse processo quem de fato está sendo veiculado. A História do Brasil apresentada nos livros didáticos focam suas leituras a partir da realidade do sudeste e do sul e uma parcela do nordeste aparece nas suas tramas. Temos pouquíssimo sobre a Amazônia e não é pelo fato de não haver pesquisas e escritos acadêmicos sobre as temporalidades históricas da região. Nesse sentido, pensar e dialogar com o ensino de História incorporando as particularidades da Amazônia é condensar informações, ligar acontecimentos que foram vivenciados de maneiras diferentes na região, quer seja por seu “distanciamento geográfico” quer seja pela forma como o fato histórico ocorreu na localidade. Nisso, compete a nós, professores, integrarmos em nossas sequências didáticas a Amazônia, complementando a informação do livro didático, ampliando assim o conhecimento.

## O ensino de história e atividades práticas no NESMAU (2022-2024)

*Maria de Jesus do Carmo de Araújo*

**Resumo:** O presente trabalho aborda algumas atividades práticas desenvolvidas no curso de Licenciatura em História mediado por tecnologia em Maués, que traz uma nova metodologia e didática de ensino e aprendizado fortalecendo um dos pilares da UEA, que é incentivar e propagar o ensino por diversas áreas da região amazônica. Entendendo que a docência não é apenas teoria, atividades de execução foram pensadas para aliar a cientificidade com a práxis da sala de aula, a partir disso desenvolvemos atividades de campo, visitas guiadas, recebemos povos tradicionais da região tanto para ouvi-los e entendê-los como também para fortalecer o espaço acadêmico com a sociedade em geral, conversamos com produtores de saberes e atividades culturais, levamos conscientização aos moradores, entre outros. O exercício contínuo de ensino-aprendizado aumenta as possibilidades do saber histórico, pois agrega o material didático com o empirismo que os estudantes carregam e compartilham ao discutir determinadas temáticas para melhor compreensão dos fatos históricos, por isso a proposta também é dinamizar as aulas fugindo um pouco do tradicionalismo para que os futuros professores possam vivenciar e posteriormente utilizá-las em sala de aula. Os assuntos selecionados para as atividades de experiência estão sempre alinhados com as disciplinas para que assim possamos conectar as ações acadêmicas as educacionais, ao propor esse treino fortalecemos a importância de socializar ações que obtiveram respostas positivas para que elas sejam usadas para propagação do ensino de história e no campo educacional, as práticas de ensino-aprendizado muitas vezes rompem os muros da universidade e se agregam

a realidade do município, fortalecendo a integração no processo de construção e consolidação como futuros profissionais da educação. Por fim, ressaltamos a importância da formação acadêmica aliada às realidades sociais, políticas, culturais e econômicas do município de Maués, nos mais diversos saberes históricos para a prática educacional e o enriquecimento da história local.

### **O texto “Pérola do Tapajós” como ferramenta de ensino de História da Amazônia: relatos de uma transposição didática**

*Rodrigo de Paiva Lima  
Ítalo Bezerra Oliveira*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar as potencialidades da transposição didática no ensino história da Amazônia na Educação Básica. O trabalho foi construído a partir do relato de experiência com a transposição do texto “Pérola do tapajós’: Santarém e o cotidiano de uma cidade no interior da Amazônia no final da década de 1920”, escrito pelo historiador Diego Marinho de Góis e publicado no livro *Baixo Amazonas: histórias entre rios, várzeas e terras firmes* (2022), realizada em formato de microensino e direcionada ao Ensino Fundamental, em uma das atividades avaliativas da disciplina História da Amazônia II do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará. Desse modo, a análise tem como mote as percepções de Monteiro (2007) acerca da “transposição didática” e de Schmidt (2012) sobre o ensino de História Local, que corroboram a importância do presente trabalho para a construção do conhecimento histórico em sala de aula. O texto utilizado como objeto de análise e “didatização” problematiza o contexto do final da década de 1920 na cidade de Santarém (PA), considerando

para tanto: o cenário de crise da economia da borracha na região; o processo de transformação dos espaços urbanos (bem como seus discursos e práticas), tomados a reboque pela Belle Époque aos moldes singulares regionais do final do século XIX e início do século XX; e a relação imbricada entre a economia local/regional e o capital internacional. Todos esses aspectos são analisados pelo autor a fim de compreender o cotidiano e as formas de sociabilidade dos moradores da cidade, com atenção especial às contradições e disputas que caracterizam a relação dos sujeitos com os diferentes espaços. Por meio da análise crítica do texto, pudemos identificar os locais de sociabilidade no passado e no presente da cidade, construindo um conhecimento histórico contextualizado. A atividade em sala envolveu um jogo virtual de perguntas e estimulou a participação ativa e o debate entre os estudantes da turma, consolidando o aprendizado de forma lúdica e interativa. A atividade avaliativa proposta no âmbito do microensino foi direcionada à pesquisa em equipe: sugerimos uma visita aos locais históricos da cidade, propiciando um contato direto com os vestígios do passado, conectando a teoria à prática e promovendo a valorização da memória local. Apresentamos, então, novas formas de ensino de história, com grande potencial para a construção de uma identidade local.

### **Aulas inclusivas: metodologias de ensino que os professores de História adotam para alunos PCDs em escolas de Óbidos - PA**

*Doriele do Carmo Brasil  
Alice Marinho da Silva*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a inclusão dos alunos com deficiência (PCDs) no ensino regular. A pesquisa se deu através de relato de experiência de

bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tem como foco principal a metodologia que os professores de História adotam para o ensino em escolas de Óbidos - PA. De acordo com Souza (2012, p. 95), “ao longo da história, a educação especial tem sido considerada com educação para deficientes, seja qual for a deficiência: mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos de desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado este tipo de educação”. A pesquisa teve pontos iniciais: estudos de referenciais teóricos e em uma análise de uma atividade realizada em uma oficina, que nos proporcionou uma reflexão entre a teoria e a prática no cotidiano escolar, em que o professor tem que atender diversidade de alunos, tanto em relação a aprendizagem como comportamental. Dessa forma, analisamos que os professores de História, apesar de suas dificuldades, buscam estratégias que permitem a participação de todos, porém, ainda há mudanças necessárias principalmente com a participação da família objetivando uma escola de qualidade e acesso para todos. A inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar é um tema de extrema importância no cenário educacional atual. No âmbito de ensino de História, a adaptação das metodologias para atender as necessidades específicas desses estudantes se torna fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Neste relato de experiência, será abordada a importância da metodologia do ensino utilizada por professores de história para alunos PCDs, destacando a relevância do papel do educador na promoção de um ambiente educacional acolhedor e acessível para todos os estudantes. Além disso, será discutida a necessidade de promover a sensibilização dos demais estudantes em relação à inclusão, incentivando a construção de um ambiente escolar mais empático e solidário e onde as diferenças sejam respeitadas e celebradas. Concluímos assim, que a base desta pesquisa nos trouxe um conhecimento

mais direcionado às atividades adaptadas à disciplina de História. Dessa forma, criou-se meios que vieram facilitar o aprendizado dos referidos alunos engajados dentro de um mundo onde, até então, era algo limitado para o seu conhecimento.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 12**  
**Instituições sociais: prisões, hospícios e**  
**hospitais - Sujeição dos corpos e relações de**  
**poder à luz da História**

**Coordenadora:** Lidiane Álvares Mendes

Não houve inscrições o suficiente e as comunicações foram remanejadas para o ST 7

\*\*\*\*\*

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 13**  
**Afro-Américas**

**Coordenadores:** Katia Cilene do Couto e Santiago Silva De Andrade

Não houve inscrições o suficiente e as comunicações foram remanejadas para o ST 15

\*\*\*\*\*

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 14**

### **História & Literatura: profícua relação no processo de construção do saber histórico na Amazônia**

**Coordenador:** Arcângelo da Silva Ferreira

\*\*\*\*\*

#### **Explorando a Amazônia: Relatos de Viagem do Século XIX como Janelas para o Passado**

*Thaís Stefhani de Oliveira Leal*

**Resumo:** O estudo da Amazônia transcende a mera geografia ou biologia; é um mergulho profundo na construção histórica e cultural de um dos territórios mais emblemáticos do mundo. Ao longo dos séculos, a Amazônia foi objeto de exploração e interpretação por parte de viajantes, naturalistas e cientistas, cujas narrativas moldaram a percepção global sobre a região. Este ensaio analítico propõe uma incursão nas complexas teias discursivas que delinearão o imaginário europeu em torno da Amazônia, especialmente durante os séculos XVIII e XIX. Desde os primeiros relatos de viagem, a Amazônia foi retratada como um espaço exótico e misterioso, habitado por povos e criaturas fantásticas. No entanto, por trás dessa fachada romântica, as narrativas revelam uma visão eurocêntrica que subjuga e estereotipa tanto a região quanto seus habitantes. Os relatos dos viajantes refletem não apenas uma curiosidade

científica, mas também uma mentalidade colonialista que buscava justificar a exploração e dominação da Amazônia e de seus povos. Ao examinar essas narrativas, é possível identificar uma série de temas recorrentes, como a hierarquização racial, a idealização do “bom selvagem” e a justificação do colonialismo. As descrições dos povos indígenas frequentemente os retratam como “selvagens” ignorantes e degenerados, enquanto a população branca é elevada a um status de superioridade moral e civilizacional. Essa visão etnocêntrica é ainda mais evidente nas comparações feitas entre os europeus e outros grupos colonizadores, como os portugueses, norte-americanos e ingleses, que são retratados como mais moralmente elevados, apesar de suas próprias práticas questionáveis. Além disso, as narrativas de viagem contribuíram para a construção de uma imagem estereotipada da Amazônia como um paraíso intocado e exuberante, ignorando as realidades socioambientais e políticas da região. Essa romantização da Amazônia serviu como justificativa para a exploração desenfreada de seus recursos naturais e a marginalização de suas comunidades tradicionais.

***Galvez, Imperador do Acre (1976): uma análise do contexto sociocultural amazonense através da construção narrativa do romance inaugural de Márcio Souza***

*Emily Larissa Pedroza Carneiro*

**Resumo:** Considerando a potencialidade da análise sobre a intelectualidade amazonense e sua produção cultural nas últimas décadas do século XX, a proposta de comunicação em questão faz parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento e pretende, partindo das ideias de autores como Pierre Bourdieu, Antônio Cândido e Michel Foucault, analisar a construção narrativa do romance inaugural de Márcio Souza, *Galvez*,

*Imperador do Acre*, alinhando-o a uma rede de sociabilidade extratextual que o possibilitou e condicionou tematicamente e estilisticamente. Essa relação entre mundo sociocultural, obra e autor torna-se relevante para a compreensão de que a escrita e publicação de um livro não acontecem de forma isolada: elas obedecem a um conjunto de regras, símbolos e códigos que permitem penetrar em um campo maior de disputas e jogos de poder, legitimando-a ou negando-a. Inserida no campo da Nova História Cultural, a preocupação com a narrativa dentro do discurso historiográfico tem sido extremamente pontual, uma vez que se entende a História e a Literatura como áreas que podem — e devem — tecer diálogos com o objetivo maior de acrescentar e aprofundar as análises sociais e culturais de uma determinada temporalidade. No que diz respeito à obra em questão, o objetivo de Márcio Souza, como ele mesmo enfatiza na abertura de seu livro, é “arranjar numa nova atribuição de motivos” figuras históricas da Amazônia do século XIX. Mesmo sendo uma clara obra ficcional, é impossível negligenciar a ligação que se tenta fazer com a história e os chamados “fatos históricos” convencionais. Compreender o cenário sociocultural amazonense na década de 70 faz com que entendamos algumas escolhas estilísticas do autor na construção do romance. A importância da sátira, da ironia e do desprezo pela figura política dentro de *Galvez, Imperador do Acre*, demonstra um forte teor de denúncia social em uma temporalidade na qual a produção intelectual e cultural era limitada, reprimida. Como, então, escrever Literatura em um espaço temporal onde há forte controle do pensamento e do espírito livre? Através da materialidade por trás do romance em questão, também é possível analisar a posição do autor dentro do cenário intelectual amazonense, bem como as suas produções anteriores como uma rede textual e de conexões que se fundiram e contribuíram para a construção da narrativa de seu primeiro romance.

## O Amazonas revelado: o romance histórico *Simá* de Lourenço Amazonas (1857) no circuito literário e intelectual no Brasil

*Izabel Cristine Silva dos Santos*

**Resumo:** A nossa proposta de comunicação parte de questões relacionadas ao estudo da história da Literatura brasileira do século XIX, especificamente o gênero romanesco. Buscaremos pensar acerca do lugar da Literatura Amazônica na história do Romance Brasileiro através de *Simá — romance histórico do Alto Amazonas* (1857). Nesse sentido, torna-se oportuno dizer que este estudo possui a intenção de inserir um enredo romanesco amazônico no circuito de projetos literários que visavam discutir a formação da identidade nacional, através do Romantismo no processo de pós-independência do Brasil. O livro *Simá*, escrito pelo baiano Lourenço da Silva Araújo Amazonas, após experiência militar na região, foi publicado no Recife em 1857. Seu enredo retrata aspectos das relações socioculturais no processo de colonização portuguesa, com uma narração que se inicia em 1738; retratando conflitos entre indígenas e colonizadores na região do médio rio Amazonas, entre Tefé e Coari, e depois no médio rio Negro. Sendo assim, *Simá* nos apresenta também uma perspectiva dialógica do que foi o processo de contato entre indígenas e colonizadores, e nos remete a questionamentos: como a experiência colonial portuguesa ensejou diversas formas de violência no contato com os povos indígenas? Como o romance indianista brasileiro retratou esses conflitos e a posição dos indígenas diante desses fatores? Há, portanto, algo a ser considerado neste romance. *Simá* apresenta ao leitor uma outra perspectiva do processo colonial que se deu no Brasil, através de uma ótica contextualizada na Amazônia. Diferenciando-se de outros romances da mesma época e gênero, como o clássico *O guarani*

de José de Alencar (1857), que retrata a colonização como um processo harmonioso, *Simá* traz como proposta de enredo a miscigenação como fruto de um estupro e violação do corpo de uma mulher indígena. Apresenta também os conflitos internos e externos, suas contradições e como os povos da região se mobilizam diante das imposições do colonizador. De acordo com a crítica literária Marlí Tereza Furtado, *Simá* foi publicado no momento da afirmação do romance como gênero literário, e poderia ter “colocado fogo no cenário do Romantismo brasileiro e suas discussões”. Lourenço Amazonas nos apresenta no enredo de *Simá*, um outro lugar do indígena na sociedade dos oitocentos, qual seja, o de agentes do processo histórico. Nesse sentido, debruçar-nos-emos por meio desta reflexão: o lugar de produção, o lugar do autor e o romance.

***Um Lugar Mais Sombrio, de Milton Hatoum:  
Representações das vivências e experiências  
de estudantes brasileiros no exílio político, na  
Europa e América Latina, durante dos anos de  
1960 e 1970***

*Gabriela Beatriz Ramos Michiles  
Arcângelo da Silva Ferreira*

**Resumo:** As obras literárias são ambientadas em período específicos, oferecendo uma visão das condições sociais, políticas e culturais da época, escritores abordam eventos históricos em suas narrativas, proporcionando uma interpretação pessoal desses acontecimentos. A história também influencia a literatura, fornecendo contexto para a criação de personagens e enredos. Tornando essas duas disciplinas inseparáveis e enriquecedoras uma para a outra. Milton Hatoum, renomado escritor originário da região amazônica, é notório por sua habilidade em entrelaçar

as disciplinas de História e Literatura em sua produção literária. Suas obras são marcadas pela exploração de temas fundamentais como identidade, memória e as intrincadas dinâmicas sociais presentes na sociedade brasileira. Premiado em diversas ocasiões, Hatoum destaca-se pela sua capacidade de tecer narrativas que transcendem o âmbito ficcional, oferecendo uma perspectiva profunda e multifacetada da realidade cultural e histórica do Brasil. Entre suas obras mais célebres encontram-se *Relato de um certo Oriente*, *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte*. Mais recentemente, tem-se dedicado à escrita da trilogia *O Lugar Mais Sombrio*, composta pelas obras *A Noite da Espera* e *Pontos de Fuga*, ampliando, assim, seu impacto e relevância no cenário literário contemporâneo. Em suas obras ele mergulha em ambientes urbanos e familiares que são abordadas durante tensões sociais, como o período da Ditadura Militar, com suas obras Hatoum é considerado um dos grandes nomes da literatura contemporânea, seus trabalhos apontam experiências passadas pelos jovens durante esse período. A trilogia *O Lugar Mais Sombrio*, concebida por Milton Hatoum, constitui uma obra literária que delinea os elementos emocionais, políticos e culturais característicos de um grupo de jovens durante as décadas de 1960 e 1970 em Brasília. No primeiro volume, denominado *A Noite da Espera*, o enredo acompanha a trajetória de Martim, um jovem paulista que se muda para Brasília com seu pai após a separação dos pais. A narrativa desvela as descobertas culturais e afetivas de Martim, evidenciando uma dicotomia entre a dor da separação materna e os desafios impostos pela repressão do regime militar brasileiro. O segundo volume, intitulado *Pontos de Fuga*, adentra na vida de Martim após sua saída de Brasília, ambientando-se em São Paulo, onde ele ingressa na faculdade de arquitetura da USP e reside em uma república de estudantes na Vila Madalena.

## **Valor de culto e aura em *Relato de um certo Oriente*, de Milton Hatoum: considerações sobre a composição da memória no romance**

*José Bosco*

**Resumo:** Em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, Walter Benjamin analisa a ascensão do cinema em meio a um processo de industrialização caracterizado pelo fim do “culto” e da “aura” na obra de arte. No decurso de sua argumentação, Benjamin exhibe-nos os percursos ligados ao processo, levando-nos a refletir sobre o lugar da fotografia no âmbito social. Neste sentido, o culto revelado pela busca por retratos de rostos humanos apresenta-se como a última trincheira da relação ritualística entre pessoas e imagens. N’*O Relato de um certo oriente*, Milton Hatoum reconta parte da história privada de uma família libanesa em Manaus: seus traumas, composição e hierarquia. No seio do novo narrativo, o autor fornece-nos pistas para a organização da plurivocidade do relato lacunar das lembranças presentes no romance. Uma delas diz respeito à fotografia, elemento fundamental na vida dos integrantes do núcleo familiar da trama. Relacionando o romance aos escritos de Walter Benjamin, detectamos a possibilidade em estabelecermos analogias entre trechos de seu ensaio e alguns dos episódios narrados em *Relato de um certo oriente*. Seja como retrato do último suspiro de vida do irmão de Emilie (matriarca da família), Emir, registro solitário da filha de Samara Délia (irmã de um dos narradores) ou eixo de comunicação entre um primogênito e sua mãe, os retratos do romance parecem-nos espelhar as considerações benjaminianas acerca da saudade presente na materialização imagética dos que se foram. As fotografias e a cidade apresentada revelam fantasmagorias integráveis à potência ficcional presente na reunião de lembranças a partir

de diálogos e lembranças esparsos no Tempo. Ademais, como reflexo do poderio econômico e social exercido pela família através da aquisição de fotografias produzidas pelo alemão Gustav Dorner (hamburguês radicado em Manaus), o autor revela uma das facetas do universo privado das enriquecidas famílias ligadas ao comércio na capital do Estado do Amazonas. Assim, interessa-nos operacionalizar as relações entre algumas das sequências de *Relato de um certo oriente* e as considerações acerca do “valor de culto” da fotografia em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Para além das obras, a análise está norteadada pela perscrutação do papel exercido pela fotografia no romance a partir dos comentários benjaminianos acerca desse artefato técnico.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 15**

### **Gênero, Interseccionalidades e Direitos sociais**

**Coordenadores:** Roger Kenned Repolho de Oliveira e Michele Pires Lima

\*\*\*\*\*

#### **A participação de mulheres nos movimentos por moradia em Parintins (2016-2022)**

*Kennely Rabelo Fernandes*

**Resumo:** Este trabalho parte da minha pesquisa de mestrado que investiga a participação de mulheres nos movimentos por direitos sociais no interior do Amazonas, intitulada “Protagonismo Feminino nas lutas pelo direito à moradia em Parintins/AM (2016-2022)”, preocupada em analisar as estratégias de trabalhadoras na conciliação entre os trabalhos dentro e fora do lar, suas atuações nos movimentos de luta e resistência em ocupações de terras por moradia, abarcando os estudos dos movimentos sociais e das relações de gênero nas ocupações do Pascoal Alágio, Castanhal e Residencial Parintins (Vila Cristina). O recorte temporal é de 2016, ano em que iniciaram as ocupações até o ano de 2022, quando foram coletadas entrevistas e jornais digitais que contribuíram para a produção de trabalhos acadêmicos. A metodologia adotada para a pesquisa está fundamentada na História Oral (Alberti,

2011; Pollak, 1992; Portelli, 2010), iluminando, essencialmente, as narrativas das mulheres, pois as suas experiências apresentam complexidades que não encontramos nos relatos de homens, como a criação dos filhos, a dupla jornada de trabalho e a própria violência. Na pesquisa também são feitos estudos de jornais digitais, como: *AM em Pauta*, *Parintins Amazonas*, *Repórter Parintins*, *Parintins Press* e *Parintins 24hs*, que veicularam notícias sobre as ocupações desde suas primeiras organizações agindo como fonte que possibilita a “recuperação do passado” (Luca, 2005, p. 112). Assim, podemos visibilizar as múltiplas memórias e histórias advindas das ocupações, além da pesquisa bibliográfica, com estudos teóricos de autores que se dedicam à temática de gênero e dialogam com a pesquisa. O trabalho recupera o contexto político, social e econômico nacional que culminaram nas ocupações irregulares no município parintinense e permite compreender as circunstâncias que levaram muitas famílias até esses locais. A partir de 2015, temos aumento expressivo do desemprego em todo país, proliferação de trabalhos precarizados e a Lei de Teto de Gastos. Dessa forma, a pesquisa manifesta sua importância pela compreensão das mudanças do papel social das mulheres no passado em relação às demandas do tempo presente, além de contribuir para outros trabalhos que discutem gênero e direitos sociais na Amazônia.

### **Gênero e Memória: A trajetória de dona Maria da Conceição Silva no banco do Estado do Amazonas - BEA (1970-1980)**

*Geize Vieira de Almeida*

**Resumo:** A presente Proposta de Comunicação em Simpósio Temático, é resultado de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade

Federal do Amazonas. Neste recorte, buscamos apresentar a trajetória de dona Maria da Conceição Silva (77 anos) e o enfrentamento aos discursos e desigualdade de gênero que se constroem e se efetivam na trajetória profissional dessa mulher, perante a importantes cargos de liderança no Banco do Estado do Amazonas (BEA), instituição bancária a qual nossa protagonista encontrava-se inserida e construiu promissora carreira. A partir da História Oral de Vida, buscamos reconstituir as memórias de dona Conceição para demonstrar como essa casa de crédito foi importante marcador na experiência de trabalho dela, assim como foi importante intuição para a história do Estado do Amazonas. A priori, descrevemos como Maria da Conceição Silva, vai chegando ao Banco do Estado do Amazonas (BEA), a partir da indicação do então governador Gilberto Mestrinho, que nos faz perceber a grande habilidade dessa mulher na tecitura e articulação de uma rede de relações capaz de a sustentar seu projeto de ocupação dos espaços de poder dentro da agência bancária. Elucidamos suas primeiras experiências como telefonista e o enfrentamento às práticas sexistas que buscam subalternizar o trabalho feminino. A trajetória dessa mulher nos permite discutir a importância da conquista da independência através do mercado de trabalho, para dona Conceição, assim como para muitas mulheres. A partir das memórias de dona Conceição, buscamos narrar como ela vai percebendo as mudanças em sua vida a partir de sua profissionalização, os desafios em ser uma mulher que busca consolidar carreira nessa agência bancária e as visões de seus familiares acerca dessa jovem mulher independente, filha de família pobre que começa emergir desta ordem social. Procuramos discutir, como essa jovem bancária vai ocupando espaços de poder: gerência em Manacapuru, dona Maria da Conceição nos permite perceber o processo de ruptura em sua vida pessoal e profissional, a mudança para Manacapuru e o

novo cargo, com grandes responsabilidades são apresentados como marcadores na trajetória desta mulher protagonista.

## **História e memória da professora Guajarina Prestes: sua contribuição para a educação no município de Parintins - AM**

*Lucas Araújo Leal*

**Resumo:** O presente trabalho busca tratar sobre a trajetória de vida da professora Guajarina Nazaré Falcão Prestes, evidenciando sua contribuição para o município de Parintins-AM, por meio da sua atuação enquanto educadora. No âmbito da História Social da Educação, buscaremos a partir da reconstrução da memória de nossos interlocutores (entrevistados), analisar a trajetória de uma mulher negra enquanto educadora. Trataremos deste trabalho a partir de discussões que abordam as relações de gênero enquanto categoria de análise, a fim de evidenciar olhares sobre a história das mulheres enquanto agentes sociais que atuaram e atuam no âmbito da constituição das instituições das sociedades. Nos aportaremos teoricamente nos usos da metodologia História Oral para análise das fontes e relatos orais, fazendo uso também de fontes secundárias, arquivos que possibilitaram ampliar os horizontes desta pesquisa. Guajarina Prestes que desempenhou com notoriedade importante papel no município de Parintins enquanto professora, ensinou muitas pessoas pobres a ler e escrever em um período em que a Educação Básica não era democratizada. Também desenvolveu práticas junto à comunidade local como a adoção de acolhimento de crianças e cuidados aos deficientes físicos. Discutiremos a partir de sua trajetória os fatores que influenciaram na sua formação, e como isso contribuiu para sua marcante atuação enquanto professora no município de Parintins-AM, ao longo da segunda

metade do século XX, quando ministrou aulas particulares nas dependências de sua própria casa. Nesse ínterim, o presente trabalho buscou trabalhar conceitos relevantes para a pesquisa, uma vez que se torna necessário observarmos a partir do embasamento teórico a relação com as narrativas dos entrevistados a fim de alcançarmos a compreensão dos processos histórico-sociais que uma mulher negra precisou atravessar para se tornar educadora, e fez uso disso para colaborar com cidadãos de seu município, em uma realidade interiorana e periférica, onde a educação não chegava para todos de forma igualitária, logo, a presente pesquisa constituiu-se relevante em função pois analisa, através da experiência de uma educadora local, elementos como, tempo e espaço, que por meio das fontes, alcançamos a compreensão referente à dinâmica social do contexto abordado.

### **História, memórias e ações sociopolíticas de mulheres lésbicas negras em Manaus-AM (2005-2020)**

*Michele Pires Lima*

**Resumo:** Esta proposta de comunicação tem por objetivo discutir a presença e as ações de mulheres cisgênero lésbicas negras nos movimentos sociais feministas e LGBTIQIAPN+ em Manaus/AM, entre 2005 e 2020. Nas últimas décadas do século XX, a mudança paradigmática proporcionada pela terceira geração dos Annales impactou no aguçamento dos olhares e ouvidos dos(as) historiadores(as) para novos objetos, problemas e abordagens. Assim, as lésbicas emergiram com suas especificidades para mudar essa situação. Ou seja, ampliou-se a quantidade e a tipologia das fontes, saindo de uma “história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudança”.

transpassando o limite do sujeito universal, masculino e europeu, para pensar uma historiografia interseccional, ou seja, a inter-relação de gênero, raça, classe e identidade sexual. Para isso, utilizarei fontes orais e fontes escritas, especificamente a coleção do jornal *A Crítica*, sob o intuito de ampliar meu campo de interpretação para compreender historicamente a participação ativa das ativistas lésbicas negras na luta por direitos, politizando seus mercados sociais para demandar maior participação política das mulheres, propostas de políticas de enfrentamento à violência sexual e de gênero, ampliação e inserção de mulheres periféricas nos mundos do trabalho, luta por representatividade de lésbicas nos movimentos sociais e conselhos gestores. Nessa perspectiva, ao me deslocar para baixo do espelho de Oxum e mirar a diversidade de mulheres e feminilidades existentes, me conecto com as lésbicas negras, “(...) um outro corpo possível, legítimo”, problematizando, de modo geral, que tais corpos e identidades constituem “uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos — de fato e de direito)” (York, *et al.*, 2020). Sendo assim, explorar as memórias (individuais e públicas) dessas ativistas viabiliza a emergência de experiências invisíveis, inserindo nas abordagens históricas a sinergia conhecimento e práxis para demonstrar e combater, efetivamente, as opressões interseccionais estruturais.

### **Memórias, Experiências e Trabalho de Subsistência: Trabalhadoras Rurais no Lago Juruti Velho - PA (1950-1980)**

*Maiara Andrade Paes*

**Resumo:** As comunidades tradicionais de Prudente e Maravilha, situadas na região do Juruti Velho, no Baixo Amazonas Paraense,

manifestam uma organização social e relação com a natureza singulares, baseadas em atividades como o extrativismo, pesca, agricultura familiar e pastoreio. Contudo, tais formas de vida enfrentam crescente ameaça devido aos impactos da mineração, que abalam as dinâmicas socioambientais e dificultam o acesso a recursos naturais vitais. Diante desse cenário, o objetivo central deste estudo é analisar a interação desses elementos, especialmente nas décadas de 1950 a 1980, destacando as conexões entre trabalho, gênero e ambiente em comunidades tradicionais anteriores à chegada da mineradora ALCOA. Assim, busca-se compreender, por meio das vivências e perspectivas das trabalhadoras rurais nessas comunidades, as mudanças socioambientais ao longo do tempo. Essas mulheres que residem no entorno do Lago Juruti Velho desempenham um papel de protagonismo no trabalho rural, como na agricultura, por exemplo, e compartilham suas memórias, experiências e modos de vida. Silvia Federici (2019) destaca que as mulheres do campo são fundamentais como trabalhadoras da subsistência, pois é uma prática de resistência consciente à natureza capitalista que busca separá-las de áreas comuns, como a terra. Sendo assim, o trabalho das mulheres na agricultura de subsistência não é apenas uma forma de sobrevivência, mas um ato de resistência e vanguarda pelos direitos das comunidades tradicionais. A metodologia empregada foi da História Oral, por meio da qual foram realizadas as entrevistas com um formato aberto e semiestruturado, permitindo que as colaboradoras compartilhassem suas histórias de vida, experiências de trabalho, percepções sobre as mudanças na comunidade e suas lutas. As entrevistadas foram idosas com idade entre 50 e 80 anos, residentes das comunidades Prudente e Maravilha. As memórias das vivências de infância, dos costumes e tradições familiares permeiam as lutas e permanências das comunidades antes da chegada da mineração em seu “território abrigo”. O trabalho está interconectado com esferas do

direito, uso e significados compartilhados da terra e da água. Esta pesquisa busca evidenciar as vozes das mulheres das comunidades tradicionais, destacando suas contribuições para a compreensão das mudanças socioambientais e das dinâmicas sociais nessas comunidades.

## **Mulheres no movimento de moradia em Parintins: uma alternativa de luta pela sobrevivência e pelo direito à cidade**

*Jheniffer Natividade Rodrigues*

**Resumo:** Esta pesquisa analisa a presença de mulheres em um movimento pelo direito à cidade, é importante refletirmos que a constituição do urbano abarca várias questões que podem ser historicizadas, e partindo desse pressuposto, propomos entender essa luta que se iniciou com o sonho da moradia própria. Centenas de trabalhadores ocuparam uma área de um latifúndio em Parintins/Amazonas em 1997, essa terra era conhecida como Fazenda Itaúna e esse movimento deu origem ao populoso bairro Paulo Corrêa. No entanto, nossos olhares se põem diante das mulheres que protagonizaram o movimento, pois a realidade feminina é marcada por opressão e exclusão, logo, a moradia se torna um bem inacessível, ademais, considerando o alto preço de aluguéis, a informalidade de trabalhos e baixos salários, os movimentos sociais de luta por moradia têm uma presença expressiva de mulheres, tanto na organização e liderança, quanto no dia a dia das ocupações. Analisaremos as narrativas de duas moradoras que participaram ativamente na linha de frente do movimento, que mais tarde veio a se tornar a Associação do Bairro, objetivando entender suas histórias de vida e motivações particulares para engendrar em um movimento de moradia. Além disso, queremos discutir sobre o papel da

mulher na luta pela superação de sua condição subalterna, pelo enfrentamento da miséria e da fome, os deslocamentos que tiveram que realizar, os processos de trabalhos a que estavam inseridas, o drama da criação dos filhos e o contexto da luta pelo direito de permanecer na cidade. Então, a ocupação se torna uma alternativa na luta pela sobrevivência e a moradia é entendida como um espaço para si e proteção para aqueles que elas cuidam. Por fim, a pesquisa é norteadada pela história oral, pois as entrevistas nos possibilitam conhecer o passado, entendendo também que trabalhadores constituíram a cidade a partir de movimentos populares. Assim, analisaremos trechos das entrevistas de Albertina Melo e Maria de Nazaré, utilizando as fontes não como um registro fiel do passado, mas se utilizando delas para pensar na luta pela cidade, na expansão urbana e na presença de mulheres nos movimentos populares com toda a complexidade do tema.

### **Representações de gênero em *O Cravo e a Rosa* (2000-2001): possibilidades no Ensino de História**

*Fernanda Carolynne Peixoto de Melo  
Felipe Tavares de Moraes*

**Resumo:** A telenovela conquistou rapidamente o afeto e identificação do público por possuir um tom singular ao retratar valores universais que conversam intimamente com o cotidiano da cultura nacional. Por estar presente na TV aberta, possui um enorme alcance com uma linguagem de fácil compreensão que permite ao telespectador absorver com naturalidade os elementos representados em tela, devendo assim, ser observada como uma possibilidade válida para auxiliar na compreensão do ensino de História. Como proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que chama atenção para o exercício da interpretação ser fundamental na formação do

pensamento crítico, indicando para o cotidiano do ensino de História procedimentos metodológicos que conduzam o aluno ao centro no processo de ensino-aprendizagem. Para refletir sobre o uso dessa mídia como recurso didático, será utilizada para pensar as representações sociais das mulheres no contexto da sociedade paulista da década de 1920 a obra *O Cravo e a Rosa* (2000-2001), escrita por Walcyr Carrasco e Mário Teixeira, produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão. Sua trama se dá sob uma perspectiva de disputas de gênero, ao passo que remonta em tela representações de personagens femininas que reproduzem estereótipos que contribuem para desenvolver um imaginário do ideal feminino, do casamento e padrões de comportamento, elementos presentes ao longo de toda a trama, trazendo por vezes abordagens escrachadas acerca das disputas políticas e sociais, e lutas do movimento feministas que tomavam forma no período em questão que inspirava a valorização dos movimentos culturais e artísticos; com transformações políticas, econômicas e territoriais que foram fundamentais para a consolidação da modernidade no Brasil. Diante dessa perspectiva, o argumento central do trabalho é apresentar que as telenovelas podem ser tomadas como objeto de estudo para pensar e/ou discutir a história sem perder de vista outras possibilidades de análises, assim, buscando perceber como essa obra se conecta com seu próprio presente, quais mensagens e ausências ela carrega, e como essa representação do passado tenta dar sentido a um pensamento atual. A pesquisa busca não apenas identificar as representações predominantes dos papéis femininos na novela, mas também problematizar essas representações, considerando sua relação com o contexto histórico e social da época que representa.

## **Terceirização, flexibilização de direitos e experiências de trabalhadoras de limpeza em universidades no estado do Amazonas/UFAM e UEA (1990-2023)**

*Mônica Xavier de Medeiros*

**Resumo:** Foram muitas as mudanças no mundo do trabalho para recompor os níveis de lucro do capital desde a crise da década de 70 do século XX: flexibilização dos direitos trabalhistas, reestruturação da produção e a aplicação das políticas neoliberais como privatizações e reduções nos investimentos de bem-estar social (saúde, educação, previdência etc.) que passaram a ser vistos como “gastos”. Esse receituário neoliberal passou a ser aplicado no Brasil a partir da década de 90, alterando tanto os modos de produção de mercadorias como de organização da força de trabalho. A reestruturação da produção implicou num incremento da tecnologia nas fábricas, tendo como consequência uma redução do número de trabalhadores necessários para manter os níveis de produção. Além da tecnologia, essas mudanças exigiram um novo perfil de trabalhador. Esse processo levou a demissões em massa. No Amazonas, o Polo Industrial de Manaus (PIM) também passou por esse processo, sendo o desemprego expressivo no final do século XX e início do século XXI, muitos trabalhadores foram para a informalidade e para a terceirização. Iraildes Torres (2000) e Elenise Scherer (2004) discutem que mesmo antes do processo de reestruturação da produção, os baixos salários (principalmente de mulheres que eram a maioria no setor eletroeletrônico) já eram a marca do PIM. Essa pesquisa objetiva compreender como as mulheres vivenciaram esse processo de reestruturação da produção a partir de narrativas orais. Percebemos, assim, que os baixos salários, o desemprego e a informalidade já eram uma

realidade para as mulheres e, nesse sentido, o emprego mesmo terceirizado, mas com a garantia da carteira assinada, lhes parece vantajoso relativamente às experiências que viveram. Também foi evidenciado o peso do trabalho invisibilizado de cuidados com a família, que impõe uma dupla jornada de trabalho, influenciando o desenvolvimento das suas carreiras e suas escolhas de emprego. As narrativas orais também nos deixam perceber as condições de trabalho junto às empresas terceirizadas como o atraso do pagamento de salários e a falta de indenização durante a rescisão do contrato de trabalho.

### **As Migrações Negras nas Américas: Indesejados e Invisíveis**

*Elaine Pereira Rocha*

**Resumo:** Os historiadores reconheceram tardiamente a importância das migrações negras nas histórias globais, nacionais, transnacionais, regionais e locais, e as suas particularidades na dinâmica da História Negra. É, no entanto, um campo de estudos relativamente novo na América Latina, assim como é a História Negra em geral. Em parte, devido à relutância da América Latina em reconhecer o protagonismo da sua população negra na história, bem como em reconhecer a prevalência de ideologias racistas na sua cultura e política. As migrações negras são mais do que o trânsito de pessoas entre países e regiões, e das zonas rurais para os centros urbanos: inclui a construção de redes que tornaram possível a sobrevivência, que criaram bairros e expressão cultural, impactaram os hábitos alimentares, o intercâmbio de culturas e técnicas agrícolas e a elevação das famílias da escravidão e da miséria à propriedade, à educação e à representação política. Essas migrações — tal como outros tipos de migrações — influenciaram as sociedades locais, regionais e nacionais, na

cultura e na política. Veja, por exemplo, as práticas religiosas centradas no culto aos orixás no Brasil, Colômbia, Haiti e Cuba, que influenciaram a cultura para além do campo da religião. O mesmo poderia ser dito pela música e pela linguagem, mas nada é mais visível do que a influência biológica das migrações negras, através dos mestiços de ascendência africana, chamados de morenos e dos afro-latinos e caribenhos de todas as características físicas, que marcaram a economia, sociedade e política nas Américas. Países como o México, Belize, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Guiana, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai receberam imigrantes negros, principalmente depois do século XIX. Entretanto, as políticas nacionalistas e teorias racistas geraram a rejeição aos imigrantes negros, que se traduz nas leis, normas de policiamento e práticas culturais. Utilizando a historiografia e fontes documentais para a história do Brasil, este paper apresentará um panorama do fenômeno dos deslocamentos da gente negra, com uma ênfase no caso da Amazônia e nos deslocamentos do século XX.

### **História, Saberes e patrimônio quilombola no rio Andirá: mapeamentos e possibilidades de usos na educação escolar quilombola no Amazonas**

*Railson de Castro Araújo  
João Marinho da Rocha*

**Resumo:** Esta comunicação é um relato das experiências de diálogos entre o Núcleo de Estudos afro-brasileiros — NEAB/UEA/CESP e as comunidades quilombolas do rio Andirá. As atividades fazem parte do projeto institucional de Extensão (2023-2024), intitulado “História, Saberes e Patrimônio IV: diálogos. (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/CESP/UEA e Comunidades quilombolas do rio Andirá)”. Tem

como objetivo geral promover diálogos entre a Universidade do Estado do Amazonas e professores das comunidades quilombolas do Rio Andirá, rede municipal de educação do município de Barreirinha, no sentido de promoção da sustentabilidade, da transformação social como forma de garantir a democratização do conhecimento, uma educação antirracista à luz das legislações do estado brasileiro para essas realidades. Específicos: a) Proporcionar encontros de saberes entre a Universidade do Estado do Amazonas e professores das redes municipais de educação do município de Barreirinha; b) Fomentar reflexões e práticas educativas que contribuam para fazeres educacionais em que se promova transformação social e democratização de conhecimentos e práticas antirracistas de educação escolar; c) Integrar diferentes ambientes de saberes e sujeitos para promoção de práticas educativas capazes de avançar fronteiras disciplinares e promover uma educação de si e sobre si. À luz de legislações específicas como 10.639/2003, que determina o “Ensino da História e cultura afro-brasileira na educação”, modificada pela 11.645/2008, que determina o “Ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena”, como também a Resolução nº 8/2012 que define “Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica”. Nesta edição foram realizadas as devidas atuações juntas a lideranças e escolas locais, como também mapeamentos iniciais de Saberes e Patrimônio quilombolas, e produção de materiais que podem ser utilizados como ferramentas para mediar possibilidades de educação à luz do que determinam as legislações sobre a educação escolar Quilombola.

## **Memórias entrelaçadas: beleza e racialização a partir da trajetória de vida de Marly Paixão**

*Bárbara Rebouças Marinho Ribeiro*

**Resumo:** A partir das reflexões de Sueli Carneiro sobre a construção da identidade dos sujeitos negros, que destaca a importância da questão da dualidade entre as dimensões ôntica e ontológica para a construção do ser, Sueli nos desvela que frequentemente é relegado aos sujeitos negros apenas a dimensão ôntica, negando-lhes o direito a subjetividade abrigada nas profundidades do ser ontológico. Nesta comunicação, proponho-me a explorar de forma interdisciplinar, através das memórias de Marly Paixão, os entrelaçamentos possíveis entre os cuidados estéticos, a valorização da Beleza Negra enquanto campo significativo e a complexidade da racialização da mulher negra na contemporaneidade. Marly, uma mulher nascida em São Paulo, na década de 1960, testemunhou a transformação da cidade durante seu processo de urbanização, inicialmente residindo em um bairro negro, e posteriormente em um bairro operário de forte influência italiana. Mais tarde, sua mudança para Manaus, especificamente para o bairro Adrianópolis, marcou, primeiramente, um processo conflituoso consigo mesma no choque cultural e racial com os outros, e posteriormente também marca o início de sua jornada como trançista, uma profissão que abraçou por mais de duas décadas como uma forma de buscar alternativas que respeitassem sua identidade enquanto mulher negra, e que se constituíssem enquanto outros caminhos possíveis além do alisamento imposto que vivenciou durante toda a sua trajetória de vida. A narrativa de Marly entre sudeste e norte do Brasil, oferece uma oportunidade para refletirmos sobre o processo de racialização e as distintas dimensões ônticas e ontológicas que moldam a experiência de uma mulher negra em contexto brasileiro.

A partir de uma escuta atenta e a construção dialógica que compõe esse trabalho de uma história oral de vida, viso refletir acerca da maneira como se entrelaçam identidade, memória, beleza e racialização na vida de uma mulher preta e crespa que fundou um espaço de acolhimento de outras estéticas negras além da sua e os significados que esse trabalho assumiu e assume em sua trajetória de vida num país racista.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 16**

### **Modos de vida, identidade e lutas das comunidades rurais na história do Amazonas**

**Coordenadores:** Franco Lindemberg Paiva dos Santos e Johmara Assis dos Santos

\*\*\*\*\*

#### **Da organização social às lutas das comunidades rurais do Lago de Tefé - AM (1970-1990)**

*Johama Assis dos Santos*

**Resumo:** O trabalho aborda a organização sociopolítica de cinco comunidades rurais do Lago de Tefé (Médio Solimões), por meio das memórias e experiências de trabalhadores(as) rurais, em defesa de suas territorialidades. As reflexões são resultantes da análise de fontes orais realizadas nas comunidades e fontes escritas oriundas do Arquivo do Movimento de Educação de Base (MEB-Tefé), do *Jornal do Comércio* (1970-1985), do Serviço Nacional de Informações (SNI), do *Diário Oficial e da Associação de Comerciantes do Amazonas* (ACA). Acompanhando as experiências destes sujeitos sociais do interior, investigamos como vivenciaram uma nova modalidade de organização social e política na década de 80, face às mudanças vivenciadas na região (o declínio das atividades extrativistas (castanhais) e a entrada do Movimento Social (MEB). Nas margens do Lago,

até por volta de 1960, diversos sujeitos ocupavam a região organizados em localidades, que se estabeleceram na região em razão da valorização dos castanhais e a exploração dos recursos naturais (pesca, caça e agricultura de mandioca). As comunidades não existiam até 1971. As famílias viviam nas localidades geridas por patrões aviados nas grandes casas comerciais de Manaus e Belém. A partir de 80, presenciase na região uma série de mudanças sociais, tais como os deslocamentos para a zona urbana, impulsionados pela queda do preço da castanha e do baixo valor da farinha de mandioca. Com o declínio das atividades extrativistas, homens e mulheres do Lago de Tefé protagonizaram uma nova modalidade de organização social e política, denominada de Comunidades. Organizados em comunidades, estreitaram relações com a Igreja Católica, através do MEB. O resultado dessa organização foi a emergência de uma identidade coletiva que passou a ser usada para pressionar por políticas públicas até então negadas (educação e saúde), junto ao governo estadual e municipal. Nas comunidades, os sujeitos sociais organizam-se em associações comunitárias que ficaram marcadas pelo desenvolvimento de um forte trabalho coletivo denominado de ajuris. Bem como protagonizaram lutas para terem direito à educação no campo e defenderem suas territorialidades como, por exemplo, a luta pela defesa dos lagos e igarapés, que passam a sofrer com a pesca predatória devido a expansão da pesca regional vivenciada desde a década de 70 e a luta pela terra para manutenção de seus modos de vida.

## **Das lutas por direitos na comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha - AM (2005-2023)**

*Alice Conceição Pedreno  
João Marinho Da Rocha*

**Resumo:** Este texto versa sobre história e memória do movimento social quilombola na microrregião do baixo rio Andirá, município de Barreirinha - AM, fronteira Amazonas-Pará e das lutas por diferenciação étnico-racial e territorialidades quilombolas, iniciadas em 2005. Destacamos o protagonismo da comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri, “os troncos velhos”, mobilizou a quarta e última movimentação MSQA. Descrevemos sobre os avanços das fronteiras de expansão que se desdobraram em duas fases, veio então a reconfigurar socioculturalmente as áreas do baixo Andirá, intervindo expressivamente no modo de vida tradicional. O protagonismo desse movimento contemporâneo é a “memória territorial”, as fontes orais e a memória coletiva que claramente aponta para os inúmeros saberes e patrimônios quilombolas e territorialidades específicas do Andirá. A partir disso, tais comunidades do leste do Amazonas recuperaram elementos da história social do grupo, sendo declarados como remanescentes de quilombo em 2013, deixando de serem vistos como “caboclos”, termo atribuído pelo estado brasileiro as sociedades tradicionais, causava invisibilidade à diversidade fundiária no Brasil. Destacamos os registros de micro biografias e mapeamentos de espaços de memória que trazem elementos da tradição, recuperados pelo grupo, e desses foram ferramentas significativas para os seus reconhecimentos de remanescentes de quilombo, bem como podem ser potencialmente necessários para materialização da educação escolar quilombola naquele território que aguarda

demarcação. Apesar de seu reconhecimento, tais comunidades ainda enfrentam muitas problemáticas socioambientais, e diante disso, buscam redes de apoio externas, aqueles que saem da comunidade e tentam melhorias, voltam para contribuir a seus modos. Assim, este texto também aparece como uma possibilidade de auxílio nos processos que passam pela implementação da educação escolar quilombola no território tradicional quilombola do Rio Andirá.

### **Henry Walter Bates e *O Naturalista no Rio Amazonas*: Uma análise sobre a história social do trabalho na Amazônia Oitocentista**

*Thais Letícia Nascimento Castro*

**Resumo:** O presente trabalho tem como propósito analisar os discursos dos por viajantes naturalistas que visitaram a Amazônia no período Oitocentista. Tomando como fonte principal o relato de viagem *O naturalista no Rio Amazonas* de Henry Walter Bates, o qual foi produzido no período concernente à viagem realizada por este naturalista durante os anos 1848 a 1859, o livro tinha como objetivo fazer registros das espécies presentes na região amazônica, atrelando-se ao discurso presente nas narrativas de dominação, investigação e ocupação, tornando-se uma importante fonte por conseguir mobilizar conhecimentos e instrumentos para além da prática descritiva das espécies e da natureza, abordando a sociedade e suas relações. Dessa forma, este trabalho pretende discutir acerca de um dos aspectos que se apresentam a partir do projeto de iniciação científica *As percepções sobre a sociedade e natureza no Baixo Amazonas entre 1860 e 1910*, que tem como objetivo mapear as percepções dos viajantes naturalistas sobre os aspectos da natureza, ciência e conhecimentos, descrições sobre os sujeitos indígenas e negros, livres e escravizados, e os

espaços coloniais. Deste modo, o presente trabalho debruçar-se-á em analisar os aspectos concernentes às relações tecidas entre os trabalhadores desse período, utilizando as narrativas construídas na obra supracitada e as variadas manifestações de lutas, resistências e protagonismos desempenhados por esses sujeitos. Na perspectiva da história social do trabalho, busco analisar os instrumentos de controle mobilizados nesse quesito, as formas de trabalho compulsório existentes nesses sujeitos indígenas e negros, sejam eles livres ou escravizados, e as discussões que se intensificam quando avaliamos essas manifestações atreladas às questões de gênero, além de pensar como se estruturavam e mobilizavam essas pessoas no âmbito trabalhista e social em espaços distintos, como o espaço urbano e o rural. Sendo assim, ao longo da discussão a ser realizada, reafirmo que a pesquisa está em desenvolvimento, em busca de resultados que evidenciem as variadas relações que são tecidas a partir das narrativas construídas, nesse caso sob um olhar estrangeiro, destacando as relações desiguais que permeavam o cotidiano desses trabalhadores e a partir dessas manifestações podemos visualizar os múltiplos protagonismos desses sujeitos, outrora deturpados ou invisibilizados.

**Lutas por direitos indígenas nas memórias de  
tuxaua Santa e MoySateré, comunidades Ponta  
Alegre e Torrado, Terra indígena Andirá-Marau  
(1960-2022)**

*Hayna Ribeiro Andrade  
João Marinho Da Rocha*

**Resumo:** O texto versa sobre protagonismos de mulheres indígenas do povo Sateré-Mawé, rio Andirá, fronteira Amazonas-Pará. É um aspecto de pesquisa de Iniciação Científica — PAIC/FAPEAM, edição (2022-2023), orientado

pelo professor João Marinho da Rocha, que se estendeu para o Trabalho de Conclusão de Curso de História. Situa-se no campo da História Social e dialoga com a metodologia da História Oral, o texto versa sobre duas entrevistas de história oral que foram realizadas com mulheres Sateré-Mawé, na qual relatam suas trajetórias e vivências. Dentre os subtemas, aborda sobre construção de identidade e de sujeitas em lutas por direitos no âmbito de suas participações nos movimentos indígenas. Inicialmente trazendo a trajetória de Moy Sateré, membro da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, mas também enfatizando suas participações em movimentos indígenas. Dessa forma, torna-se importante trazer a trajetória de Santa Castro que é e uma liderança na comunidade Torrado, localizada no território Andirá-Marau. Destacam ainda a importância das mulheres Sateré-Mawé como articuladoras em movimentos políticos indígenas e associações, como estratégias de pertencimento étnico e lutas por direitos. Contudo, é necessário romper o silêncio e desafiar esses estereótipos e apresentar as mulheres indígenas Sateré-Mawé de forma mais autêntica e empoderada, pois a imagem mulher está presente na mitologia da origem do povo Sateré-Mawé. Desse modo, percebemos que a luta empreendida pelas mulheres indígenas busca romper com algumas tradições enraizadas que excluem elas nos espaços de poder, a limitação em lugares para falar por conta própria que por muito tempo se perpetuou dentro das comunidades indignas e inviabiliza essas mulheres. É importante ressaltar que isso não significa dizer que elas busquem romper com a sua cultura tradicional, muito pelo contrário, lutam juntamente com os homens em defesa de direitos. Elas retratam a diversidade e a força das mulheres indígenas Sateré-Mawé e as estratégias que utilizaram para ganhar espaço e mostrar a importância de ouvir essas histórias de lutas, tornando suas histórias visíveis e valorizadas.

## **Memória e Narrativa Sobre o Seringal de Santa Bárbara (Rio Purus - AM): Sociabilidades e Mundos do Trabalho**

*Fabiane Queiroz de Freitas Rebelo*

**Resumo:** Nesta pesquisa busca-se analisar as memórias advindas dos moradores do Seringal de Santa Bárbara, no Estado do Amazonas, localizado próximo a Canutama, no Rio Purus, que tratam das formas de sociabilidade e mundos do trabalho, partindo da narrativa oral de Maria Auxiliadora Queiroz de Freitas, outrora moradora do Seringal de Santa Bárbara, seguindo para os outros moradores do seringal que perpassam seu relato. Para isso, considera-se o recorte cronológico de 1940-1980, levando em conta a experiência dos entrevistados da pesquisa. Porém, tem-se em consideração que para muitos dos entrevistados que perpassam essa narrativa, a experiência em Santa Bárbara se prolonga até os dias atuais, visto que a comunidade ainda continua existindo. Sendo uma pesquisa que se baseia em grande parte nas fontes orais, utilizamos as metodologias de análise e reflexão dos trabalhos de Pierre Nora, Ecléa Bosi, Michael Pollak, Alessandro Portelli e José Carlos Sebe Bom Meihy, entendendo as necessidades que o trabalho com essas fontes possui. Sabe-se que a produção do documento que nasce da colaboração entre historiador e entrevistado vai muito além de mero suporte para o que foi dito, mas parte de um trabalho intelectual de construção da memória, organização da mesma até que se torne narrativa captada, para que posteriormente esse material siga para o trabalho da transcrição desse áudio/vídeo, aprofundando muito mais as questões que não conseguem ser captadas apenas com a escrita simplista do que fora dito, visto que é também a partir da perspectiva do historiador que ela será feita e analisada, somado com aquilo que está além do que fora

falado, abarcando os silêncios, gestos, fugas e devaneios dos entrevistados, que o documento escrito muitas das vezes não consegue captar e condensar. Assim, e a partir da costura com outras fontes, podemos analisar como ocorreu a construção da narrativa sobre o seringal de Santa Bárbara, enquanto espaço de memória, as relações de trabalho nesse ambiente e contexto histórico, assim como as relações familiares e com a comunidade.

### **Memória, História oral e História: Possibilidades na visualização de trajetórias de comunidades rurais**

*Gabriel dos Santos Prata*

**Resumo:** O presente artigo é um aspecto de uma pesquisa em andamento para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso — TCC, junto ao curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins — UEA/CESP. Tem como tema: “Memórias, trajetórias e Histórias (Comunidade Simeão Ponta Alta, Rio Mamarú - Parintins)”. A ancorada no campo da História Social, dialoga com a metodologia da História Oral, a partir da qual registra as experiências e vivências de personagens de comunidades rurais. Para a produção da pesquisa fez-se um roteiro temático que norteou todo o processo, na sequência foram realizadas entrevistas com três (03) pessoas que fizeram parte da formação da comunidade Simeão Ponta Alta, com o objetivo de registrar suas experiências sobre aquele período. As entrevistas foram transcritas e textualizadas. As análises iniciais desses arquivos de memórias, dentre outras coisas, evidenciam que a formação da comunidade se deu por questões religiosas e por interesse pessoal de um indivíduo recém-chegado na localidade. Em seguida a igreja católica

institucionaliza e oficializa o local como uma comunidade segundo as formalidades daquele contexto. Nesse sentido, o presente artigo busca visualizar e compreender os papéis da memória e a importância de metodologias como a História Oral para visualizar a história social de comunidades rurais do Baixo Amazonas, tendo como base os arquivos de memória produzidos para a comunidade Simeão Ponta Alta, analisado semelhanças e diferenças nos processos de formação e institucionalização do que se convencionou chamar de comunidades na segunda metade do século XX. O estudo da memória, história oral como instrumentos de visualização das trajetórias de comunidades rurais revela-se não apenas como um exercício acadêmico, mas também como uma ferramenta vital para a preservação e valorização da identidade rural. Ao longo deste trabalho, testemunhamos a riqueza das narrativas locais, a diversidade de experiências e as transformações ao longo do tempo que moldaram essas comunidades. A visualização dessas trajetórias não só nos permite compreender o passado, mas também nos desafia a repensar o presente e a planejar o futuro de maneira mais inclusiva. Que este estudo inspire novas abordagens colaborativas e interdisciplinares, e que as trajetórias das comunidades rurais continuem a ser contadas, preservadas e celebradas por gerações futuras.

### **Memória, resistência e tolerância: O Caso do Rio dos Pretos no Parque Nacional do Jaú**

*Andréa de Souza Nascimento*

**Resumo:** O Parque Nacional do Jaú (PNJ) foi criado pelo Decreto nº 85.200, de 24/11/1980, compreende uma área 2.272.000 hectares, localizado nos municípios de Barcelos e Novo Airão, estado do Amazonas e atualmente é gerido pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio/

MMA). Nos anos seguintes à criação do PNJ e ao longo dos 44 anos de gestão, registra-se conflitos em relação à ideia de presença de população tradicional no interior da unidade de conservação de proteção integral e órgãos gestores: IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos renováveis) e ICMBio. Os termos de compromisso assinados com o ICMBio em 2019/2020 seriam a solução provisória para compatibilização do direito de permanência e conciliação dos conflitos acerca do uso de recursos até que essas populações sejam reassentadas ou deslocadas para outro território (cf. art. 39 do Dec. 4.340/2002 c/c o art. 42 a Lei 9.985/2000 (SNUC)). Registra-se uma mudança de paradigma institucional com o entendimento de que a presença de população tradicional nas unidades de conservação são fatores essenciais para proteção do território, conservação da biodiversidade, uso racional dos recursos e maiores benefícios com a permanência dos moradores no interior da reserva do que a retirada das populações tradicionais. O estudo contempla os moradores das comunidades Seringalzinho, Cachoeira, Patauá, Lázaro e a Comunidade Quilombola do Tambor (Port. nº 2.333, de 25/11/2022) e a “luta para ficar no Jaú”. Busca-se compreender as camadas de memória comum como elemento da resistência ao deslocamento compulsório imposto pelos órgãos gestores (IBDF, IBAMA e ICMBio), a relação com a natureza como meio produção e reprodução do modo de vida, o uso direto dos recursos naturais como garantidor da permanência digna no território (caça, pesca, madeira, roça, extrativismo), a memória da resistência das comunidades no interior do PNJ, a transição conciliatória e a segurança jurídica a partir da assinatura dos termos de compromisso. A metodologia está ancorada revisão bibliográfica sobre o tema, entrevistas delineadas pela história oral testemunhal dos autores envolvidos (1980-2024): população tradicional, quilombolas, servidores

públicos, ex-moradores e análise dos arquivos processuais administrativos e judiciais, a fim de se delinear narrativas, posturas institucionais diversas e a relação seres humanos e natureza na Amazônia no tempo presente.

## **Mulheres e a Pesca: narrativas de vida e trabalho**

*Everton Dorzane Vieira*

**Resumo:** Este relato de pesquisa tem como objetivo evidenciar o trabalho de mulheres pescadoras artesanais de camarão em duas comunidades rurais de várzea do município de Parintins no estado do Amazonas. O percurso metodológico deu-se por meio das análises bibliográficas sobre o trabalho na Amazônia, aproximação etnográfica em conjunto da observação participativa, resultante em fontes orais de trabalho de campo na perspectiva metodológica da história oral. Em consequente as propostas iniciais, tivemos como resultado a identificação das condições de trabalho das mulheres pescadoras de camarão, a forma como é realizada a pesca, e principalmente as marcas do corpo deixadas pelo trabalho ao longo do tempo. O município de Parintins foi criado a partir da Lei nº 146 de 15 de outubro de 1852, situado na região do Baixo Amazonas com área territorial de 5.978 Km<sup>2</sup>, com a distância aproximadamente de 325 km em linha reta e 370 km por via fluvial da capital Manaus. Seus principais rios são: Amazonas, Uaicurapá, Mamuru, Tracajá, Paraná do Limão e Paraná do Ramos. Contém 192 comunidades existentes entre rurais e urbanas. As comunidades São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera são o nosso campo de pesquisa empírica, que estão localizadas à margem esquerda do Rio Amazonas, com cerca de 7 a 10 km da cidade de Parintins, estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas. A comunidade São Sebastião da Brasília foi criada oficialmente em 28 de março

de 1968, e a comunidade de Santo Antônio do Catispera em 13 de agosto do mesmo ano, pela Igreja Católica, por meio da Comunidade Eclesial de Base (CEB), que tinha como missão, reorganizar as localidades rurais a levar ensinamentos religiosos católicos aos comunitários do interior. A pesca artesanal do camarão foi um legado deixado por uma mulher, ex-moradora da comunidade São Sebastião da Brasília, chamada Ana Gomes Lima, que iniciou a pesca aos seus quinze (15) anos de idade, natural de Parintins, com ascendência portuguesa, nasceu na comunidade da Brasília em 1945. A partir desse legado, muitas mulheres aprenderam a prática da pesca artesanal do camarão, experiências e conhecimentos adquiridos de tais ensinamentos, tanto da pesca artesanal quanto do uso das ferramentas utilizadas para a pesca artesanal; daquele período em diante, as mulheres começaram a praticar a pesca artesanal do camarão nas comunidades.

### **Seringais e seringueiras: As particularidades da presença feminina no seringal amazônico, uma história invisível das mulheres de Eirunepé**

*Yanka Monteiro*

**Resumo:** Eirunepé, município da região sudoeste do Amazonas que ocupa a posição de décimo sétimo mais populoso, possui — assim como tantos outros municípios do estado — uma grande lacuna no que se refere a sua origem e desenvolvimento, ou seja, à sua história. Pouco se sabe a respeito de seu nascimento, da formação de seus seringais, dos mundos do trabalho na região, da forma como seus moradores chegaram até lá, da cultura e dos costumes específicos que lá operam, transformando-o em um espaço tão invisibilizado quanto rico em história a ser contada. No entanto, um campo historiográfico que se faz notar ainda mais invisível no município é aquele que abarca

as particularidades da presença e do papel das mulheres nos seringais de Eirunepé, lugares que se destacam enquanto de fundamental importância no surgimento da cidade como se conhece hoje, tanto em política quanto em sociabilidade e economia. Dessa forma, buscando preencher a lacuna da História das Mulheres de Eirunepé, desenvolve-se um trabalho com base na oralidade e na pesquisa com memórias, dando as mulheres daqueles seringais a possibilidade de narrar suas próprias histórias, de expor a maneira como sua existência e a de suas antepassadas moldou e transformou a região tanto quanto a presença de qualquer homem seringalista ou seringueiro. É através de suas próprias vozes que se procura romper a barreira historiográfica de um espaço, mesmo que quase invisível, ainda tão voltado ao exclusivismo do olhar masculino. Além disso, contando a história dessas mulheres também se objetiva que o município comece a sair, ainda que em um processo lento, do extenso leque de cidades invisíveis do Amazonas. A ideia é que permitindo que essas mulheres tenham sob si o holofote da história, também surja a possibilidade de que essa luz alcance também o município como um todo, afinal se essas mulheres e suas famílias possuem raízes tão intricadamente ligadas com as da cidade de Eirunepé, compreende-se que narrar suas vidas é, também, narrar a História de Eirunepé.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 17**

### **História da Igreja na Amazônia**

**Coordenadoras:** Elisângela Maciel e Adriana Brito Barata Cabral

\*\*\*\*\*

### **“Fé e Política”: As representações sobre a prática cidadã no Informativo Paroquial *O Informatíssimo***

*Ítalo Bezerra Oliveira*

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar as representações da Igreja Católica do Santíssimo Sacramento, localizada na cidade de Santarém (PA), através do informativo paroquial *O Informatíssimo*, sobre a prática da cidadania, na esteira das mudanças proporcionadas pela Constituição de 1988 e o projeto político-social norteador pela agenda neoliberal na década de 1990 no país. Diante dos limites que essa abordagem se encontra, busca-se empreender a pesquisa tendo como mote o conceito de representações e práticas em Roger Chartier somado ao entendimento de cultura política em Serge Berstein. Perante as mudanças no cenário político nacional, das eleições municipais, dos movimentos sociais e lutas pela consolidação da recente “Carta Cidadã”, a Igreja Católica, representada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ratificou na Campanha da Fraternidade de 1996 a responsabilidade dessa instituição perante o “mundo da política”. O papel de cristão

cidadão enquanto agente das transformações é reclamado pela Igreja em contraponto a uma visão dos fiéis enquanto apartados das discussões políticas-sociais. Paralelo a isso, o periódico paroquial produzido pela Igreja do Santíssimo Sacramento, mensalmente dispõe em suas páginas, espaço para reflexões dessa natureza, direcionando o olhar dos leitores para acontecimentos que ultrapassam a esfera religiosa, propondo análises a respeito da conjuntura política, econômica e social vigente, com o objetivo de suscitar uma consciência política de “anúncio e denúncia”, bem como a manutenção da identidade cristã. Para esta abordagem, optou-se pelo recorte analítico de quatro edições do impresso (fevereiro, março, abril e setembro) do ano de 1996. As três primeiras edições objeto de investigação desse trabalho, são focalizados uma pequena série de textos sequenciais extraídos do manual da Campanha da Fraternidade daquele ano, outrossim, na edição de setembro, é inquirido o discurso do então Bispo da Diocese da cidade acerca do posicionamento político dos fiéis, um mês antes das eleições municipais em todo o país. Busca-se, deste modo, contribuir para a construção da pesquisa sobre a imprensa católica na Amazônia, bem como demonstrar a dimensão política do periódico no balizamento de um modelo ideal de cidadão cristão católico.

## **A Ministerialidade da Mulher na Arquidiocese de Manaus**

*Ednalva Maria de Melo Silva*

**Resumo:** No decorrer do pontificado do Papa Francisco, é evidenciado na sua perspectiva eclesiológica um relançar da presença da mulher na Igreja a partir de seu ministério. Ele busca dar visibilidade à presença feminina e sua participação em todas as expressões da vida eclesial. É nessa perspectiva

que a pesquisa se propõe investigar sobre: A Ministerialidade da Mulher na Arquidiocese de Manaus. Embora seja consensual que a renovação eclesial proposta no Concílio Vaticano II implicou numa nova forma de escrever a história das mulheres, seu protagonismo e o impacto de sua ação na missão da Igreja, ainda se ver nas últimas décadas, no âmbito da Igreja, uma recentralização da Igreja sobre si mesma. Diante disso, a Ministerialidade da Mulher na Igreja será problematizada na pesquisa a partir das questões: Como as mulheres estão representadas nos cargos ministeriais da Arquidiocese de Manaus em comparação com os homens? Existe uma participação equitativa ou há disparidades significativas? Em que medida as mulheres na Arquidiocese de Manaus têm voz e poder de decisão em assuntos ministeriais e eclesiásticos? Há espaços para o empoderamento das mulheres dentro da estrutura hierárquica da Igreja? Qual é a visão das mulheres da Arquidiocese de Manaus sobre seu próprio papel e participação nos ministérios da igreja? Como tem sido a evolução histórica do envolvimento das mulheres nos ministérios da Arquidiocese de Manaus? De que maneira a Ministerialidade contribui para dar visibilidade de fato às mulheres na Igreja? No início do cristianismo, as mulheres desempenharam papéis significativos na comunidade cristã primitiva. Elas foram discípulas de Jesus e desempenharam funções importantes. Ao longo da história contribuíram para a disseminação e sustentação da fé cristã em diversos contextos. No entanto, a participação e liderança das mulheres na hierarquia eclesiástica foram limitadas em grande parte da história da Igreja. Sabe-se que, a tradição teológica da Igreja Católica, sustentou por muito tempo uma visão complementar dos papéis de homens e mulheres na Igreja, com ênfase na autoridade masculina na hierarquia clerical. Isso se baseou em interpretações de Escrituras e ensinamentos tradicionais. Portanto, a presença da mulher na Igreja é um tema relevante para ser investigado porque reflete dinâmicas sociais, culturais e teológicas em constante evolução.

## **Compromisso com a Missão: das origens à reconfiguração da presença Redentorista na Igreja da Amazônia**

*João de Deus Silva do Nascimento*

**Resumo:** Hoje toda a Congregação Redentorista passa por um processo de reconfiguração, ou seja, “trata-se de um processo de conversão pessoal e comunitária de toda a Congregação a uma vida Redentorista mais evangélica que responda ao carisma”. Diante disso, a pesquisa propõe investigar o seguinte tema: Compromisso com a missão: das origens à reconfiguração da presença redentorista na Igreja da Amazônia. Falar da Missão Redentorista é manter o carisma profético e a espiritualidade missionária encarnados na realidade. Nesse sentido, busca-se responder à questão: quais são os desafios e as contribuições que impactaram a missão Redentorista na evangelização da Igreja na Amazônia? A missão Redentorista na Amazônia começa com a chegada dos missionários norte-americanos em 1943 em Manaus, assumem as missões no interior, principalmente na região do médio Solimões, mas trabalham nas capitais, como Manaus e Belém. Esses norte-americanos chegam com entusiasmo para realizar a missão, evangelizar os pobres dessa região, porém esbarraram em muitos desafios, língua, cultura e longas distâncias para atender o povo, mas não faltou coragem de realizar essa missão. Não obstante as particularidades da missão na Amazônia, a presença e a atuação dos Redentoristas nessas terras foram sempre ousadas: viagens longas, pregações dinâmicas, confissões, formação de agentes de pastorais, leigos, consagrados e ordenados. A presença da missão Redentorista no decorrer da história, contribuiu e continua a contribuir com a evangelização da Igreja na Amazônia, por isso o processo de reconfiguração é uma resposta aos desafios atuais e contribuem para a

continuidade da missão na região. O carisma Redentorista é a missão de anunciar o amor e a misericórdia de Jesus em todo o mundo: “Ide por e proclamem o Evangelho a toda criatura” (Mc 16, 15). Nessa perspectiva, é relevante tratar sobre a missão Redentorista, das origens à reconfiguração na Igreja, pois resgatar as memórias dessa é tornar presente hoje o Espírito que impulsionou Santo Afonso em fundar a Congregação: “Enviou-me para anunciar o Evangelho aos pobres” (Lc 4, 18).

### **Duas igrejas, duas missões em Urucará, Amazonas: a Igreja de Cristo e a Prelazia de Itacoatiara na segunda metade do século XX**

*César Aquino Bezerra*

**Resumo:** Esta apresentação discute a presença de duas expressões do cristianismo em Urucará, cidade da região do Baixo Amazonas, na segunda metade do século XX. A Igreja Católica, através da paróquia local de Santa Ana está estabelecida desde a criação do município em 1814, mas sua presença se fortaleceu apenas com a chegada dos missionários da Missão de Scarborough para atuar na região em 1962 e a ereção da Prelazia de Itacoatiara em 1963. Em um viés de configuração mais progressista, levando em conta o Vaticano II e a Teologia da Libertação, a missão dos padres canadenses na pequena cidade de Urucará se destaca no desenvolvimento religioso, agora com a presença de sacerdotes locais, e atuação social, como a implantação de colônias agrícolas e do Centro de Treinamento Rural de Urucará. Contudo, o progressismo da Prelazia, envolvida no CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e Comissão pastoral da Terra (CPT) desde a criação, resultou em investigações sobre o bispo progressista por parte da ditadura. Enquanto isso, a primeira igreja não-protestante, a Igreja de Cristo, foi estabelecida na cidade em 1965 por meio

de uma família missionária norte-americana, que marca as memórias dos moradores principalmente pela atuação fora do templo. Assim, a missão dos Thomas se destaca na área da saúde, mecânica e educação ao longo de suas três décadas na cidade. Seu patriarca, Clinton Thomas, também é lembrado pelas relações e tensões com as autoridades locais, que lhe renderam denúncias e investigação do governo federal. Portanto, discutimos as relações entre os missionários estrangeiros, seus lugares na cidade, sua importância para o desenvolvimento de Urucará e sua inserção na história da política brasileira no tempo do regime autoritário. Em diálogo com a produção historiográfica, para analisar e escrever esse recorte da história da Amazônia, envolvendo católicos e não católicos em Urucará, este trabalho apropria-se como fontes de entrevistas de história oral realizadas com moradores, produções eclesiais e arquivos do Serviço Nacional de Informações.

### **Igreja da Amazônia: uma compreensão da caminhada do povo de Deus na perspectiva bíblica e os documentos de Medellín, Puebla e Santarém**

*André Lincoln*

**Resumo:** O tema proposto neste Projeto de Pesquisa sobre a Igreja da Amazônia: uma compreensão da caminhada do povo de Deus na perspectiva bíblica e os documentos de Medellín, Puebla e Santarém. É relevante e atual devido a região Amazônica ser mais do que uma paisagem exuberante, é um lugar de pessoas, cujo a experiência de vida diz muito a respeito de como se vive a Amazônia. Atualmente não refletimos mais a Igreja na Amazônia somente a partir de uma questão social abarcando fauna e flora, mas que abrange toda a sua totalidade, principalmente no que diz respeito a compreender a caminhada

da Igreja na Amazônia, partindo da perspectiva bíblica e de como podemos compreender a região Amazônica brasileira, trazendo a reflexão também, os documentos das Conferências, de Medellín e Puebla e o resultado do encontro de Santarém. A partir disso, traremos à tona pilares que movimentam a Igreja nessa região, sendo a sua própria realidade, a Palavra de Deus que permeia a vivência da fé desse povo e as relações que desencadearam a partir das Conferências de Medellín e Puebla, acrescentando-se a esta reflexão, o documento de Santarém e assim, olhar para a vida da Igreja do norte do Brasil é refletir sobre uma caminhada de fé interligada com a realidade que abrange toda esta região, que é pluricultural. Refutar e pôr em reflexão essa parte da Igreja é primeiramente compreender a sua perspectiva de fé, tomando por base a maneira de como se faz Igreja e assim, podemos até assemelhar a maneira de como Jesus pregava. Observando a realização de Igreja nessa região, pretende-se aprofundar, na raiz, como fora construída, que muito se diferencia com a Igreja das outras regiões do Brasil e quiçá com o resto do mundo, pois condiz muito com a identidade própria do povo que nela vive; os documentos que trazemos à reflexão também assistem a vivência da fé desse povo e de sua luta, que não passa despercebida, pois travam dificuldades cotidianamente, entrelaçando assim a sua vida com a vida eclesial. A intenção deste trabalho é trazer a importância da caminhada do povo de Deus a partir do que foi gerado nos documentos de Medellín, Puebla e Santarém e como emerge a vida desse povo a partir de sua relação com a vivência da Palavra de Deus.

## **IX Congresso Eucarístico nacional: os frutos teológicos, sociais e espirituais na vida dos fiéis da Igreja de Manaus (1975)**

*Sueli Silva de Moraes*

**Resumo:** Em um mundo cada vez mais secularizado e materialista, os Congressos Eucarísticos podem desempenhar um papel crucial na renovação espiritual dos fiéis, oferecendo oportunidades de reflexão, oração e encontro com Deus. A Igreja se reúne para refletir e celebrar sobre a teologia que envolve a sua estrutura, assim como, abre reflexão para as questões sociais e principalmente da caminhada espiritual que os fiéis estão dispostos a caminharem. Nesse sentido, a pesquisa se propõe investigar sobre: IX Congresso Eucarístico Nacional: os frutos teológicos, sociais e espirituais na vida dos fiéis da Igreja de Manaus realizado no ano de 1975. A temática proposta envolve explorar diferentes perspectivas e questões que possam gerar reflexões críticas e análises profundas a partir da seguinte questão: Como os Congressos Eucarísticos Nacionais surgiram ao longo do tempo? Como essa evolução histórica afeta sua relevância e significado nos dias de hoje? De que maneira os Congressos Eucarísticos contribuem para a compreensão teológica dos fiéis sobre a Eucaristia e sua importância na Igreja de Manaus? Os Congressos Eucarísticos influenciam positivamente na vida das comunidades de fé, fortalecendo o compromisso social e ao mesmo tempo, promovendo a saída do isolamento para emergir no cenário nacional e mundial com a mensagem de esperança: “integração é libertação”, sem contar a experiência de fé construída dentro de um arcabouço que lhe correlaciona com a Igreja e com toda a experiência que Jesus se dispõe em seus ensinamentos. Todo Congresso Eucarístico reafirma a certeza de que Deus está no meio do seu povo e essa presença é confirmada na relação com o outro, na comunidade!

É um tempo que converge todas as pessoas que professam a fé católica na realidade da Santíssima Eucaristia, e que desejam dar um testemunho público de sua fé, anunciando a morte e proclamamos a ressurreição do Senhor Jesus. Dentre outros aspectos, os Congressos Eucarísticos têm a preocupação de irradiar para a Igreja e a sociedade os frutos da Eucaristia na ação social.

### **O Quarto Cavaleiro do Apocalipse cavalga sobre o Estado do Amazonas: A covid-19 na capital amazonense e a atuação da Arquidiocese de Manaus no combate a pandemia nos anos de 2020 e 2021**

*Gabriel Nunes*

**Resumo:** A proposta deste projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a pandemia da covid-19 na capital do estado do Amazonas e quais foram as ações empreendidas pela Arquidiocese de Manaus no enfrentamento dessa crise sanitária. Desse modo, essa pesquisa tem como recorte temporal os anos de 2020 e 2021, que correspondem às duas ondas da covid-19 no estado Amazonas. O trabalho busca, primeiramente, realizar um levantamento das produções bibliográficas que foram produzidas em torno da temática da pandemia do coronavírus, sejam elas do campo da sociologia, da geografia, da economia e da historiografia. Assim, a pesquisa também visa verificar os trabalhos produzidos referentes à atuação da Igreja Católica na época da crise da covid-19, no sentido de compreender quais foram as ações realizadas pela Igreja Católica em âmbito nacional. Dessa forma, a metodologia desta pesquisa tem a pretensão de problematizar o diálogo entre os domínios da História da Igreja e o da História da Saúde dentro da dimensão da História Social. As fontes que serão

utilizadas são constituídas de documentações impressas e de documentos que podem ser encontrados em arquivos virtuais e, no que se refere a abordagem com relação ao campo de observação, este projeto utilizará a História do tempo presente com o propósito de analisar os acontecimentos recentes da crise da pandemia a nível propriamente histórico. Nesse sentido, o intuito desta pesquisa é a de preencher uma lacuna no que diz respeito a história recente da cidade de Manaus, investigando as atividades da Igreja Católica por meio das autoridades eclesiais, dos leigos e das pastorais, ou seja, através da mobilização de todos os setores da Arquidiocese de Manaus que se envolveram no combate à pandemia da covid-19. Dessa forma, este estudo partirá da seguinte hipótese: a Igreja Católica de Manaus contribuiu para os quadros de melhoramento durante a situação de crise sanitária na época da pandemia. Isso significa que, além dos setores do âmbito da saúde e da esfera do poder público, o campo eclesial católico também agiu e colaborou no enfrentamento da pandemia na cidade de Manaus.

### **Seminário São José: A trajetória histórica e as relações sociais e culturais no Amazonas**

*Leonardo Morais da Silva*

**Resumo:** Esta pesquisa se propõe a investigar o Seminário São José, sua trajetória histórica e as relações sociais e culturais no Amazonas, desde sua abertura até os dias atuais, analisando os motivos que levaram ao seu fechamento em determinados momentos e os processos que culminaram em sua reabertura. A investigação se concentra em levantar informações detalhadas sobre a fundação do Seminário São José, seu papel na formação religiosa e educacional na região, e sua significativa contribuição na formação do clero e na vida religiosa no

Amazonas. A pesquisa se propõe a abordar os motivos específicos que resultaram no fechamento do seminário em diferentes épocas. Além disso, é fundamental analisar os processos e circunstâncias que permitiram e resultaram na reabertura do seminário após esses períodos de interrupção. A escolha deste tema se justifica tanto pela importância histórica do Seminário São José quanto pela necessidade de compreender seu impacto duradouro no contexto eclesial da região amazônica e os desdobramentos da Igreja Católica em resposta a essas mudanças. Dessa forma, a pesquisa se propõe a problematizar questões centrais, tais como: Qual foi o contexto histórico e os motivos que levaram à abertura do Seminário São José de Manaus? Por que o Seminário foi fechado em determinados momentos de sua história? Quais foram os processos que culminaram na reabertura do Seminário após esses períodos de fechamento? Ao abordar essas questões, o estudo pretende oferecer uma visão detalhada e contextualizada da evolução do Seminário São José, destacando sua importância não apenas como instituição educativa e formadora de clero, mas também como um agente significativo no desenvolvimento social e cultural da região amazônica. Por meio de uma análise aprofundada e abrangente, esta pesquisa busca contribuir para o entendimento das transformações e continuidades no cenário religioso do Amazonas, bem como dos desafios e adaptações enfrentados pela Igreja Católica ao longo do tempo.

### **Teologia do Laicato: A importância do leigo na dinâmica e vida da Igreja sob a perspectiva do Concílio Vaticano II nos dias atuais na cidade de Manaus**

*Kleber Oliveira Cunha*

**Resumo:** Por muitos séculos, o funcionamento e o conhecimento da Igreja foram quase exclusivamente controlados pelos

sacerdotes, relegando os leigos a um papel secundário sem acesso ao vasto conhecimento eclesiástico. Esse cenário começou a mudar quando leigos insatisfeitos começaram a questionar sua posição na Igreja, movimento amplificado por Martinho Lutero, um padre descontente que, ao redigir suas 95 teses, deu voz a essas inquietações e iniciou a conhecida Reforma Protestante. A resposta da Igreja veio com o Concílio de Trento, que buscava combater as ideias protestantes e frear sua expansão, embora isso tenha se mostrado insuficiente, e o protagonismo dos leigos permaneceu inalterado por mais 500 anos. A mudança significativa ocorreu quando o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, que, atendendo às reivindicações de movimentos leigos já existentes, reconheceu e incentivou a participação ativa dos leigos na vida eclesial. Esses movimentos, que já organizavam congressos e seminários para demonstrar a importância dos leigos, destacavam que esses muitas vezes chegavam a lugares inacessíveis aos sacerdotes. Após o Concílio Vaticano II, os leigos começaram a se organizar de forma mais estruturada e a assumir papéis de liderança em diversos eventos eclesiais, algo impensável antes. Atualmente, os leigos são essenciais para o funcionamento das paróquias e áreas missionárias, organizando e cuidando de atividades fundamentais para a comunidade. É importante salientar a presença de muitas comunidades de vida, muitas delas fundadas por leigos e que muito contribuem na vida da igreja local. Na Arquidiocese de Manaus, é crucial investigar se os leigos têm consciência de sua importância e capacidade de influenciar a Igreja. Compreender o contexto sócio-político-eclesial que molda o pensamento dos leigos locais é essencial para entender seu impacto na vida da Igreja. Dessa forma, podemos apreciar a evolução dos leigos de meros espectadores para protagonistas ativos na comunidade eclesial, reconhecendo como seu papel crucial tem sido transformador para a Igreja local.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 18**  
**O Ensino de História Decolonial em tempos de**  
**negacionismo científico e Educação Neoliberal:**  
**teoria, metodologia e práxis libertárias**

**Coordenadores:** Alexandre da Silva Santos e Eduardo Gomes da Silva Filho

Não houve inscrições o suficiente e as comunicações foram remanejadas para o ST 11

\*\*\*\*\*

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 19**  
**Na LABUHTA: História e Cultura Política no**  
**Brasil Republicano**

**Coordenadores:** Amaury Oliveira Pio Junior e Davi Monteiro Abreu

Não houve inscrições o suficiente e as comunicações foram remanejadas para o ST 06

\*\*\*\*\*

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 20**

### **Fontes judiciais: caminhos trilhados, possibilidades temáticas e diálogos interdisciplinares necessários**

**Coordenadoras:** Wanderlene de Freitas Souza Barros e Francisca Deusa Sena da Costa

\*\*\*\*\*

### **A Implantação da Justiça do Trabalho em Santarém e a Cidadania Operária na Região do Tapajós**

*Daniela Rebelo Monte Tristan*

**Resumo:** O texto discute a experiência dos trabalhadores têxteis de Santarém (região do Baixo Amazonas, estado do Pará), a imensa maioria empregados por uma única fábrica instalada na cidade: a Tecejuta, que começou a funcionar em 1965 e fechou as portas em 1990, chegando a empregar, nos períodos de maior produção, entre 700 e 1.200 trabalhadores. O trabalho centrou-se nos processos trabalhistas instaurados na Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém. Nesta comunicação, discutimos o lugar da Junta nas relações sociais e na configuração da esfera da cidadania na região. Discutimos também o significado da conciliação, do ponto de vista dos trabalhadores. O texto discute a experiência dos trabalhadores têxteis de Santarém (região do Baixo Amazonas, estado do

Pará), a imensa maioria empregados por uma única fábrica instalada na cidade: a Tecejuta, que começou a funcionar em 1965 e fechou as portas em 1990, chegando a empregar, nos períodos de maior produção, entre 700 e 1.200 trabalhadores.

## **As portas da Justiça: História e criminalidade no Amazonas, uma questão moral (1969-1979)**

*Marcos Juliano Pereira Conceição*

**Resumo:** A comunicação que me proponho a fazer é fruto de um trabalho de PIBIC ainda em andamento. Venho trazer o processo de pesquisa que estou realizando, bem como os resultados parciais até o momento. A fim de atingir seus objetivos, o trabalho irá se utilizar de fontes presentes no Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) em um recorte de 1968-1979. A partir de uma pesquisa em seu arquivo, analisar qual se encaixa mais no perfil dos objetivos da pesquisa e os separar para fazer uma análise qualitativa de seus processos. O tratamento a esses documentos será procurar entender o contexto social que se deram esses processos, que discursos eram utilizados para efetuar as prisões, qual a visão dos réus sobre os ocorridos e, principalmente, como a justiça julgava esses casos, tanto no processo em si quanto na visão do juiz. Essa fonte ainda é fundamental para estudarmos a sociedade, pois ali percebemos os diferentes discursos, padrões de comportamento, noções sociais de certo e errado, enfim, expressões e práticas sociais que apontam para escolhas de determinados segmentos sociais sobre os diferentes modos de viver e punir. Vale destacar que até o momento foram investigadas 70-75 caixas com documentação e foram selecionadas 8 fontes consideradas adequadas para avaliar. Como base teórica, apoio-me em autores que já trabalharam com a temática sobre a lei, justiça e história.

## **Discurso, poder e política: a construção da Justiça do Trabalho na Amazônia estado-novista (1937-1945)**

*Isabel Cristina Saboia Varão*

**Resumo:** Esta comunicação pretende propor algumas reflexões sobre o processo de construção da Justiça do Trabalho como projeto político e econômico de Getúlio Vargas, cujos contornos discursivos e, eventualmente, legislativos ganharam força durante o governo provisório (1930-1934) e governo constitucional (1934-1937) e sua forma prática e material sobretudo no Estado Novo (1937-1945). Observamos que nesse contexto que atravessou toda a década de 1930, essencialmente, a legislação trabalhista, previdenciária e sindical ganhou seus contornos. Aqui nos referimos, evidentemente, a um conjunto de medidas legais que tinham como escopo a intervenção do Estado e o conseqüente controle dos trabalhadores, que ganham destaque inicialmente a implementação do modelo sindical que teve suas diretrizes pautadas em uma estrutura que visava o vínculo direto ao sindicato como meio de alcances dos direitos trabalhistas. Outra medida foi a criação da Carteira de Trabalho, em 1932, que foi usada estrategicamente para o domínio da quantidade e controle dos trabalhadores que recorriam à legislação trabalhista. Em última escala, tem-se também o conjunto de medidas previdenciárias que previam benefícios e aposentadorias para um conjunto variado de categorias profissionais. Tais medidas legais foram estabelecidas para o grupo de trabalhadores urbanos, nessa conjuntura os trabalhadores rurais, domésticos e autônomos não obtiveram garantias. Não obstante, nos projetos ambiciosos do então presidente Getúlio Vargas, a Justiça do Trabalho atuou como carro chefe para suas intenções intervencionistas sob a classe trabalho. Essa instituição inaugurada em 1º de

maio de 1941, presente em 8 (oito) estados da federação, os quais um desses foi o Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região atuando na Região Norte do país. Com isso, buscamos refletir como a política estadonovista, que visava um estado forte, corporativista e intervencionista, atuou por meio dessa instituição na Amazônia e, na contramão, como os trabalhadores se apropriaram desses espaços recriando novas formas de reivindicação e lutas.

### **Dissídios coletivos e acordos na justiça trabalhista: a experiência dos trabalhadores manauaras nos tribunais na década de 1980**

*Vanessa Cristina da Silva Sampaio*

**Resumo:** Nas últimas décadas observamos uma reformulação dos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores, especialmente no que tange a compreensão da originalidade da legislação nacional do trabalho e do poder de luta e negociação dos trabalhadores brasileiros. Esse é um esforço que não vem crescendo somente no campo de estudos sobre trabalho e trabalhadores. A lei, a norma, tem ganhado destaque nas análises. Os pesquisadores começaram a perceber a necessidade de se refletir sobre o papel desempenhado pela lei e pelo direito no exercício de formas de exploração e na resistência perante elas e, conseqüentemente, na cultura política construída no interior desta relação. A Justiça do Trabalho, embora ainda possa ser considerada alvo de poucos estudos nas áreas de história e ciências sociais, conheceu, a partir da década de 1990 e principalmente na década de 2000, estudos (ainda esparsos) que privilegiam as experiências dos trabalhadores dentro do espaço judicial, permitindo encontrar ali aspectos de definição e redefinição das próprias relações sociais. Afirma-se com frequência que essa instituição foi criada com

o intuito de arrefecer os conflitos entre empregados e patrões, respondendo a um modelo corporativista, inspirado nos moldes italianos, em que a intervenção estatal se colocava como necessária, desinteressada em relação a grupos e defensora do “bem comum”. Portanto, a despeito dos reais motivos que envolveram a sua criação, a Justiça do Trabalho foi utilizada pelos trabalhadores para reivindicarem direitos e afirmarem sua presença, beneficiando-se das regras democráticas pós Estado Novo. Desta forma, este trabalho visa acompanhar o crescimento das reclamações trabalhistas em Manaus na década de 1980, do período de 1982-1989, analisando um total de 121 processos de dissídios coletivos, de diversas categorias de trabalhadores, incluindo os metalúrgicos, para mapear o curso das principais reivindicações dos trabalhadores, a procedência ou a parcialidade delas, quais categorias mais recorreram à justiça trabalhista, quais processos foram provenientes de movimentos paretistas, levando em consideração as questões de ilegalidade ou não e o principal: quais ganhos ou não, os trabalhadores obtiveram ao postular suas demandas à apreciação e julgamento nos tribunais.

### **Entre Reclamações e Conciliações: Experiências de Trabalhadores e Justiça do Trabalho do Amazonas**

*Ana Caroline Albuquerque Soares*

**Resumo:** As reflexões apresentadas dão conta de relações trabalhistas e experiências de trabalhadores em busca de direitos na Justiça do Trabalho em Itacoatiara, município do interior do Amazonas. No intuito de acessar e entender os conflitos, lutas e contradições inerentes a reclamações trabalhistas, propõe-se analisar uma série de ações judiciais movidas por homens e mulheres na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara (JCJ - ITA), no período de 1979 a

1980. A problematização desses processos trabalhistas evidencia a luta por direitos, a inserção de trabalhadores em espaços formais da Justiça, bem como a articulação de resistências sociais, em período ditatorial (1964-1985) marcado por agitações e repressões. Assim como em outras esferas sociais, na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara há um jogo de pressões e interesses (patrões x trabalhadores) e “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (Thompson, 1987, p. 190). Esse jogo não ameaça apenas as relações de trabalho, mas também modos de vida, a apropriação da terra, experiências cotidianas e sociais. Ao produzir a presente narrativa pensou-se na possibilidade de amplificar as vozes de luta e resistência tão presentes na Amazônia, ponderou-se também a importância de adotar processos judiciais como fonte de pesquisa e ampliar nossos horizontes interpretativos sobre as experiências de homens e mulheres em busca de direitos. Elegeu-se (re)valorizar as vozes dos próprios agentes envolvidos, sem apontar respostas definidoras a respeito das reclamações trabalhistas registradas na Junta de Itacoatiara. Essas vozes contam acontecimentos, situações, condições causadas ou sofridas pelos trabalhadores. São vozes autoexpressivas que simultaneamente revelam insatisfações pessoais e/ou coletivas, falas estridentes construídas no ressoar da ditadura civil-militar, nas lutas e resistências vividas. São experiências insurgentes e contra-hegemônicas, de resistência, que aspiram dignidade, igualdade e direitos.

### **Negociação e Conflito: As disputas na Justiça Comum entre trabalhadores, patrões e os agentes públicos do Estado Novo no Amazonas**

*Pedro Marcos Mansour Andes*

**Resumo:** Nesta comunicação serão analisados os conflitos entre trabalhadores, patrões e os agentes do Estado Novo

no Amazonas que foram resolvidos na justiça comum. Essas querelas envolvem abandono de emprego, agressões físicas, furtos, entre outros. Dentro da tese, proponho pensar que em alguns espaços do estado Vargas os trabalhadores e as trabalhadoras buscaram o atendimento de suas demandas e os conflitos entre eles e o patronato e poder público foram inevitáveis. Sendo assim, o espaço do poder judiciário foi um dos mais recorrentes, principalmente o Tribunal de Apelação do Amazonas e o como vimos no capítulo anterior, o Tribunal de Segurança Nacional. Dentro desse contexto, a explicação histórica a respeito das ações do poder judiciário em regimes ditatoriais em que a repressão política, que é uma das práticas corriqueiras, deve procurar evitar as visões simplistas. Conforme o pesquisador Luís Rosenfield (2020), desde o movimento de 1930, havia crescente tensão na relação do presidente Vargas e a elite judiciária do Supremo Tribunal Federal. Tradicionalmente, a Corte Suprema brasileira sempre foi o lugar natural para pacificar questões espinhosas da República. A partir do movimento e suas mutações entre 1930 e 1945, o Supremo Tribunal restou sujeito a diferentes influxos e foi redimensionado com vigor através do golpe de Estado de 1937. A partir de 10 de novembro de 1937, com eclosão da ditadura estadonovista, a estrutura do poder judiciário no Brasil sofreu algumas alterações para atender os objetivos do estado de exceção que o país agora vivenciava. Durante a pesquisa no acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas, procurei focar nos processos que foram abertos contra trabalhadores por seus patrões e, obviamente, processos que foram abertos por trabalhadores contra os seus empregadores. Entretanto, só foram encontrados processos abertos pelos patrões contra seus empregados. Sendo assim, foram encontrados 7 processos abertos contra trabalhadores nos anos de 1936, 1938, 1939, 1940 e 1943. Os motivos que levaram a abertura desses processos foram: agressões contra o patrão, agressão contra outro

funcionário, crime contra a economia popular (adulteração de leite com água) e roubo. O objetivo central desta comunicação é identificar e analisar os conflitos entre trabalhadores e seus patrões que foram julgados pelo poder judiciário do Amazonas, buscando destacar os motivos que levaram os mesmos para os tribunais, identificando as decisões finais dos Tribunais.

## **O Acervo do Tribunal de Justiça e as inúmeras possibilidades sob o olhar do historiador**

*Wanderlene de Freitas Souza Barros*

**Resumo:** Nas últimas décadas alguns pesquisadores, debruçados sobre novas perspectivas, vêm acessando cada vez mais o arquivo Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas — TJAM. Na Universidade Federal do Amazonas — UFAM — destacamos um grupo significativo de historiadores que vêm trilhando caminhos de pesquisas inovadoras, de forma interdisciplinar, aproximando a História e o Direito. A possibilidade de aproximação desses dois campos do conhecimento já é apresentada de forma referencial na clássica obra de Thompson, *Senhores e caçadores* (Thompson, 1997), em que as diversas relações se espraiam a partir de um código sanguíneo. De acordo com o resultado das pesquisas, podemos assim inferir que o acervo do “Arquivo Central Júlia Mourão de Brito”, do Tribunal de Justiça do Amazonas, apresenta uma massa documental riquíssima, com inúmeras possibilidades temáticas, que tem atraído cada vez mais pesquisadores. A memória é um bem público que tem como premissa sua construção e reconstrução para um melhor entendimento das dinâmicas ocorridas em um tempo nas diversas sociedades, e nada mais verossímil que a documentação escrita dos processos — partindo de relatos orais. Os documentos judiciais nos trazem possibilidades de

compreensão de uma época, de um contexto social, político, econômico, de trabalho e de atores que compunham aquele momento e suas práticas. Dentro da perspectiva do documento judicial como fonte encontramos: processos civis e criminais; certidões de Casamento; habeas corpus; inquéritos; inventários, entre outros. Tais documentos vêm revelar falas de atores sociais, que por muito tempo foram abafadas pelas versões oficiais dos grandes feitos e “heróis”; isso porque a justiça é um campo de disputa e de interesses diversos. Não obstante, não nos interessa descartar os documentos oficiais, visto que, podem nos conduzir a muitas constatações. Minha imersão investigativa sobre as fontes foi em busca de elementos que trouxessem à pauta os trabalhadores urbanos de Manaus; processos criminais e agravos de petição. O período delimitado circula entre as décadas de 1930-1940, momento em que as reclamatórias e divergências do trabalho se dirigiam no espaço da Justiça comum. Dessa forma, o objetivo da comunicação é reforçar essa possibilidade para os mundos do trabalho, no que Ângela de Castro afirma ser “o período embrionário” (Gomes, 2007) da Justiça do Trabalho e assim destacar trabalhadores em busca de direitos e garantias.

## **O Historiador na operacionalização do Arquivo Judiciário**

*Juarez Silva Jr.*

**Resumo:** O Poder Judiciário tem como missão e objetivo basicamente dirimir os conflitos na sociedade, materializar a aplicação das leis por meio do julgamento de casos concretos e providências pré e pós processuais, como por exemplo gerir as execuções penais e cíveis, além de medidas protetivas e cautelares, além da interpretação e controle constitucional. Sendo assim, é nos arquivos judiciários que acabam por

desaguar todo tipo de questões sociais ao longo do tempo, sendo “celeiros naturais” de fontes primárias privilegiadas para N tipos de pesquisa. São nesses espaços com equipes de gestão e operacionalização multidisciplinares que se destacam os arquivistas na organização, preservação e gestão da massa documental, e os historiadores no conhecimento do conteúdo, avaliação histórica para preservação ou eliminação, apoio aos pesquisadores e especialmente na difusão. O artigo, portanto, visa dar um panorama geral da atuação dos historiadores nos Arquivos Judiciários. Este conteúdo foi originalmente elaborado por mim no contexto do esforço pandêmico, diante da implantação das medidas preventivas adotadas em 2020 por diversos órgãos na prevenção da propagação da covid-19. O objetivo era uma capacitação básica sobre conceitos arquivísticos e atividades de pesquisa e operacionalização histórica em arquivo, sendo um curso oferecido de forma online para público interno e externo do TJAM. De forma sintética, com algumas adaptações e atualizações, o apresentamos em forma de artigo.

## **Os processos de ação de alimentos como objeto de pesquisa**

*Jordana Coutinho Caliri*

**Resumo:** No contexto de ampliação das fontes históricas ocorrida a partir das últimas décadas do século XX, é importante destacar as fontes judiciais como documentos de grande relevância para a escrita da História. Dentre as diversas fontes jurídicas, advindas dos arquivos judiciários, interessamos, para este trabalho, os processos de ação de alimentos, que a partir do ano de 1968, tiveram a sua fundamentação embasada através da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968. Consideramos esses documentos como fontes de grande relevância para a

percepção de diversos aspectos da vida familiar das mulheres ao longo da História, e, além disso, fundamentais para perceber os desafios enfrentados por mulheres no exercício da maternidade. A partir da análise de processos de pensão de alimentos, oriundos da Vara de Família e da Vara de Infância e Juventude, do Tribunal de Justiça do Amazonas, requeridos por mulheres durante o período compreendido entre 1970 a 1990, na cidade de Manaus, nossa pesquisa se debruça sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres trabalhadoras que encontraram na justiça um importante aparato para garantir os seus direitos. Diversos elementos e narrativas foram caracterizados a partir desta análise. Aspectos importantes da vida dessas mulheres puderam ser percebidos a partir da análise qualitativa desses processos, sendo estes: as relações familiares estabelecidas ao longo da vida, a relação conflituosa com os companheiros, as trajetórias de vida, as relações trabalhistas e as dificuldades encontradas para cuidar dos filhos. Além disso, também apreendemos as estratégias utilizadas pelos homens para não cumprir com as suas obrigações financeiras. Foram diversas nuances evidenciadas através dessas fontes, constituindo-se, dessa forma, como um amplo e rico material para a análise historiográfica. Interessa-nos, em nosso estudo, perceber quem eram essas mulheres trabalhadoras que estavam lutando por seus direitos na justiça e em que medida essa instituição atendia às suas demandas.

### **Processo judicial trabalhista: ações de preservação e memória no CEMEJ11**

*Francisca Deusa Sena da Costa*

**Resumo:** O Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região - CEMEJ11 possui um acervo permanente pequeno — cerca de 60 mil processos judiciais trabalhistas — e é composto

por duas unidades de arquivo (temporário e permanente) e um museu, atuando em duas grandes linhas de ação: difusão cultural e educação patrimonial. Suas ações de estímulo à pesquisa acadêmica têm apresentado bons resultados em relação ao crescimento do uso do processo judicial trabalhista como fonte histórica e sua valorização enquanto patrimônio documental, revelando-se relevante para desnudar as realidades dos diferentes mundos do trabalho amazonense e roraimense e a trajetória institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. O objetivo da presente proposta de comunicação no ST Fontes judiciais, caminhos trilhados, possibilidades temáticas e diálogos interdisciplinares necessários é expor sobre a trajetória do CEMEJ11 e a importância de preservação do processo judicial trabalhista enquanto patrimônio documental. O CEMEJ11 foi idealizado em 2006, criado em 2008 e instalado em 2010, em meio a um contexto histórico efervescente no Poder Judiciário Brasileiro no que diz respeito a dois aspectos: a) a urgente necessidade de adequar a praxe dos arquivos judiciais — até então habituados a eliminar 80% de sua massa documental utilizando-se o critério jurídico (autos findos arquivados há mais de 5 anos) em detrimento aos critérios da Arquivologia — aos novos ditames da chamada Constituição Cidadã, que exigiam um tratamento especializado da questão a fim de cumprir o direito de acesso a informações produzidas pelo poder público; b) o dever de transparência e o crescente empoderamento das ações e mecanismos de controle externo das instituições públicas por parte não só dos órgãos competentes (TCU, Ministérios Públicos e os Conselhos Superiores do Poder Judiciário, no presente caso) mas também da sociedade civil, acabaram por pautar novas exigências na produção de informação sobre entes públicos que dessem conta de sua relevância para a coletividade. Trazer informações e promover reflexões sobre essa história colabora para entender

os movimentos de preservação do patrimônio documental da Justiça do Trabalho amazonense no século XXI.

## **Processos Judiciais Trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Parintins-AM: desafios e potencialidades**

*Mariza da Silva Freitas*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo compartilhar os desafios que me deparei ao iniciar minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em História — PPGH na Universidade Federal do Amazonas — UFAM e apresentar as potencialidades da pesquisa em processos judiciais trabalhistas no Amazonas. Nesse sentido, busco partilhar minha experiência ao pesquisar o acervo da Junta de Conciliação e Julgamento de Parintins e arquivo permanente do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11<sup>a</sup> Região (CEMEJ11), corroborando para o debate sobre a importância dessas fontes, incitando reflexões sobre as políticas de preservação documental e acesso a esses arquivos, para investigações de temas que envolvem os Mundos do Trabalho da Amazônia. Chalhoub e Fontes (2012, p. 24) explicitam o empenho de advogados, juízes, arquivistas e historiadores de diferentes regiões “em criar centros de documentação para coletar, preservar e disponibilizar os processos trabalhistas a pesquisadores, trabalhadores e público em geral”, nessa linha discuto as políticas voltadas para a salvaguarda da documentação dos arquivos da Justiça do Trabalho no Brasil e no Amazonas nos últimos tempos, para solucionar o problema do crescente volume de processos, acumulados em salas (até banheiros) das Juntas de Conciliação e Julgamento pelo país, o que induziu a Justiça do Trabalho de várias regiões, a criarem memoriais com o intuito de preservar sua história e os processos guardados em

seus acervos e demais documentos, bem como disponibilizá-los para futuras pesquisas. Problematizo os obstáculos para um melhor funcionamento e organização do arquivo permanente do Centro de Memória da Justiça do Trabalho, a necessidade de ampliar o quadro de profissionais especializados, aquisição de equipamentos e toda sorte de recursos humanos e materiais adequados à guarda e preservação documental e sua disponibilização. Esse processo tem se mostrado lento e demanda recursos que se tornam cada vez mais escassos com os constantes cortes. O interesse em pesquisar os processos judiciais trabalhista ainda é recente no Amazonas, mesmo com o grande potencial dessas fontes, pesquisadores como Silva (2021, 2023), Varão (2022) e Tomelin e Peixoto (2017, 2019) tem buscado as possibilidades dessa fonte para a história dos trabalhadores e de outros aspectos da Amazônia.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 21**

### **Amazônia Colonial: novas perspectivas e abordagens históricas**

**Coordenadores:** Gisele da Silva Rezk, Samuel Luzeiro e Lucena de Medeiros

\*\*\*\*\*

### **Além da fé: estratégias de ascensão social de religiosos na Amazônia colonial**

*Thiago Gomes Bezerra*

**Resumo:** A Amazônia colonial representou um desafio singular do ponto de vista administrativo para o império colonial português, não apenas pela vastidão territorial mas também pela necessidade de estabelecer um controle efetivo da região. Essa questão passava pelo caminho inevitável de definir práticas econômicas a serem implementadas, considerando as potencialidades locais do território, das instituições e seus agentes atuantes no projeto colonizador. Este trabalho tem como objetivo analisar a diversidade das atividades praticadas por religiosos no estado do Grão-Pará na primeira metade do século XVIII, a partir de fontes provenientes do Conselho Ultramarino e do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. A partir dessas fontes, podemos identificar que o exercício da fé praticado pelos padres coexistiu com atividades econômicas

comuns aos colonos não ligados à Igreja Católica. A obtenção de terras, uso da mão de obra indígena, investimento em lavouras de cacau, café e cana-de-açúcar inseriram tais personagens na esfera dos negócios coloniais. Isso abriu caminho para a construção de patrimônios pessoais, situou esses agentes em um delicado campo de interesses coloniais, suscetível a críticas e conflitos. A variedade das esferas de poder pelas quais os religiosos estiveram ligados, seja no âmbito da administração e negócios ou no que refere às práticas religiosas, contribuiu para a construção de suas reputações. A projeção social decorrente de tais relações foi fundamental para que alguns desses indivíduos pudessem alcançar cargos mais elevados na hierarquia colonial, como o de comissário do Santo Ofício. Podemos considerar que a atuação dos padres no exercício da fé em nada os impediu de atuar como homens de negócios na colônia. Além disso, tais estratégias de obtenção de posses tiveram peso significativo no caso daqueles que se propuseram a ingressar na carreira inquisitorial, para o cargo de comissário. Assim, no movimento pendular das ações “divinas” e “terrenas” — voltadas para a fé e para os negócios —, é que a complexidade da atuação dos padres se articulou na Amazônia colonial.

### **As Juntas no Estado do Grão-Pará e Maranhão: Extraordinárias e de justiças**

*Stephanie Lopes do Vale*

**Resumo:** O monarca era a cabeça do reino, a centralidade da monarquia pluricontinental portuguesa, império que se expandia por vastos domínios. O rei era representado pelos seus funcionários, agentes que portavam cartas régias e nomeações dentro do âmbito do poder do rei: a Fazenda, a Milícia e a Justiça, nessa última estava a matéria elementar do papel régio. Equilibrar as partes era a função do rei e os

seus agentes eram os olhos e ouvidos do rei nos seus vastos domínios, bacharéis nomeados na administração portuguesa que tinham o papel de reconciliar as partes querelantes nessa sociedade de Antigo Regime, uma comunidade naturalmente desigual e com privilégios que deveriam ser respeitados pela Coroa. Nesses territórios, os bacharéis do rei eram agentes da colonização investidos da função da majestade de “fazer justiça”, lidavam com as práticas locais e com as distintas qualidades dos homens das terras. Os magistrados do rei negociavam os usos da terra, de modo a assegurar a presença da Coroa e a continuidade do mando régio nas comarcas e vilas, assim, os bacharéis (ouvidores gerais, intendentess da agricultura, manufatura e comércio e os juizes de fora do Pará) deveriam se adaptar às circunstâncias locais e atuando com maleabilidade para executar as ordens régias e as Ordenações Filipinas sem ocasionarem revoltas e injustiças. A instalação e a execução das Juntas de Justiça passaram a ser parte das atividades dos magistrados, atuando em tais mesas, os bacharéis debatiam e recebiam petições e recursos estabelecendo um novo patamar de apelação às decisões da Ouvidoria Geral. Também a Junta Extraordinária passou a reunir as maiores autoridades da colônia, os três magistrados do rei com o governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão e o bispo do Pará, além de dadas vezes com os militares de alta patente, para debater e arbitrar sobre aspectos fundamentais à segurança e a aplicação das medidas pombalinas na segunda metade do século XVIII. Ainda pouco abordadas, essas duas Juntas foram fundamentais para a execução das políticas adotadas no estado e para agilizar a execução da Justiça do Rei.

## **Desprezados, mas essenciais: conhecimento e cultura indígena na obra de Alexandre Rodrigues Ferreira**

*Sarah dos Santos Araújo*

**Resumo:** Mesmo diante das novas discussões que põem em voga pensar a ciência para além do que foi concebido na Europa, é possível observar o quanto ainda somos tributários do conhecimento ilustrado, principalmente em relação ao que é definido como científico e começou a ser institucionalizado com a modernidade. Assim, foi delimitado aquilo que poderia ser considerado como um saber e o que não seria, de forma que, seu contraponto pode ser lido com o “conhecimento não científico”. Tão logo, em um esforço que pode ser visto por meio de estudos pós-coloniais e decoloniais, há uma busca por desvincular-se dessa lógica etnocêntrica, para apresentar a discussão sobre a oposição entre os conhecimentos indígenas e a ciência elaborada no século XVIII. Dito isso, o texto busca problematizar a percepção do homem branco, colonizador sobre os saberes indígenas por meio das descrições e remessas apresentadas pelo viajante Alexandre Rodrigues Ferreira, em seu percurso exploratório a serviço da corte portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Discutiremos como a história ainda está muito presa a uma definição de ciência pautada nos ideais ilustrados advindos da Europa, e como isso relegou o conhecimento indígena a categoria de «não científico». Observamos, dessa maneira, como os saberes indígenas foram utilizados e apreendidos pelos colonizadores, e como sem eles o trabalho e explorações feitos pelos viajantes e estudiosos do período não se desenvolveria. Todavia, o conhecimento ancestral desses povos era menosprezado, e ainda hoje sofre com a leitura colonizadora que parte de uma lógica eurocentrada. Essa limita a experiência, o modo de vida

e os conhecimentos tradicionais dos indígenas. Para a análise, coletamos fontes do Arquivo Histórico Ultramarino — AHU, mas também com documentação impressa, disponível para ampliar o debate, juntamente com material bibliográfico que vem amplamente sendo produzido por estudiosos do tema das ciências e conhecimentos para além da lógica eurocêntrica. Por fim, mencionamos que os próprios indígenas que buscam consolidar suas ideias, falas e pensamentos no espaço científico para, dessa forma, dar voz, serem reconhecidos, legitimar seus conhecimentos diante do mundo globalizado e proteger a sua cultura das amplas violências legadas com o passado colonial.

### **Disciplinamento social, religioso e moral da sociedade colonial: um olhar a partir dos sodomitas na Terceira Visitação do Santo Ofício (1763-1769)**

*Kathleen Karina Batista Silva*

**Resumo:** Ao voltarmos nosso olhar para o século XVIII, deparamo-nos com uma série de questões que necessitam ser analisadas, especialmente as relacionadas às diretrizes morais, religiosas e sexuais formadoras da sociedade moderna. Nessa perspectiva, o presente trabalho buscará discutir acerca dos preceitos morais, religiosos e sexuais que buscavam regular o cotidiano desses indivíduos. Difundidos durante esse período, temos uma série de ordens e legislações que foram criadas visando a fiscalização dos chamados desviantes dos preceitos tidos como “corretos”. Os tribunais inquisitoriais, os agentes do Estado e as legislações por esses órgãos difundidas na metrópole e nos territórios coloniais acabaram por ocasionar transformações no cotidiano dessas populações. A partir das narrativas moralizantes disseminadas, alguns comportamentos e práticas passaram a enquadrar os chamados “crimes” morais,

sexuais e religiosos. Este trabalho compreende-se enquanto um dos aspectos a serem analisados em um trabalho de conclusão de curso, que se deterá nas ações e visitas realizadas pelo Tribunal do Santo Ofício lisboeta. Durante o período colonial, o referido tribunal realizou três visitas ao que compreendemos como terras brasileiras, em períodos e regiões distintas. Deter-nos-emos nas ações inquisitoriais realizadas durante a 3ª visita do Tribunal do Santo Ofício lisboeta no Estado do Grão-Pará e Maranhão, ocorrida entre os anos 1763 a 1769, possuindo como foco os casos relacionados ao pecado nefando de sodomia, buscando discutir acerca da moralidade e sexualidade dos sujeitos acusados dessas práticas. Este trabalho se debruça em analisar dois processos de confissão referente ao “crime” de sodomia arrolados pela Mesa Inquisitorial, relacionados a confissão de Filipe Jacob Batalha e Feliciano de Lira Barros nesta região, visando analisar os reflexos dessas normativas sobre o cotidiano desses indivíduos. Para a realização dessa análise, este trabalho mobiliza enquanto fontes as transcrições das confissões e denúncias presentes no Livro da Visita do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769) organizado por José Roberto do Amaral Lapa (1978), mobilizando as legislações e preceitos difundidos nesse contexto, tais como os princípios bíblicos e a lei do Diretório dos Índios.

**Guerras, comércio e missões:  
o Império Português e as populações indígenas  
no rio Solimões (1680-1750)**

*Rafael Ale Rocha*

**Resumo:** Esta comunicação pretende analisar a colonização portuguesa e as respostas indígenas a ela, no rio Solimões, entre 1680 e 1750. Cabe informar que, nesse período, no

que se refere à ação portuguesa na região, essa porção da Amazônia deveria integrar a capitania do Pará (por sua vez, parte do chamado Estado do Maranhão e Grão-Pará). Com base nas fontes contidas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), especialmente consultas, correspondências, representações e as atas da Junta da Missões, o principal objetivo é analisar e descrever as ações dos lusitanos na região (especialmente por vias das guerras justas, missões e comércio), bem como as respostas indígenas a elas, e compará-las à colonização portuguesa na região do rio Negro. Uma análise preliminar dessa vasta documentação permite identificar semelhanças e diferenças entre a colonização de ambas as regiões. Nesse sentido, se para o rio Negro predominou a guerra e as práticas de resgates (compra de cativos), ainda que alguns aldeamentos tenham disso erigidos, numa região onde as comunidades indígenas eram caracterizadas pela multiplicidade de nações, flexíveis relações de aliança e conflitos e chefias fugidias; no Solimões, dada a ameaça mais eminente de outra potência (os espanhóis da Província de Maynas), os portugueses investiram no comércio no interior das missões entre sociedades indígenas marcadas por relações de hierarquias mais bem definidas (se comparadas às do rio Negro). Em conclusão, observaremos que, diferente do que pensou historiografia brasileira relativamente recente, e se comparado com o tráfico de africanos executado no contexto atlântico português nos séculos XVII e XVIII, a capacidade de realizar comércio de cativos na Amazônia não dependia das trocas empreendidas com sociedades marcadas por chefias centralizadas, como o comércio estabelecido pelos lusos com os reinos africanos, visto que era realizado com mais afinco numa região marcada pela multiétnica e por chefias fugidias (rio Negro).

**título** VII encontro estadual de história da  
ANPUH-AM - História do Amazonas:  
conexões e desafios

**organizadores** Diego Omar da Silveira  
Leandro Coelho de Aguiar

**tipografias** Helvetica  
Magister

**número de páginas** 261



para conhecer mais da **editoraUEA** e de nossas  
publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora



